

**FABIANI ERLI WITT**

**POBREZA URBANA EM FLORIANÓPOLIS NO INÍCIO DO  
SÉCULO XXI: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO  
COMPARATIVO DE TRÊS CASOS**

**Florianópolis-SC**

**2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**FABIANI ERLI WITT**

**POBREZA URBANA EM FLORIANÓPOLIS NO INÍCIO DO  
SÉCULO XXI: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO  
COMPARATIVO DE TRÊS CASOS**

**Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta  
Orientadora**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis-SC, abril de 2010

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina

W827p Witt, Fabiani Erli

Pobreza urbana em Florianópolis no início do século XXI  
[dissertação] : reflexões a partir do estudo comparativo de  
três casos / Fabiani Erli Witt ; orientadora, Margareth de  
Castro Afeche Pimenta. - Florianópolis, SC, 2010.

182 p.: il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Modo de produção capitalista.
3. Pobreza - Florianópolis, SC. I. Pimenta, Margareth de  
Castro Afeche. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

**POBREZA URBANA EM FLORIANÓPOLIS NO INÍCIO DO  
SÉCULO XXI: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO  
COMPARATIVO DE TRÊS CASOS**

**FABIANI ERLI WITT**

Coordenador(a): Profa. Dra. Magaly Mendonça

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Presidente: \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta (UFSC)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof. PhD Idaleto Malvezzi Aued (UFSC)

Membro: \_\_\_\_\_

Prof. Solismar Fraga Martins (FURG)

**Florianópolis-SC, abril de 2010**

Dedico este trabalho com muito  
carinho a minha avó Maria pela  
ternura de seus ensinamentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e a Universidade Federal de Santa Catarina na pessoa do Professor Dr. Carlos José Espíndola pela oportunidade de fazer parte do corpo discente deste Programa e, por sua disposição em auxiliar nesta etapa de minha formação acadêmica. À Professora Dra. Margareth de Castro Afeche Pimenta por sua amizade e dedicação em orientar minhas atividades de pesquisa. Ao Professor Dr. Idaleto Malvezzi Aued por seus constantes estímulos em direção a um aprofundamento teórico consistente. Aos moradores das comunidades Alto da Caeira do Saco dos Limões, PC-3 e Vila Arvoredo pela receptividade. Ao amigo Paulo Roberto Witoslawski pela colaboração através das imagens fotográficas. À minha família por seus esforços em garantir cotidianamente minha qualificação profissional. Aos meus amigos pelo apoio incondicional. A todos meus sinceros agradecimentos!

*Não é a consciência do homem  
que lhe determina o ser, mas,  
ao contrário, o seu ser social  
que lhe determina a  
consciência.*

Karl Marx



## RESUMO

A pobreza é um fenômeno precedente ao modo de produção capitalista, no entanto, as novas relações sociais e de produção, que emergiram no interior do capitalismo se encontram, historicamente, relacionadas ao agravamento das condições de pobreza dos indivíduos. O capitalismo sacramentou a divisão de trabalho entre campo e cidade, ampliou-a com maior intensidade no interior das manufaturas e, em seguida, dentro das fábricas. Do artesão, homem que detinha a habilidade necessária para a produção e arte final de um produto determinado, nasceu o trabalhador destituído dos meios pelos quais realiza o seu trabalho, dependente do assalariamento urbano e pobre. Deste modo, compreendemos em primeira análise, que o agravamento da pobreza no modo de produção capitalista pode ser considerado como resultado direto do processo pelo qual acontece a acumulação de capital, através da exploração do trabalho excedente do trabalhador, da produção da mais-valia e, da manutenção de um exército de trabalhadores reserva. Sabemos que ao longo da história recente da humanidade, o conceito de pobreza tem assumido diferentes roupagens e significados controversos. As abordagens sobre a temática perpassam desde as concepções mais abstratas, onde a pobreza é considerada elemento essencial de renúncia ao indivíduo que pretende se aproximar de Deus e alcançar certo nível moral e espiritual. Por concepções mais austeras carregadas de “juízo de valor”, onde o indivíduo é culpabilizado pela condição de pobreza em que vive, normalmente, esta abordagem exprime a incapacidade ou indisposição do indivíduo de encontrar sozinho, meios para alterar sua situação. E, ainda, por significações no campo das ciências sociais, resultado de esforços teórico-empíricos na realização de pesquisas e documentações. Neste sentido, a hipótese a ser discutida em nosso trabalho é a de que a manifestação das situações de pobreza se dá em lugares e tempos específicos, e com pessoas concretas. Trata-se de um processo social em curso e, para além dos problemas conceituais de sua nomenclatura ou de índices e medidas de pobreza, interessa-nos perceber como ela se materializa nas condições de vida das pessoas (KOGA, 2003)

especialmente no início do século XXI. E ainda, vista de uma perspectiva a partir do espaço geográfico, este mote poderia apontar uma realidade diferente para a dinâmica da pobreza. A cidade de Florianópolis aparece, neste contexto, enquanto cenário empírico para nossas análises, embasadas por meio da investigação de três casos de estudo. Esperamos através de tais formulações, colaborar com o debate respectivo aos principais determinantes econômicos e sociais que emergem no interior das relações sociais estabelecidas a partir do século XX em Florianópolis e os reflexos sentidos no cotidiano da população pobre da cidade, trazendo à tona elementos que nos conduzam ao aprofundamento científico desta realidade no início do século XXI.

**Conceitos-Chave:** Modo de Produção Capitalista, Pobreza e Florianópolis.

## **ABSTRACT**

The poverty is a preceding phenomenon to the way of capitalist production, however, like new social relations and of production it surfaced, what in the interior of the capitalism are, historically, made a list to the aggravation of the Conditions of poverty of the individuals. The capitalism administered the sacraments to the division of work between field and city, enlarged it with bigger intensity in the interior of the manufactures and, next, inside the factories. Of the craftsman, man who was detaining the necessary skill for the production and final art of a determined product, there was born the worker deprived of the ways for which it carries out his work, dependant of the urbane and poor. In this way, we understand in first analysis, that the aggravation of the poverty in the way of capitalist production can be considered as a straight result of the process for which the accumulation of capital happens, through the exploration of the excess work of the worker, of the production of the surplus value and, of the maintenance of an army of workers it awaits. We know that along the recent history of the humanity, the concept of poverty has been assuming different clothes and controversial meanings. The approaches on the theme go by from the most abstract conceptions, where the poverty is considered an essential element of waiver of an individual who is intended to bring near of God and to reach certain moral and spiritual level. For more austere loaded conceptions of “valuable judgement”, where the individual is culpabilizado for the condition of poverty in which he survives, normally, this approach it expresses the incompetence or illness of the individual of finding alone, ways to alter his situation. And, still, for significations in the field of the social sciences, result of efforts empirical-theoretician in the realization of inquiries and documentations. In this sense, the hypothesis to be discussed in our work is it of that the demonstration of the situations of poverty happens at places and

specific times, and with concrete persons. If the question is a social current process and, besides the problems you conceptualize of his nomenclature or of rates and measures of poverty, it is interesting to us to realize how she materializes in the conditions of life of the persons (KOGA, 2003), specially, in the beginning of the century XXI. And still, put on of a perspective from the geographical space, this motto might point to a different reality for the dynamic one of the poverty. The city of Florianópolis appears, in this context, while empirical scenery for our analyses, embassadas through the investigation of three cases of study. We wait through such formulations, determinants collaborate with the respective discussion to principal economical and social what surface in the interior of the social relations established from the century XX in Florianópolis and the reflexes felt in the daily life of the poor population of the city, bringing up elements that drive us to a scientific aprofundamento of this fact the beginning of the century XXI.

**Key concepts:** Way of Capitalist Production, Poverty and Florianópolis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Pirâmide evolutiva do conceito de pobreza.....	41
FIGURA 2	Cortiços na área central de Florianópolis, em 1910.	82
FIGURA 3	Rio das Bulhas, atual Avenida Hercílio Luz, 1920	83
FIGURA 4	Avenida Hercílio Luz, em 1930.....	84
FIGURA 5	Vista parcial do Maciço do Morro da Cruz, 1973.....	89
FIGURA 6	Vista parcial do Maciço do Morro da Cruz, 2009.....	95
FIGURA 7	Vista parcial do Alto da Caeira do Saco dos Limões, em 2009.....	95
FIGURA 8	Conjunto Habitacional Panorama, em 2000.....	96
FIGURA 9	Vista parcial da PC-3, em 2009.....	96
FIGURA 10	Vista parcial da Vila Arvoredo, em 2009.....	96
FIGURA 11	Limites ao norte do Alto da C. do Saco dos Limões	113
FIGURA 12	Limites ao sul do Alto da C. do Saco dos Limões....	113
FIGURA 13	Limites ao leste da PC-3.....	115
FIGURA 14	Limites ao sul da PC-3.....	115
FIGURA 15	Limites ao sul da Vila Arvoredo.....	117
FIGURA 16	Limites ao norte da Vila Arvoredo.....	117
FIGURA 17	Tipologia habitacional no Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	125
FIGURA 18	Tipologia habitacional no Alto da Caeira do Saco dos Limões.....	125
FIGURA 19	Obras do PAC no Alto da C. do Saco dos Limões...	128
FIGURA 20	Obras do PAC no Alto da C. do Saco dos Limões...	128
FIGURA 21	Tipologia habitacional na PC-3.....	131
FIGURA 22	Tipologia habitacional na PC-3.....	131
FIGURA 23	Recuo em alvará na PC-3.....	132
FIGURA 24	Edificação destruída após as dunas V. Arvoredo.	136
FIGURA 25	Tipologia habitacional na Vila Arvoredo.....	136
FIGURA 26	Tipologia habitacional na Vila Arvoredo.....	136
FIGURA 27	Vias de acesso às habitações na Vila Arvoredo.....	137
FIGURA 28	Localização dos serviços públicos no Alto da C. do Saco dos Limões.....	142
FIGURA 29	Instituto Marista no Alto da C. do Saco dos Limões.	146
FIGURA 30	Lixeira no Alto da C. do Saco dos Limões.....	147
FIGURA 31	Localização dos serviços públicos na PC-3.....	149

FIGURA 32	Terminal de Integração do Jardim Atlântico.....	150
FIGURA 33	Localização dos serviços públicos na Vila Arvoredo	151
FIGURA 34	Lixeira comunitária na Vila Arvoredo.....	153

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Crescimento da população e taxas de urbanização no Brasil (1940-2006).....	26
TABELA 2	População de Florianópolis (1890-2009)	72
TABELA 3	População Florianópolis por Distrito (1939-2000)	76
TABELA 4	Procedência das famílias residentes nas áreas de pobreza em Florianópolis.....	87
TABELA 5	Crescimento das Áreas de Pobreza em Florianópolis (1987-2007).....	104
TABELA 6	Áreas de Pobreza em Florianópolis (2006).....	109

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	O papel do Estado e da sociedade civil para as agências multilaterais.....	60
QUADRO 2	Síntese dos indicadores sócio-econômicos e espaciais pesquisados.....	159

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Localização das áreas de baixa renda na região conurbada de Florianópolis (2005).....	107
MAPA 2	Localização do Alto da Caeira do Saco dos Limões	110
MAPA 3	Localização da PC-3.....	114
MAPA 4	Localização da Vila Arvoredo.....	116

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. QUADRO TEÓRICO.....</b>	<b>21</b>
1.1 O agravamento da pobreza no modo de produção capitalista.....	31
1.2 Considerações acerca da trajetória do conceito de pobreza..	39
1.3 Pobreza e espaço: conceitos convergentes?.....	48
1.4 O papel do Estado brasileiro frente à pobreza no início do século XXI.....	55
<b>2. A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS COMO ESPAÇO DO CAPITAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE URBANIZAÇÃO E ÁREAS DE POBREZA.....</b>	<b>67</b>
2.1 As principais transformações urbanas ocorridas em Florianópolis no século XX.....	67
2.2 Formação e consolidação das áreas de pobreza em Florianópolis no século XX.....	79
2.3 O papel do poder público municipal frente à pobreza em Florianópolis no século XX e início do século XXI.....	96
<b>3. POBREZA URBANA EM FLORIANÓPOLIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO COMPARATIVO DE TRÊS CASOS.....</b>	<b>104</b>
3.1 O contexto da pesquisa.....	104
3.2 A localização das áreas de pobreza casos de estudo.....	111
3.3 Origem, formação e consolidação das áreas de pobreza casos de estudo.....	118
3.4 Tipologia habitacional e infra-estrutura urbana nas áreas de pobreza casos de estudo.....	123

3.5 Acesso e qualidade dos serviços públicos nas áreas de pobreza casos de estudo.....	139
3.6 O perfil sócio-econômico dos moradores das áreas de pobreza casos de estudo.....	154
3.7 Os primeiros anos do século XXI e as áreas de pobreza casos de estudo: síntese dos dados coletados.....	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>166</b>
Anexo A – Questionário de Pesquisa.....	172
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>176</b>



## INTRODUÇÃO

Quando se fala em pobreza, as pessoas comumente imaginam que pobres são apenas aqueles que não disponibilizam de recursos monetários necessários à sobrevivência. Contudo, com este trabalho pretendemos mostrar que uma pessoa pode ser pobre por não ter acesso aos serviços básicos como educação, saúde, energia elétrica, água encanada, saneamento básico e, ainda, por não ter capacitações básicas que são importantes para a liberdade de escolha entre diferentes tipos de vida, além do fato de estar sujeita a apropriação desigual do espaço. O Brasil é um país notadamente marcado pela permanência da pobreza, pois, como o processo de urbanização ocorreu de forma acelerada na maior parte do território brasileiro, grande parcela da população tornou-se ainda mais sujeita a uma série de carências, sofrendo de uma pobreza e de uma escassez que na maioria das vezes tornam-se ainda maiores nas cidades. Para Milton Santos (1979) um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais, para o autor a definição de pobreza deve ir além das pesquisas estatísticas, situando, assim, o homem na sociedade global à qual pertence, pois, em sua visão a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas acima de tudo, é uma categoria política.

Além disso, no caso brasileiro é preciso lembrar que não temos uma linha monetária 'oficial' e freqüentemente são supostos critérios e parâmetros, fazendo com que a renda per capita mensal de 25% do salário mínimo, utilizada para caracterizar a pobreza extrema nos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), não seja a mesma para a seleção de beneficiários dos programas de transferência de renda, por exemplo. Como o encontro de linhas monetárias de pobreza, parte não só da compreensão da pobreza, nos países ricos muitas vezes se admite como renda mínima um valor que é próximo da renda média, levando-se em conta o PIB *per capita*. Aplicada essa perspectiva no Brasil, segundos dados do IBGE (2000) teríamos que aceitar como pobres todos os indivíduos que auferem renda abaixo de aproximadamente R\$ 800,00. Por outro lado, são tradi-

cionais no Brasil as chamadas Linha de Pobreza (LP) e Linha de Indigência (LI), tendo a cesta básica como referência de cálculo quanto ao acesso ao consumo na versão apregoada pelo IPEA. Desta maneira, a questão da pobreza é entendida no âmbito da renda, tanto do ponto de vista dos indicadores como de suas premissas (KOGA, 2003).

Segundo Schwartzman (2004) até vinte ou trinta anos atrás, os temas que preocupavam os cientistas sociais no Brasil, eram coisas como o desenvolvimento econômico, a modernização, a participação política, a democracia e a mobilidade social. Hoje, o tema dominante é o da pobreza e da exclusão social. Não é que os temas da pobreza e da exclusão não estivessem presentes no passado, mas eles eram vistos como uma decorrência de problemas, deficiências ou desajustes na ordem econômica, política e social, que seriam resolvidos e superados na medida em que estes problemas, deficiências e desajustes, fossem sendo equacionados. Agora, o tema da pobreza aparece em primeiro plano, requerendo atenção imediata, e definindo o foco a partir do qual os demais temas das ciências sociais se estruturam. Segundo o autor, esta não é, somente, uma mudança de perspectiva conceitual, mas tem implicações muito concretas, que vão desde as políticas de financiamento à pesquisa de agências e fundações públicas e privadas, nacionais e internacionais, até a própria agenda política brasileira, como vimos nas duas últimas eleições presidenciais.

De fato, a visibilidade da pobreza não é uma novidade na sociedade, sobretudo na brasileira e, a depender do foco das análises realizadas a pobreza é apontada como consequência direta da pouca escolaridade da população, dos altos índices de desemprego e da baixa remuneração dos trabalhadores, da instabilidade econômica, das diferenças de raça e gênero, ou, ainda, pela deficiência histórica das políticas públicas de combate à pobreza. Haja vista que, a experiência brasileira em programas e projetos para atenuar as desigualdades regionais e sociais é relativamente extensa, contudo, a maioria deles não obteve os resultados esperados. Há exemplos de políticas sociais que estão tendo impacto razoavelmente favorável no poder consumo dos mais pobres, como a aposentadoria rural, a bolsa-escola e o

bolsa família. No entanto, essas iniciativas não têm sido suficientes para resolver os problemas da pobreza, principalmente, por se tratarem de mecanismos artificiais de distribuição da renda, sem qualquer compromisso com a alteração da estrutura econômica do país.

Muitos autores corroboram com a hipótese de a pobreza não ser gerada pela escassez de recursos, mas, pela grande concentração de riqueza (renda e terras) nas mãos de uma pequena parcela da população, ampliando progressivamente os índices de desigualdade social e econômica. No capitalismo tais desigualdades tornaram-se mais evidentes e não podem ser vistas como acidentais e sim, como produto de um conjunto de relações que abrangem as esferas da vida social, inerente ao modo de produção capitalista e decorrente da exploração do trabalhador e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. O Brasil é ao mesmo tempo uma economia industrializada e uma das sociedades mais desiguais do planeta, exibindo um número anormalmente elevado de pessoas pobres e um grau de concentração de riquezas superior ao de muitos países (SCHWARTZMAN, 2004) condição que se repete nas escalas regionais e locais, inclusive na cidade de Florianópolis.

## **O início do século XXI**

O século XXI, o primeiro século do terceiro milênio, teve seu início no dia 1 de janeiro de 2001 e terminará no dia 31 de dezembro de 2100. No dia 31 de dezembro de 2010 assistiremos o findar da primeira década do século XXI, sem que as profecias catastróficas para a vidara do milênio fossem concretizadas. Não aconteceu o fim do mundo, como esperado por muitos e, o bug do milênio que apesar de ter gerado um pânico coletivo sem fundamentos, poucas foram as falhas registradas nas redes de computadores mundiais. Por outro lado, estes primeiros anos de século XXI podem ser caracterizados pela velocidade com que a tecnologia foi sendo introduzida no cotidiano da maior parte da população mundial e, os maiores exemplos desta afirmativa são sem dúvida a ampliação do acesso aos aparelhos móveis de telefonia e as tecnologias de informação. Hoje, tornasse cada

vez mais facilitada a aquisição de telefones celulares e o acesso a internet, de forma que, as notícias ao redor do mundo podem ser transmitidas em tempo real e o conhecimento e a informação científica nunca foram tão disponíveis, além, da abertura de um novo mercado para os consumidores, o mercado virtual. Logo nos primeiros anos do século XXI, a internet se consolidou como um veículo de comunicação em massa e de armazenagem de informações, atingindo um nível sem precedentes na história da humanidade.

No âmbito econômico, o enfraquecimento da política neoliberal impetrada no decorrer dos anos de 1990 abre lugar neste início do século XXI para um processo de aprofundamento e integração econômica, social, cultural e política gerada pela necessidade da dinâmica do capitalismo formar uma 'aldeia global' que permita maiores mercados para os países centrais (ditos desenvolvidos) cujos mercados internos encontram-se saturados. O processo de globalização da economia mundial diz respeito à forma como os países interagem e aproximam as pessoas, ou seja, a forma pela qual interligam o mundo, levando em consideração diferentes aspectos. Com isso, gerando uma fase de expansão capitalista, onde é possível realizar transações financeiras, expandir negócios, até então restrito a um mercado de atuação, para mercados distantes e emergentes, sem necessariamente um investimento alto de capital financeiro, pois, a comunicação no mundo globalizado permite tal expansão, porém, obtêm-se como consequência o aumento acirrado da concorrência.

Um dos efeitos nocivos da globalização é a consequente subordinação dos países ao dito mercado global, restringindo-se o papel do Estado a uma lógica monetarista, ao mesmo tempo, que ele renuncia a suas funções de coesão e regulação social. E esta questão exerce influência no desenvolvimento de políticas públicas de combate a pobreza, principalmente, em países como o Brasil, onde a população pobre tem dificuldade em acessar os mínimos sociais. Tal evolução leva a uma verdadeira supressão do discurso territorial na retórica do Estado e à desconsideração dos processos espaciais como dado, tanto da dinâmica da sociedade como da economia, quanto da formulação de políticas pú-

blicas (SANTOS e SILVEIRA, 2001:305). Neste sentido, parecem desaparecer projetos para a realidade específica do país e a superação das desigualdades, pois, quase tudo é economicamente internacional (KOGA, 2003).

Os primeiros anos do século XXI adquirem condição privilegiada em nossa pesquisa, pelo fato de decifrarmos a necessidade de compreender a forma que a pobreza aparece na cidade de Florianópolis neste início do terceiro milênio.

## **O Serviço Social e a Geografia**

O conhecimento da localização espacial, enquanto determinante para as condições de produção e reprodução da vida da população pobre na cidade de Florianópolis é primordial para o Serviço Social, o que faz da Geografia uma ciência importante na prática cotidiana dos profissionais Assistentes Sociais e, em especial na sua produção científica. Dentre os subsídios que podemos encontrar destacam-se os instrumentais técnicos geográficos e, os conceitos que podem auxiliar na construção de uma análise para além da aparência e, exigente de um olhar crítico sobre as condições da vida dos homens, objetivadas no espaço capitalista.

O Serviço Social foi introduzido no Brasil em 1930 e teve nesse primeiro momento sua identidade atribuída pelo capitalismo, aparecendo em articulação com um projeto de hegemonia burguesa e uma estratégia de controle social, permeada pela ilusão de servir e com forte atrelamento aos aparatos religiosos e estatais, ocasionando concepções vinculadas ao assistencialismo, ajuda, à vocação, a caridade e à filantropia. O Serviço Social atuava na formação do trabalhador, tanto na qualificação técnica, quanto na dimensão moral do ser um bom trabalhador. Neste período, a visão e as estratégias de intervenção, em relação à questão do trabalho eram mediadas pela instância da família, logo, esta se constituía em alvo preferencial do Serviço Social e, a rigor a família operária (MARTINELLI, 2000).

Porém, seu surgimento não pode ser analisado como um fato isolado, mas como a decorrência de uma situação histórica, de um processo acumulativo de acontecimentos na sociedade brasileira e mundial nos planos políticos, econômico, social e religioso. No decorrer dos anos 1950 e 1970, o Serviço Social passou a assumir sua dimensão social e uma prática emancipada, fortalecendo sua legitimidade, buscando um processo de novas relações sociais e lutando pela transformação da sociedade. A partir do novo projeto ético-político conformado, a questão social, enquanto conjunto das expressões da desigualdade social passou a ser o objeto da prática cotidiana dos profissionais (IAMAMOTO, 2001). A ruptura com a herança conservadora da prática profissional e a incorporação de paradigmas marxistas, levou Marilda Iamamoto (2001:27 e 28) em suas formulações a analisar:

[...] o objeto da intervenção do Assistente Social é a questão social, o reatamento de suas inúmeras expressões no cotidiano e na materialidade das relações sociais da vida dos seres em sociedade. A consequência central das relações sociais, mediadas pela construção da sociedade do capital, é justamente a Questão Social. Isso significa dizer que a sociedade produz, em seu movimento humano e contraditório, o acirramento da luta de classes [...]

Neste sentido, para o Serviço Social a questão social surge como uma categoria que expressa o conflito entre os donos dos meios de produção e os indivíduos dependentes da venda de sua força de trabalho, qual seja, por idéias de oposição geradas pelo conflito entre o capital e o trabalho. Este contexto implicou no enriquecimento do instrumental científico para análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural, realizando-se a ultrapassagem da mera atividade técnica, traduzindo assim tal perspectiva, num trabalho de organização popular (MARTINELLI, 2000). Portanto, a divisão das classes sociais na sociedade contemporânea, tema caro ao Serviço Social, encontra novas bases para discussão através das

reflexões geográficas, estabelecendo um patamar de diálogo entre essas suas áreas e, à valorização do trabalho e da abertura de campos de pesquisa que são próprios aos profissionais de intervenção social.

O ponto nodal para pensarmos a estrutura de classes do ponto de vista do Serviço Social tem sido as relações de produção. Por essa via, o Serviço Social aponta para uma visão das relações sociais orientada pela perspectiva da exploração e da alienação. A “desigualdade” aparece como marca fundamental do mundo moderno-contemporâneo e a disciplina se volta para refletir sobre essa marca e as contradições que ela produz, além de criar estratégias políticas para o enfrentamento de seus efeitos perversos. O Serviço Social se debruça sobre a questão do poder na sociedade moderno-contemporânea e faz disso o seu campo de atuação. É a partir da “diferença” que a Geografia traz uma contribuição relevante para o serviço social (ALVES e BARROS, 2007).

### **Florianópolis no contexto brasileiro**

O município de Florianópolis é a Capital do Estado de Santa Catarina e possui uma área de 436,50 km<sup>2</sup>, sendo que, uma parte está localizada na área continental com 12,1 Km<sup>2</sup> e, a outra na Ilha de Santa Catarina com 424,4 km<sup>2</sup>. A parte insular separa-se da continental por um canal de 500 metros de largura e apresenta forma alongada no sentido norte-sul. Com uma linha de costa de 172 km, composta de baías, pontes e enseadas e, apresentando um número próximo a cem praias, costões, restingas, manguezais, dunas e formações de lagoas costeiras. Neste caso destacam-se as Lagoas da Conceição e do Peri. A morfologia da Ilha é descontínua, formada por cristais montanhosos que chegam a alcançar 532 metros de altitude, no Morro do Ribeirão da Ilha e terrenos sedimentares de formação recente, compondo as planícies litorâneas. Outro dado importante é que 42% da área total do município são áreas verdes. Atualmente, o município adota os planos diretores específicos para o distrito sede e para os balneários. O plano diretor do distrito sede é de 1997, Lei 001/97 e o Plano Diretor dos Balneários, regido pela Lei

2.193/85, contempla diversas áreas especiais. No entanto, desde o ano de 2005 encontrasse em processo de elaboração o Plano Diretor Participativo de Florianópolis.

A partir da análise dos dados divulgados, compreendemos que a população Florianopolitana é 2,5 vezes maior do que há 30 anos e, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2000) atingiu um total de 342.315 pessoas, em 1º de agosto de 2000 e, 408.161 em estimativas do IBGE, em 1º de abril de 2007. No decorrer dos anos de 1990 a população, teve um crescimento absoluto de 86.955, ou seja, a população de Florianópolis cresceu 34%, fruto da combinação entre entrada populacional por migração e do próprio crescimento vegetativo. Em razão da dificuldade de acesso à terra urbanizada, grupos de famílias assentam-se sobre áreas públicas ou particulares, de preservação e ou de risco, nos morros que circulam a cidade. As precárias habitações constituem-se em constante ameaça à própria vida da família de origem rural, tradicionalmente numerosa, hoje assentada na cidade, sofrendo modificações para sua sobrevivência e adotando novos valores, produzindo uma nova cultura (PMF, 2003).

Em Florianópolis, assim como nas demais regiões do país, manteve-se a predominância feminina na composição por sexo, apresentando um índice de 51,60. Ou seja, são quase 94 homens para cada grupo de 100 mulheres. Os dados apresentam uma considerável modificação na estrutura familiar, com o aumento permanente das mulheres chefes de famílias e a diminuição do número de moradores por domicílio. Com isso a população, em 2000 ficou mais velha. A contribuição do segmento infante-juvenil, com idade até 14 anos, no total da população caiu de 30% em 1991 para 23,87% em 2000. Ao passo que a participação do grupo de idosos, com idade acima de 65 anos, no mesmo período, cresceu de 4,04% para 5,70%. As pessoas consideradas em idade potencialmente produtiva, 15 e 64 anos, passou a corresponder a 70% da população em 2000, contra 66% em 1991. A partir de um simples cálculo aritmético é possível concluir sendo 42 (crianças e idosos) para cada grupo de 100 pessoas em idade produtiva. Compreendemos que um importante indicador relacionado à estrutura etária de um povo é o comparativo entre a população idosa com o contingente de crianças.



Florianópolis terminou o século XX com praticamente 24 idosos para cada grupo de 100 crianças, razão que vem apresentando uma tendência ascendente (PMF, 2003).

Com estas comparações é possível constatar a influência combinada da queda da fecundidade e do aumento da expectativa de vida da população. Outro indicador usado pelo IBGE, que comprova que o país inteiro está mais velho é a idade mediana (que divide o universo pesquisado ao meio). A idade mediana dos moradores atingiu 27,2 anos, ou seja, superou a média nacional de 24,2 anos, porém, ainda está longe da idade mediana de países como a Alemanha (40 anos). Em 2000, aproximadamente 280 mil moradores acima de 10 anos de idade, consideraram-se capazes de ler e escrever. Comparando os censos 1991 e 2000, os índices foram expressivos, de 81,88% para 96,7%, respectivamente. No entanto, além dos 3.516 responsáveis por domicílios sem instrução, há 8.280 que possuem apenas até três anos de estudo. Estes últimos, considerados pelo IBGE como analfabetismo funcional. Totalizando 11.796, ou seja, são 11% dos responsáveis que não completaram sequer o primeiro ciclo básico obrigatório de estudo (PMF, 2003). Segundo a CASAN, no ano de 2000, 83,58% os domicílios recebem os serviços de abastecimento de água por rede geral e 32,35% estão ligados a rede de esgoto. Quase 97% dos domicílios possuem rede elétrica (PMF, 2003). Estes últimos dados não aparecem comprovados na prática no interior das áreas de pobreza da cidade.

Florianópolis, enquanto centro político e administrativo tem atraído um grande contingente populacional, na maior parte, oriundo do interior do Estado. Esse fenômeno ocorre em função das precárias condições de vida no campo onde, em geral, essa população se constitui como mão-de-obra barata, não dispondo da propriedade de terra, infra-estrutura e de serviços básicos. Sem acesso à compra de lotes urbanos ou sem condições de locação de moradia, estas famílias vêm ocupando áreas públicas ou privadas, resultando no aumento das áreas de pobreza na cidade. Além disso, com baixo nível de escolaridade e com pouca ou nenhuma qualificação profissional, encontram dificuldades para inserção no mercado de trabalho. Quase um terço dos habitantes responsáveis por domicílios, ou seja, aproximadamente

109.411 pessoas viviam em 2000 com renda de no máximo 3 salários mínimos. A população que vive em situação mais aguda de pobreza está nos bairros onde há uma grande concentração de migrantes (PMF, 2003).

Os indicadores do Censo mostram que 4.624 dos chefes de domicílio não possuíam renda em 2000, levando-nos a crer que quase 5% da população estava excluída de qualquer assistência previdenciária governamental. Florianópolis configura-se, pois, como mais uma capital brasileira com crescente empobrecimento populacional, destacando-se a falta ou as precárias condições de moradias, um grande número de pessoas na rua, principalmente, crianças e adolescentes, aumento do índice de desemprego e crescimento na informalização do trabalho, muitos casos de violência doméstica e de pessoas com dependência química. A realidade dos municípios, em sua grande maioria, revela uma situação de pobreza vivida no país, por isso, há que se ressaltarem dois fatores que contribuem para o agravamento deste contexto: o modelo econômico, deliberadamente assumido como dependente, tanto do ponto de vista financeiro, quanto tecnológico, tendo como consequência imediata a concentração de renda e, a falta de vontade política de realizar a reforma agrária, principalmente, por não considerar a propriedade da terra como um direito que, ao contrário, tem sido privilégio de poucos. Em síntese, pode-se afirmar que os sucessivos anos de recessão, desemprego, sub-ocupação e baixos salários, refletem uma distribuição de riqueza extremamente desigual e um cotidiano de desamparo e falta de perspectiva para milhares de cidadãos brasileiros (PMF, 2003).

Os números do Censo IBGE (2000) mostram uma realidade de grandes contrastes entre as regiões, quando indicam que o rendimento mediano do chefe de família em Florianópolis é de R\$ 850,00, enquanto, no bairro Monte Cristo, uma das áreas de pobreza da cidade, apresenta o valor de R\$ 380,00. As políticas sociais e econômicas adotadas pelos governos, aliadas aos avanços tecnológicos têm dificultado, sobremaneira, o acesso ao trabalho e a obtenção dos recursos mínimos básicos à vida (alimentação, moradia, saúde e educação). Neste sentido, a procura por programas assistenciais tem aumentado, demonstrado pelo

Programa de Assistência Social e Emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis, cuja demanda, em 2001, foi de 11.547, atendendo através da concessão de benefícios 8.736 solicitações (PMF, 2003).

A situação da pobreza em Florianópolis tem evidenciado muitos casos de extrema miséria, tendo em vista a mudança do país em menos de 40 anos, passando de agrícola para principal potência industrial da América Latina, teve como consequência imediata um verdadeiro êxodo rural em massa: a população urbana passou de 10 milhões para mais de 120 milhões de habitantes (Tabela 1). O fluxo migratório tem levado as cidades brasileiras a um processo de ocupação caótico devido à falta de condições de infra-estrutura e serviços urbanos e sociais para toda essa nova demanda. No contexto regional, apesar dos problemas inerentes ao acelerado processo de urbanização, a região sul é reconhecida pelo padrão de qualidade de vida acima da média brasileira. No entanto, o desenvolvimento tecnológico e a falta de uma política agrária nacional têm provocado um processo migratório das áreas agrícolas para os centros maiores, tornando as cidades catarinenses um verdadeiro caos urbano (PMF, 2003).

**Tabela 1** – Crescimento da população e taxas de urbanização no Brasil (1940-2006)

<b>Ano</b>	<b>População Total</b>	<b>População Urbana</b>	<b>Taxa de Urbanização</b>
<b>1940</b>	41.326.000	10.891.000	26,35
<b>1950</b>	51.944.000	18.783.000	36,16
<b>1960</b>	70.191.000	31.956.000	45,52
<b>1970</b>	93.139.000	52.905.000	56,88
<b>1980</b>	119.099.000	82.013.000	68,86
<b>1991</b>	150.400.000	115.700.000	77,13
<b>2000</b>	169.872.856	137.925.238	81,20
<b>2006</b>	186.119.238	165.832.920	89,10

Fonte: Pereira (2008)

No atual contexto, Florianópolis apresenta as características de uma cidade de porte médio com seu desenvolvimento calcado na sua condição de centro administrativo e político do Estado de Santa Catarina, assim, tem sido alvo de um processo migratório, caracterizando-se como cidade pólo da região da grande Florianópolis. No entanto, há mais de 50 bolsões de pobreza, com uma população estimada em 50.397 habitantes, correspondendo a 13 mil famílias, o que equivale a 14,7% da população da cidade, sendo que estes habitantes têm sua origem, basicamente, do oeste catarinense e do planalto serrano. Verifica-se, também, um percentual significativo do próprio município, em função do aumento da pobreza e do próprio crescimento interno da população. Uma característica das áreas de pobreza pode ser observada pela forma de ocupação irregular, seja de espaços públicos ou privados. Estão situadas nas encostas dos morros da área insular, em terrenos com declividade menos acentuados em fundos de vales, especificamente na área do continente, havendo, ainda, comunidades situadas em áreas de mangues e dunas. Tais ocupações, muitas vezes acima dos limites recomendáveis, contrariando a legislação do uso do solo (áreas de preservação permanente) e com riscos à população (PMF, 2003).

De forma geral, as áreas carentes apresentam problemas de urbanização, algumas áreas trazem problemas à bacia hidrográfica, na medida em que a ocupação compromete a preservação de mananciais. Por outro lado, o desmatamento, principalmente, em áreas de encostas, provoca erosão e deslizamento de terras. A maioria dos assentamentos existentes, apesar de apresentarem diferenças na sua formação, sejam antigos ou recentes, espontâneos ou organizados, pacíficos ou litigiosos, gradativos ou instantâneos, em áreas públicas ou privadas, apresentam, quase sempre, os mesmos problemas: irregularidade e carência de infra-estrutura urbana e social (PMF, 2003).

O motivo das ocupações, sobretudo das famílias que chegaram ao município pela primeira vez, é a busca de melhores condições de vida, caracterizada pela possibilidade de acesso a melhores tratamentos de saúde, trabalho para os responsáveis pelas famílias e educação para os filhos. A Estimativa para o ano

de 2001, baseado no Perfil das Áreas Carentes (IPUF, 1992), mais de 32.000 habitantes, correspondendo a 12% do total. De acordo com dados do IPUF, havia, no ano de 2000, em Florianópolis, aproximadamente 50.000 pessoas morando nas 55 áreas de pobreza, correspondendo a mais de 15% do total da população. O município tem, hoje, uma taxa de urbanização superior a 90% e um déficit habitacional superior a 8.000 unidades residenciais para famílias com renda de até 3 salários mínimos. Estima-se que até 2012 este índice subirá para 18% (PMF, 2003). Sendo que no ano de 2005 o déficit habitacional registrado foi de 12.500 unidades (PMF, 2005).

## **Organização da Pesquisa**

Tendo em vista esta realidade, nosso estudo busca apreender e explicar o processo de formação e consolidação das áreas de pobreza na cidade de Florianópolis, através da história de formação, consolidação e do cruzamento de dados referentes às áreas de pobreza dos três casos de estudo de nossa pesquisa e, analisar de que forma elas aparecem no contexto da cidade no início do século XXI, articulados à seguinte questão de pesquisa: a localização no espaço urbano de Florianópolis exerce influência na condição de pobreza dos indivíduos que habitam as áreas de pobreza da cidade? A partir desta questão foram definidos como objetivos:

- Levantar a trajetória de discussão do conceito de pobreza na sociedade contemporânea.
- Analisar o processo de formação e consolidação das áreas de pobreza na cidade de Florianópolis.
- Descrever e analisar comparativamente questões relativas às três comunidades casos de estudo.
- Subsidiar novos estudos referentes à temática proposta.

Compreendemos que o conhecimento histórico nos ajuda a refletir com maior segurança os fenômenos contemporâneos. Por este motivo, este trabalho pauta-se como um estudo qualitativo, exploratório e documental caracterizado como pesquisa social, ao proporcionar aproximação com a realidade e a combinação que estabelece entre a teoria e os dados empíricos. Apre-

sentia, ainda, uma carga histórica e reflete posições frente à realidade. O caminho metodológico centrou-se num plano de trabalho definido entre estudo de fontes bibliográficas, documentais e entrevistas, com o fim de estabelecer as conexões para a análise do real e compreensão do objeto.

Com base neste caminho, o primeiro passo seguido foi dedicado a uma revisão bibliográfica, quando se desenvolveram estudos e análise de textos, artigos, livros, monografias que versavam sobre o tema, possibilitando a contextualização do objeto e reflexões entre problematizações e análises mais aprofundadas e, também ampliação de conhecimentos. A revisão da legislação fez parte deste processo, nomeadamente as Leis do Plano Diretor do Distrito Sede de Florianópolis e o Plano Diretor dos Balneários. O levantamento dos dados secundários foi obtido junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), ao Núcleo de Estudo em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP/UFSC) e o Núcleo CIDADHIS (Arquitetura/UFSC).

Para a coleta dos dados empíricos, o instrumento utilizado foi o questionário (Anexo A) com questões pré-definidas e abertas. Com a posse das entrevistas, as quais foram gravadas e transcritas, iniciaram-se os procedimentos de destaque dos eixos que fundamentaram a realização da análise. Os dados empíricos foram coletados junto às três lideranças comunitárias, sendo uma liderança por caso de estudo e, todas elas ocupavam no momento das entrevistas, cargos dentro das Associações de Moradores das respectivas comunidades, ou seja, o Alto da Caeira do Saco dos Limões (área central), PC-3 (área continental) e Vila Arvoredo (área norte). Optamos no decorrer do trabalho por não identificá-las nominalmente por uma questão de ética profissional, deixando assim resguardadas suas identidades.

Para organizar a apresentação dos dados coletados dividimos o trabalho em três capítulos e nossas considerações finais, de maneira que o leitor possa acompanhar com facilidade o desenvolvimento das idéias. No primeiro capítulo procuramos constituir o quando teórico, que serviu de embasamento para as análises realizadas no decorrer da pesquisa. O segundo capítulo traz

à luz do processo histórico das principais transformações urbanas ocorridas no século XX e a formação e consolidação das áreas de pobreza na cidade de Florianópolis, o embasamento teórico para a construção de análises contundentes direcionadas ao terceiro capítulo, momento em que nos dedicamos à análise descritiva da temática proposta. Desejo a todos uma boa leitura.

Ilha de Franklin Cascaes, outono/inverno de 2010.

## 1. QUADRO TEÓRICO

### 1.1 O AGRAVAMENTO DA POBREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Os registros sobre a pobreza, enquanto fenômeno social caracterizado na forma de carências ou debilidades humanas em alcançar certas condições mínimas de sobrevivência, datam de períodos anteriores ao modo de produção capitalista. A existência de classes distintas em escala graduada de condições sociais é verificada desde as primeiras épocas históricas, “na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média senhores feudais, vassalos, mestres oficiais e servos” (MARX e ENGELS, 2008: 01) e; na modernidade capitalistas e assalariados. Entretanto, quais os fatores que nos levam a afirmar que o modo de produção capitalista tem a capacidade de agravar as condições de pobreza dos homens? Quais os novos elementos sociais que surgem imbricados no capitalismo e de que forma estabelecem relação direta com o agravamento da pobreza? Dedicaremos nesta seção a elaboração de breves considerações, buscando refletir sobre tais questionamentos.

O modo de produção capitalista emergiu no continente Europeu em meio ao declínio da sociedade feudal, entre os séculos XIV e XV, impulsionado pelas novas formas de reprodução da vida dos homens adquiridas nas cidades e, do que havia de mais desenvolvido no interior das relações sociais da época. O acúmulo de capital entre os membros da burguesia, resultado das transformações pelas quais passavam as relações de produção, circulação e troca das mercadorias foi determinante para a origem do capitalismo. Muito embora, o modo de produção capitalista tenha surgido como resultado do desenvolvimento das forças produtivas seria ainda, estimulado por uma série de condicionantes externas ressaltadas por Karl Marx e Friedrich Engels, na obra *Manifesto Comunista*, publicada pelos autores no ano de 1848.



[...] A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceram à burguesia em assenso um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das mercadorias imprimiram um impulso, desconhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação, e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição [...]  
(MARX e ENGELS, 2007: 02)

Destarte, a instituição do comércio universal foi decisiva para o desenvolvimento da manufatura e posteriormente da grande indústria moderna. A criação de novos mercados, principalmente, aqueles que ao mesmo tempo podiam fornecer matéria-prima e metais preciosos e, além disso, tornarem-se mercados consumidores dos produtos manufaturados, alavancou o estágio inicial do capitalismo. Todo este contexto concretizou a última condição necessária e indispensável para que as cidades fossem consagradas como espaço suporte para a atividade industrial, transformando-as em centro de gestão e controle da economia capitalista. Podemos dizer que a cidade teve seu caráter produtivo evidenciado neste processo e, passou a ser vista como local privilegiado de produção de mercadorias. O professor Milton Santos (1982: 09 e 10) argumentou com propriedade de síntese a respeito de nossas afirmativas iniciais, no parágrafo transcrito a seguir:

[...] Na história junto com o nascimento do burguês (integrante das aglomerações humanas que impulsionaram a abolição de vínculos de servidão entre o dono da terra e “seu” servo – feudalismo para o capitalismo) é também o marco do nascimento do cidadão – o homem do trabalho livre, vivendo num lugar livre, a cidade – desembocou em novas relações sociais e de trabalho [...]

O modo de produção capitalista foi o primeiro no transcorrer da história da humanidade a produzir um trabalhador livre para vender sua força de trabalho no mercado, regido sob as leis gerais do capital, da melhor forma que conseguisse. Do artesão, homem que detinha a habilidade necessária para a produção e arte final de um produto determinado, nasceu o trabalhador destituído dos meios pelos quais realiza o seu trabalho e dependente do assalariamento urbano. Este trabalhador desconhece o conjunto do processo produtivo no qual está inserido e, foi separado do seu próprio trabalho (origem da alienação em Marx), passou a se constituir como matéria-prima para a produção de riqueza decompondo-se em mera força produtiva. Porém, ao mesmo tempo em que produziu um novo perfil de trabalhador, o capitalismo fez surgir uma classe emancipada do trabalho, por ser possuidora dos meios pelo qual o trabalho se realiza e, deste modo, a classe capitalista passou a reproduzir sua vida através da exploração do trabalho alheio. Esta condição constitui o alicerce dos antagonismos entre as classes sociais do nosso tempo a 'burguesia' e o 'proletariado' (AUED 2007). Assim, para o professor Idaleto Aued (2002: 05) devemos sempre deixar claro em nossas formulações teóricas, que:

[...] na sociedade burguesa, a relação entre a classe capitalista e a classe operária não é transparente, ou seja, não é facilmente percebida. Há uma névoa que encobre a relação entre os homens burgueses. No dia-a-dia é comum dizer que o salário do trabalhador recebe é a remuneração pelo seu trabalho. Tal afirmação é uma ilusão que faz a relação entre o capitalista e o trabalhador assalariado não seja compreendida espontaneamente; ela só pode ser apreendida pela ciência. É por esta razão que Marx afirma em sua última obra. 'O Capital', que, se a aparência expressasse o que é a ciência não seria necessária [...]

A divisão do trabalho anteriormente realizada nos limites do feudo e através da seleção natural de idade e força física tornou-se evidente na sociedade capitalista. O capitalismo sacramentou a divisão de trabalho entre campo e cidade, ampliou-a com maior intensidade no interior das manufaturas e, em seguida, dentro das fábricas. O trabalho assumiu características sociais na medida em que o resultado do trabalho de um passou ser resultado do trabalho de todos. Para Marx (1989) a divisão do trabalho no modo de produção capitalista estabeleceu novos nexos entre os homens, na medida em que os indivíduos isolados foram transformados em coletivos e se desenvolvia a interdependência social do trabalho. De forma correspondente, Marlene Grade (2006:21) compreende que “o trabalho social é gerado quando o produto do trabalho do produtor direto passa a ser o meio de conexão com todos os outros produtores diretos na forma de mercadoria, a circulação de riqueza como valor”.

No Capítulo XXIII, do primeiro livro de *O Capital* Karl Marx discute um dos preceitos básicos do modo de produção capitalista – a lei geral da acumulação capitalista. Para muitos autores, parte do método marxista para a análise da economia e da sociedade está contido neste capítulo. A lei geral da acumulação capitalista, assim denominada por Marx, pressupõe que quanto maior for o produto social, a capacidade de gerar riquezas e a produtividade do trabalho, maior serão os índices de miséria, pobreza e desemprego dos trabalhadores. Isso ocorre porque no capitalismo o objetivo da produção não é a simples satisfação das necessidades humanas, mas a obtenção de lucro, através da extração da mais-valia no interior do processo produtivo. Em outras palavras, a massa de trabalhadores recebe sob forma de pagamento (salário), a porção de seu próprio produto excedente que aumenta e se transforma em quantidade cada vez maior de capital adicional para a classe capitalista. Com a incorporação tecnológica ocorre o aumento da produtividade do trabalho humano, fazendo com que o trabalhador produza um volume crescente de produtos e, deste modo, reduz-se a necessidade de força de trabalho para atender um dado nível de demanda. Em referência a lei geral da acumulação capitalista, Marx (1998:738) nos esclarece ainda, que:

[...] Uma população de trabalhadores excedente é condição necessária para a acumulação e para o desenvolvimento da riqueza capitalista, pois, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho cresce a força do capital, e a massa de riqueza cresce e impulsiona novos ramos de produção, nesses casos grandes massas humanas tem de estar disponíveis para serem exploradas, sem prejudicar a escala de produção nos ramos já existentes e a indústria moderna e os novos métodos de produção depende, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados [...]

Assim sendo, a classe trabalhadora desempregada pressiona a classe trabalhadora empregada, fazendo com que essa trabalhe mais extensiva e intensivamente e, os salários sejam cada vez menores, sujeitando o trabalhador a vender sua força de trabalho em condições sempre pioradas. Karl Marx (1818-1883) foi responsável pelo desvelar das relações sociais que aparecem na essência do modo de produção capitalista (AUED, 2008) e, partindo da análise dos homens reais na Inglaterra do século XVIII e XIX, afirmará que com a alteração na *composição orgânica do capital* e da incorporação contínua de tecnologia e ciência ao processo produtivo, ocorre o respectivo desenvolvimento dos meios pelo qual se realiza o trabalho, a ampliação do capital constante. Nesta condição as habilidades manuais do trabalhador passam a não ser mais necessárias e, ele pode ser trocado por outro trabalhador a qualquer momento, decompondo-se em elemento descartável e facilmente substituído dentro do processo de produção, o capital variável. Desta maneira, todo capital constante do passado volta-se contra o trabalhador do presente, na forma concreta de maquinarias cada vez mais modernas ocasionando a diminuição dos postos de trabalho (MARX, 2007).

Podemos destacar, que o contrário do que se poderia supor em uma primeira análise, a criação de um exército de reserva deve ser entendida, não como produto exterior ou um distúrbio do capitalismo, mas como fruto histórico e necessário à acumulação capitalista. Para Marx (1998) cria-se, ainda no interior dessa *superpopulação relativa*, tanto uma massa proletária que vaga de emprego em emprego, servindo de força de trabalho barata e superexplorada, como uma população de desocupados duradouros, que privados dos meios de subsistência servem como reservatório de força de trabalho para o capital, criando uma massa humana pronta a ser convocada quando assim o desejar. Em última análise, a lei geral da acumulação capitalista implicou no acréscimo de novos elementos ao modo de produção capitalista e às relações de trabalho.

Deste modo, compreendemos em primeira análise, que o agravamento da pobreza no modo de produção capitalista pode ser considerado como resultado direto do processo pelo qual acontece a acumulação de capital, através da exploração do trabalho excedente do trabalhador, da produção da mais-valia e, da manutenção de um legião de trabalhadores “reserva”. No interior deste contexto, Grade (2006) analisa que a pobreza do homem trabalhador individual, faz-se frente a um mundo repleto de riquezas, que se opõe a ele, visto que do mesmo processo que se produz a riqueza se produz, também a pobreza dentro da sociedade capitalista.

Em meados do século XX, após a II Guerra Mundial, a grande indústria permitiu a produção em larga escala e rompeu com as especificidades locais de consumo e, consolidou uma economia com bases não mais no espaço local ou regional, ao contrário objetivou como meta romper com as barreiras e fronteiras nacionais. O capitalismo universalizou gostos e sensações humanas, e aconteceu uma homogeneização dos valores culturais sob a esfera do domínio capitalista atuando ideologicamente sobre os homens. A propaganda passou a criar necessidades de consumo cada vez mais uniformes, instituindo um mercado de massa e, anulando paulatinamente as diferenças espaciais e culturais. Compreendemos que esta é uma mudança estrutural a ser ressaltada e, inspirados em Aued (2008) podemos afirmar

que a organização do espaço social é produto do movimento do capital e, o local, nada mais é do que o espaço de concretização das relações sociais cotidianas. As relações sociais capitalistas universalizam e extrapolam os limites do local e colocam os homens em contato direto e permanente. Assim sendo, quanto mais social for o homem, mais as linguagens e os símbolos locais vão sendo superados e, tudo passa a ser capital.

Na década de 70 do século passado, uma crise mundial atinge o sistema capitalista gerando quedas acentuadas nas taxas de lucro e crescimento. Frente a isso, os capitalistas precisavam criar mecanismos e medidas urgentes para frear os efeitos da crise. A primeira ação das grandes empresas foi a demissão em massa de funcionários, nessa época o nível de desemprego em países europeus cresceu a ponto de extrapolar as médias anteriores. Contudo, a ação imediata de expulsar trabalhadores não resultou em uma resposta eficaz para restaurar a taxa geral de lucros e combater a crise. Era preciso ir além e empreender uma profunda reestruturação de todo o padrão de acumulação capitalista. Para David Harvey (2002) entramos, a partir deste momento, em uma nova fase predatória de 'acumulação por espoliação' em que para superar sua crise o capital constitui continuamente mecanismos de exploração do trabalho e dos bens públicos. Este processo conduzirá a uma significativa ampliação da concentração de riquezas na mão dos capitalistas e no aumento da pobreza dos trabalhadores.

A partir de meados dos anos de 1980 e com mais intensidade no decorrer dos anos de 1990, o capital desencadeou uma dura batalha no campo das lutas sociais para empreender a reestruturação do seu sistema e as reformas jurídico-políticas necessárias (MARANHÃO, 2006). Através da instauração de governos neoliberais e da consolidação dos modelos econômicos de livre mercado, a burguesia conseguiu empreender a sua direção política na condução dos ajustes imperativos para a retomada dos lucros capitalistas. Segundo Harvey (2002) o novo regime de acumulação flexível estava pautado na descentralização do processo produtivo, nas novas formas organizacionais das empresas e a crescente terceirização das funções e no investimento de novas tecnologias, que possibilitaram novas percepções de

tempo e espaço. O dinheiro moeda cedeu lugar para os cartões de créditos e os caixas eletrônicos, dinamizando as trocas financeiras em âmbito global. A rede do mercado de ações se expandiu e a simultaneidade do tempo em diferentes partes do mundo se torna cada vez mais delicada no delineamento de crises e instabilidades financeiras. O consumo de bens ampliou-se para o consumo de serviços como lazer, saúde, educação e beleza, por exemplo. 'Por detrás das diretrizes e receituários do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial estão às estratégias necessárias para o capital concentrar novas oportunidades de negócios, criarem novos investimentos a baixo custo e, liberar bens, serviços e fundos públicos para serem mercantilizados' (MARANHÃO, 2006).

Diante deste quadro analítico, compreendemos que as respostas aos questionamentos iniciais desta seção aparecem incorporadas à nossa exposição teórica. Apreendemos que o capitalismo vem conseguindo se firmar enquanto modo de produção neste início de século XXI, unificando a humanidade em torno de um sistema mundial de produção de mercadorias. Neste sentido, embasados na lei geral da acumulação capitalista procuramos deixar claro, que na mesma medida em que os lucros dos capitalistas crescem, aumenta a pobreza entre os trabalhadores. E, como resultado direto da divisão do trabalho e do incremento crescente de ciência e tecnologia aos meios de produção se formou um exército de reserva de trabalhadores não empregados, demonstrando a impossibilidade gradual de o capitalismo assimilar todos os homens ao processo produtivo, enquanto trabalhadores assalariados. Os homens supérfluos ao sistema produtivo vão sendo descartados e, ao contrário do que muitos autores sugerem esse fato não se deve a precarização do trabalho em si, pois, compreendemos que é a condição de assalariamento que está se deteriorando, ou seja, as condições que o trabalhador encontra para vender a sua força de trabalho no mercado capitalista. Trata-se de um obscurantismo teórico que além de se distanciar do real, cria abordagens que eliminam as contradições das relações, assim como a possibilidade de sua superação.

O professor Idaeto Aued (2008) analisando a primeira década do século XXI nos chama a atenção para a impossibilidade de, hoje, muitos homens fazerem parte do próprio exército de reserva (os 'inempregáveis' na visão de Robert Castel, 1998). Deste modo, Aued (2008) nos apresenta um questionamento fundamental ao olharmos para o homem do início do século XXI, diz o autor: 'se este indivíduo não encontra mais sentido para a reprodução da sua vida no trabalho assalariado encontra no quê, ou, onde?'. Nesta direção, o autor afirma, ainda, que mesmo que o indivíduo se prepare ao longo da vida para se tornar um assalariado, o indivíduo não tem a certeza de que conseguirá reproduzir sua vida desta forma nos primeiros anos do século XXI. O futuro da classe trabalhadora é incerto e, acreditamos na possibilidade de afirmar que a tendência do capitalismo, a curto e médio prazo é a de agravar a condição de pobreza dos trabalhadores em escala mundial. Sendo assim, o cotidiano dos cidadãos modernos no espaço geográfico atual passa a ser parâmetro para a análise da dificuldade de reprodução da vida e, satisfação das necessidades dos mais pobres.

## **1.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE POBREZA**

Ao longo da história recente da humanidade, o conceito de pobreza tem assumido diferentes roupagens e significados controversos. As abordagens sobre a temática perpassam desde as concepções mais abstratas, onde a pobreza é considerada elemento essencial de renúncia ao indivíduo que pretende se aproximar de Deus e alcançar certo nível moral e espiritual. Por concepções mais austeras carregadas de "juízo de valor", onde o indivíduo é culpabilizado pela condição de pobreza em que vive, normalmente, esta abordagem exprime a incapacidade ou indisposição do indivíduo de encontrar sozinho, meios para alterar sua situação. E, ainda, por significações no campo das ciências sociais, resultado de esforços teórico-empíricos na realização de pesquisas e documentações. Em nosso trabalho nos atentaremos para o debate que vem sendo travado dentro das ciências



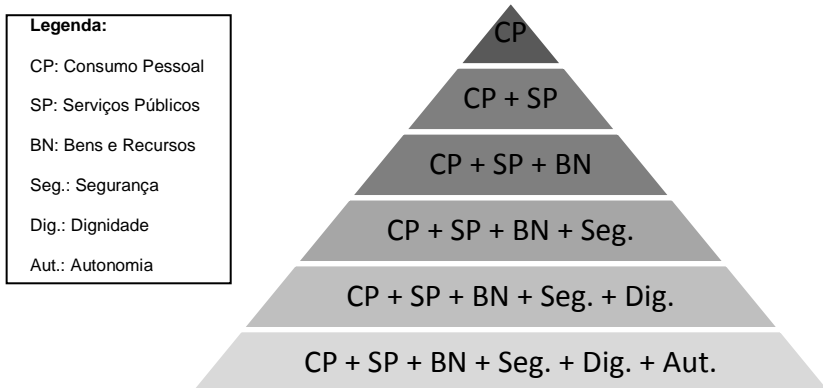
sociais, e pretendemos nesta primeira seção levantar breves considerações acerca da trajetória do conceito de pobreza no modo de produção capitalista.

No campo das ciências sociais, a pobreza tem se caracterizado como um dos conceitos fundamentais para a compreensão da sociedade e das relações estabelecidas entre os homens no interior do sistema capitalista de produção. Atualmente, face ao agravamento mundial da problemática, a literatura sobre o assunto tem sido ampliada gradualmente, e a produção científica tem despertado interesse não apenas do meio acadêmico, como dos meios político e social. A busca por uma conceituação mais consistente, relativa à pobreza, tornou-se central dentro do debate acadêmico no início do século XX (CODES, 2008) possibilitando a definição de instrumentais teóricos fundamentais para se adquirir uma visão mais clara e analítica do objeto estudado. Contudo, a definição de um conceito universal de pobreza é algo extremamente complexo, principalmente, porque as formulações existentes partem de pressupostos diferenciados.

Em nosso trabalho entendemos, inicialmente, que para uma explicação oportuna em relação ao fenômeno da pobreza supõe-nos a necessidade de buscar suas determinações estruturais. Desta maneira, consideramos que a pobreza é inerente ao modo de produção capitalista, decorrente da exploração do trabalhador e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, determinações estas, baseadas na *lei geral da acumulação capitalista* (MARX, 2007). Assim sendo, a pobreza que aparece, ao mesmo tempo, como processo de degeneração do trabalhador se materializa no confronto com a riqueza do capitalista, e é objetivada durante o processo produtivo (MARX, 1989 e 2007). Portanto, bastar-nos-ia desvelar o funcionamento do modo de produção capitalista para encontrarmos ao final o próprio conceito de pobreza. Todavia, a relevância de um trabalho dissertativo encontrasse na possibilidade de proporcionar um debate de idéias e provocar à reflexão.

Partindo das análises sistemáticas de White e Killick (2001) Ana Luiza Codes (2008) apresentou em sua obra um es-

queima analítico, proposto pelos referidos autores, que nos sugere a trajetória de evolução do conceito de pobreza, e parece-nos uma síntese introdutória interessante para o conteúdo central desta seção. A figura a seguir demonstra de forma crescente os diferentes elementos sociais (materiais e subjetivos) que foram sendo incorporados ao conceito de pobreza, no decorrer dos anos outrora desconsiderados. Podemos perceber que a preocupação relativa à satisfação das necessidades primárias de subsistência dos indivíduos pobres, representada na pirâmide pela categoria *consumo pessoal* foi sendo extrapolada paulatinamente, a ponto de na base da figura encontrarmos uma gama de categorias inter-relacionadas compondo o conceito de pobreza. As concepções principais consistem nas idéias de *subsistência*, *necessidades básicas*, *privação relativa*, *privação de capacidades*, conforme observaremos a seguir.



**Figura 1** – Pirâmide evolutiva do conceito de pobreza  
 Fonte: White e Killick *apud* CODES, 2008.

O conceito de subsistência é originário da Inglaterra durante o período da Revolução Industrial, no século XVIII. Era considerado pobre todo aquele indivíduo que não possuía condições financeiras para garantir sua alimentação diária. A pobreza era medida através de cálculos com base no critério de renda necessário para a sobrevivência exclusivamente física dos indivíduos pobres. Em outras palavras, um conceito mais biológico do que social. A idéia de subsistência foi responsável pelo surgi-

mento de uma série de Leis de ajuda aos pobres, as reconhecidas *Poor Laws* (Lei dos Pobres). O objetivo principal destas Leis era de amenizar a miséria que havia eclodido no interior da classe trabalhadora urbana que se constituía. As ações exercidas pelo Estado Inglês, no período de vigência das *Poor Laws*, visavam garantir minimamente as condições de reprodução da vida dos pobres, utilizando-se da menor quantidade de dinheiro possível, para não perder de foco o fortalecimento do sistema capitalista (CODES, 2008).

Economistas clássicos como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx revelaram-se críticos severos às Leis dos Pobres. Os dois primeiros ponderavam entre outras coisas, que a assistência aos pobres impediria o desenvolvimento do livre mercado de trabalho, necessário para o desenvolvimento econômico que apregoavam. Além disso, argumentavam que o aumento progressivo dos gastos públicos com a assistência social faria com que a renda líquida de um país fosse totalmente absorvida por estes encargos no decorrer dos anos. Compreendiam que tais Leis não teriam condições de melhorar a vida dos pobres, ao contrário, eles se veriam numa situação ainda pior, com o empobrecimento geral da nação. Os ricos se tornariam pobres, e os pobres conseqüentemente ainda mais pobres (SUPLICY, 2002). Karl Marx acreditava que as *Poor Laws* não poderiam ser caracterizadas como uma forma material eficaz de sustento aos pobres, e ao longo de tempo, se transformariam em empecilho ao processo revolucionário que apregoava. Podemos atentar para o teor de suas críticas na passagem a seguir, momento em que analisou o impacto das Leis dos Pobres nas áreas rurais da Europa:

[...] a lei de assistência aos pobres e sua administração era a mesma em 1795 e 1814. Recordemos como essa lei funcionava no campo: a paróquia completava, a título de esmola, o salário nominal, de modo que o indivíduo apenas pudesse vegetar. A proporção entre o salário pago pelo arrendatário e o déficit coberto pela paróquia revela duas coi-

sas: primeiro, a queda do salário abaixo do mínimo; segundo, o grau em que o trabalhador agrícola é um composto de assalariado e indigente, ou o grau em que foi transformado em indigente de sua paróquia [...] (MARX apud SUPLICY 2002:53)

Com o passar do tempo, o conceito Inglês de subsistência acabou sendo exportado, e abalizou a estruturação de planos de desenvolvimento e redução da pobreza em países pobres do mundo. “Constituem exemplos as medidas estatísticas de descrição das condições sociais, adotadas em princípio dentro de países, e mais tarde, aplicadas por parte de Agências Internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional” (CODES, 2008:12). Ainda hoje, o conceito de pobreza empregado pelo Banco Mundial admite apenas a incapacidade do indivíduo em atingir um padrão mínimo de consumo relacionado ao critério de renda, considerando como pobre todo aquele indivíduo que sobrevive com uma renda média de menos de 1/4 de dólar por dia (KOGA, 2003). A pobreza definida como insuficiência de renda tem apenas seu caráter econômico enfatizado. É o conceito preferencialmente utilizado devido à facilidade de comparação dos índices entre regiões e países, comumente utilizados pelo Estado para a definição de quais pessoas são pobres e serão atendidas por políticas públicas.

Para muitos autores a promoção do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) na Europa foi determinante para a alteração do pensamento unilateral relativo à pobreza, e para a própria situação dos pobres europeus. A relevância do Estado de Bem-Estar Social, enquanto suporte de um novo modelo de sociedade, reside no fato da garantia de direitos sociais universais, com a provisão das proteções sociais e a instauração de modos de coesão e regulação social, a partir do século XX (CASTEL, 1998). Emerge deste processo o conceito de pobreza referente às necessidades básicas dos indivíduos pobres. Esta formulação introduziu a perspectiva, de que, a pobreza possui variadas dimensões, que se apresentam através de diversos tipos de carência e não apenas da carência material.

Nesse sentido, as pessoas em situação de pobreza têm dificuldades em obter uma alimentação adequada, sendo comuns os casos de fome e desnutrição. Possuem, em geral, baixa escolaridade, moradia inapropriada, acesso precário a água tratada ou saneamento básico o que resulta em doenças, fomes e até mesmo em morte. O conceito de necessidades básicas foi difundido, principalmente, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Instituições que integram a Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos de 1970, e à noção de pobreza passou-se a incluir aspectos essenciais que normalmente são oferecidos fora dos mecanismos de mercado e devem ser garantidos pelo Estado Social como educação, cultura, saúde, fornecimento de água potável e moradia (MARANHÃO, 2006).

No limiar dos anos de 1980, surge a idéia de privação relativa, buscando um enfoque mais abrangente sobre a pobreza, a partir de uma perspectiva social do fenômeno. A concepção se traduz na análise do contexto social no qual as pessoas encontram-se inseridas, e passa-se a considerar pobre o indivíduo que não consegue atingir um padrão satisfatório no interior do meio social em que vive, padrão que lhe permita desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir um comportamento adequado, o esperado enquanto membro da sociedade. Isso significa que as privações relativas à pobreza podem ocorrer em quaisquer ou em todas as esferas da vida do indivíduo, como por exemplo: no trabalho, na família, na comunidade onde reside ou em atividades sociais. Neste sentido, o tempo passa a existir como condição fundamental para este conceito, pois, maiores ou menores privações podem aparecer desaparecer e aparecer novamente ao longo da vida do indivíduo. Ao mesmo tempo, contrapondo-se a este conceito, floresceu a tese que vem de acordo com as instituições financeiras internacionais no sentido do bom funcionamento do mercado, as economias se tornariam prósperas, e a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres. Esses pressupostos se coadunam com a tese que ficou conhecida como “consenso de Washington” (CODES, 2008).

No âmbito da privação de capacidades o economista indiano Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia (1998) tem conduzido as discussões por meio da introdução de variáveis mais

amplas e qualitativas ao conceito de pobreza, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Neste sentido, ser pobre não implica somente em privação de recursos. O autor argumenta que o acesso a alimentos e bens, por parte de alguns grupos da população, é função de uma série de fatores legais e econômicos, ou seja, a disponibilidade de um bem não garante que certos grupos de indivíduos tenham a capacidade de adquiri-los, portanto, para Sen não é a escassez de bens que gera a pobreza e a fome, mas a incapacidade de obtê-los (CODES, 2008). Nesse processo, o trabalho teórico do autor contribuiu para a noção de direito a alimentação ou acesso a ela, enfatizando que a renda somente era um valor na medida em que aumentasse as capacidades dos sujeitos e dessa maneira permitissem que os mesmos tivessem uma função na sociedade (KOGA, 2003).

Amartya Sen destaca, ainda, os elementos considerados por ele como determinantes na análise da relação entre renda e capacidade, pois, a possibilidade de auferir renda, transformar capacidade em renda, pode ser afetada, entre outras coisas, pela idade da pessoa, pelos papéis sexuais e sociais que ela desempenha, pela localização espacial em que reside ou por condições epidemiológicas. Essa definição não despreza o fato de a pobreza também ser caracterizada como uma renda inferior a um patamar preestabelecido, pois, uma renda baixa pode ser apenas a razão primeira da privação de capacidades de uma pessoa. Além disso, nos chama atenção para o fato possível da renda ser distribuída de forma desigual dentro da família, nesta medida o grau de privação dos membros negligenciados pode não refletir adequadamente pela renda familiar, e assim, a privação relativa de renda pode resultar em privação absoluta de capacidades (CODES, 2008).

Um dos pontos centrais da teoria de Sen (2000) é a falta de controle pessoal que o indivíduo vê manifestado mediante tais privações de capacidades. Segundo Sen (2000) as capacidades constituem as muitas liberdades de os indivíduos terem estilos de vida diversificados: dos básicos, como alimentar-se, aos mais complexos, como participação política. Tais liberdades se dividem, fundamentalmente em: a) liberdades substantivas relacio-

nadas às capacidades básicas e às participações políticas e de expressão e b) liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

O sociólogo francês Serge Paugam (2003) também acredita que a pobreza não é somente uma carência de bens materiais, contudo, o autor se refere a um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. Desta maneira o autor, ao tratar da *desqualificação social*, isto é, do descrédito àqueles que não desfrutam plenamente da vida econômica e social, estuda a diversidade do *status* que definem estas pessoas e suas identidades. Para Paugam, a designação de pobre depende, além da precariedade econômica social, da dependência em relação aos serviços assistenciais, e assim, divide os beneficiários em três tipos: a) os fragilizados, b) os assistidos e c) os marginalizados.

Para o autor citado, os *fragilizados* correspondem a pessoas passíveis de fazer parte da assistência social, referem-se a grupos que podem estar desempregados, ou, entre o emprego e o desemprego: trabalho temporário, trabalho por tempo determinado, “bicos”, estágios. “O problema dos fragilizados é a incerteza ou a irregularidade da renda desencadeando uma participação apenas parcial da vida econômica e social” (PAUGAM, 2003:64). Os *assistidos* são aqueles que necessitam regularmente de uma intervenção social, a renda que possuem advém da proteção social ou das redes de solidariedade, seja por deficiência física ou mental, seja por dificuldades que têm em propiciar educação e manutenção dos filhos. Os *marginalizados* não possuem rendas provenientes nem do emprego e nem de subsídios assistenciais, não se beneficiam ou nunca se beneficiaram de transferências de renda do tipo assistencial e os únicos benefícios que possuem partem de associações de caridade.

O último dos conceitos elencados para discutirmos em nosso trabalho é o de pobreza vista a partir de uma perspectiva multidimensional. Para os autores que se utilizam desta formulação, a pobreza aparece como um fenômeno que necessita uma gama maior de elementos a serem analisados para a sua com-

preensão. Múltiplas dimensões devem ser associadas à problemática e incorporadas às investigações referentes ao tema. Codes (2008) nos chama a atenção para dois aspectos funcionais dentro do estudo da perspectiva multidimensional, a dimensão social e a dimensão política, além da análise dos elementos materiais e subjetivos assimilados de outras conceituações. Neste sentido, a pobreza na forma multidimensional não aceita a retórica de que um aumento de renda entre os mais pobres seria suficiente para que os indivíduos ultrapassem a condição de pobreza, pois, uma vez associados, os elementos geradores da pobreza dificultam ainda mais essa ultrapassagem. Significa dizer que um indivíduo não possuidor de renda condizente para suprir as suas necessidades e que não tem acesso a serviços públicos e a direitos sociais e políticos encontrasse em condição piorada de pobreza, ou seja, quando os elementos não aparecem de forma isolada passam a existir as privações múltiplas.

No entanto, para além do conceito de pobreza, continua o debate sobre suas medidas de aferição, considerando-se ainda as linhas de pobreza e indigência. Na lógica monetarista empregada, acaba imperando a focalização das políticas públicas, seguindo o discurso classificatório dos mais pobres dentre os pobres. Outro problema é que o uso do critério de renda tende a tornar homogêneas situações distintas. Por isso, é importante saber qual a noção de pobreza está sendo utilizada em cada tipo de política pública porque dependendo do conceito adotado, o número e as características de pobres serão diferenciadas. Assim, a pobreza torna-se um referencial privilegiado, distanciando-se cada vez mais do debate da cidadania e da universalidade das políticas. A propósito deste fato, nos deparamos com uma análise indiscutível do professor Milton Santos (2003:15 e 16)

[...] a pobreza, um fenômeno qualitativo, foi transformada num problema quantitativo e reduzida a dados numéricos. Forneceram-se números índices para provar a distância entre países ricos e pobres e para inferir que esses últimos deveriam imitar os primeiros se



quisessem superá-la. [...] a ajuda promovida como atitude generosa dos países ricos quando, de fato, constitui uma questão de interesses ocultos, de conquista e dominação econômica [...]

A hipótese a ser discutida em nosso trabalho é a de que a manifestação das situações de pobreza se dá em lugares e tempos específicos, e com pessoas concretas. Trata-se de um processo social em curso e, para além dos problemas conceituais de sua nomenclatura ou de índices e medidas de pobreza, interessa perceber como ela se materializa nas condições de vida das pessoas (KOGA, 2003) no início do século XXI. E ainda, vista de uma perspectiva a partir do espaço, poderia apontar uma realidade diferente para a dinâmica da pobreza, conforme veremos nas seções a seguir.

### **1.3 POBREZA E ESPAÇO: CONCEITOS CONVERGENTES?**

Finalizamos a última seção com os apontamentos iniciais, relativos à discussão a qual objetivamos ampliar agora no presente item. A idéia principal é tomar como ponto de partida os conceitos de pobreza e espaço e, analisar se estes conceitos possuem elementos comuns, capazes de gerar certo grau de interdependência, a ponto de demonstrarem algum tipo de relação de causa e efeito entre si. Buscaremos estabelecer um marco teórico em torno da pobreza e do espaço na tentativa de construir uma caracterização mais precisa e um arcabouço teórico conceitual que possibilite a ampliação do conhecimento e o melhor entendimento sobre o fenômeno. Fazê-lo contíguo à Geografia nos revela a possibilidade concreta de inserir o espaço no debate relativo à pobreza, não na forma de uma variável, mas como um conceito que pode trazer à tona subsídios fundamentais à compreensão da materialização da pobreza no espaço, de modo particular o espaço urbano e, auxiliar no estabelecimento de nosso método de análise.

Conforme pudemos observar, a pobreza pode ser entendida sob diferentes aspectos e, desta maneira, encontrasse sujeita a produzir resultados e análises diferenciadas a partir do conceito e dos métodos utilizados em sua definição. Na busca por resultados rápidos, a maioria dos estudos em relação à pobreza trás interpretações relacionadas ao consumo pessoal e a renda necessária para que os indivíduos pobres adquiram condições mínimas de sobrevivência. De uma forma geral, compreendemos que a pobreza é um fenômeno difícil de ser definido e, que a insuficiência de renda, vista de maneira isolada, não nos permite chegar ao centro do debate sobre a temática. Porém, um esforço muito grande em desconsiderar as concepções de pobreza através dos níveis de renda poderia nos levar a recair em um erro grave, pois, esta questão não pode ser relegada a último plano. A renda é uma variável, dentre outras, que podemos identificar, e o faremos no contexto a seguir, importante para as formulações do conceito de pobreza.

Com objetivo de delinear uma configuração conceitual referente à pobreza, enquanto categoria útil e aplicável à compreensão dos processos e realidades, que nos desafiamos a examinar no decorrer do trabalho de dissertação, afirmamos que nosso entendimento sobre o fenômeno se aproxima das idéias difundidas por Amartya Sen. Para o autor o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. Isso não inclui apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde, educação, habitação ou saneamento, abrange também a segurança, a liberdade e a cultura. Pois, também para Sen, a noção de cidadania consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas (CODES, 2008), conforme observamos na seção anterior.

Na Geografia brasileira, a pobreza foi discutida, sobretudo pelo professor Milton Santos, que em 1978 publicou *Pobreza Urbana*. No livro, o autor evidência a dificuldade em chegar a uma definição unívoca para o conceito e sua preocupação com as explicações parciais da pobreza, através apenas de considerações a respeito de elementos relacionados aos processos de explosão demográfica e do êxodo rural, por exemplo. No conjun-

to da discussão, Milton Santos aborda múltiplos conceitos e, nos indica uma vasta bibliografia internacional sobre o tema da pobreza, aliado ao debate sobre os dois circuitos da economia urbana<sup>1</sup>. Para o autor (1978:09) é mais importante compreender o fenômeno da pobreza do que medi-lo, uma vez que “a única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence”. Santos (2004) argumentava, que os estudos sobre pobreza deveriam considerar muitos fatores, segundo ele, o mais importante seria o modo de integração e inserção ao espaço, encontrado pelas camadas pobres diante das condições impostas pela sociedade urbana, principalmente em relação às condições de habitação.

Visto desta maneira, para além de Amartya Sen, compreendemos que o espaço incorpora as variáveis que compõem a pobreza e, por este motivo, é necessário que o conceito faça parte de nossas análises sobre a condição de pobreza dos indivíduos. O professor Milton Santos foi o principal expoente em meio às discussões decorrentes na academia recentemente. Para Santos (1996) o conceito de espaço é indivisível aos seres humanos que o habitam e o modificam todos os dias, através da tecnologia empregada. Em sua concepção a noção de espaço é definida em síntese como um conjunto de objetos e um conjunto de ações. Os sistemas de objetos se podem caracterizar como resultado da relação estabelecida entre o mundo real e sua representação concreta e, os sistemas de ações representam as relações de poder exercidas no espaço, conformando o espaço social.

Deste mesmo modo, a constatação de que toda realidade se reveste de forma e conteúdo leva o filósofo Henri Lefebvre a acreditar que o espaço social apresenta metodologicamente e teoricamente três categorias gerais: forma, função e estrutura. Isto significa que todo espaço social pode ser objeto de uma análise formal, estrutural e funcional. Para o autor, a articulação me-

---

<sup>1</sup> A teoria dos dois circuitos demonstra a segmentação econômica nos países *subdesenvolvidos*, existindo um circuito moderno construído e mantido pelas inovações tecnológicas e, um circuito inferior composto pelos indivíduos excluídos da modernização da tecnologia, contudo, os dois circuitos não são isolados e, fazem parte de um sistema econômico único (SANTOS, 1979).

todológica das três noções permite desvelar um conteúdo sócio-espacial que se encontra oculto, posto que dissimulado nas formas, funções e estruturas analisadas (LEFEBVRE, 1991). Em realidade nenhuma destas três categorias existe separadamente e apenas sua utilização combinada pode restituir-nos a totalidade em seu movimento. Neste aspecto, o espaço envolve as contradições e as particularidades do real, influenciando os processos sociais subseqüentes.

Assim, a produção do espaço atual é permanentemente resultado da sucessão de tempos históricos sobrepostos, isto faz com que diversas lógicas aplicadas estejam presentes em um mesmo espaço. Em Marx (2007) apreendemos que qualquer que seja a forma da sociedade, ela é produto da ação recíproca dos homens, das relações sociais e, definidas pelo modo de produção engendrado nos diferentes períodos históricos. Existem lógicas dominantes, mas estas possuem uma historicidade, intensidade e tempo de duração. Assim, cada nova lógica encontrará a resistência de todas as outras anteriores que ainda conseguirem deixar rastros físicos (SANTOS, 2003). Para o autor Manuel Castells (2000:181 e 182) “O espaço é estruturado. Não é organizado ao acaso e, os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-lo, os determinismos de cada período da organização social”.

Milton Santos (1982) observa, ainda, o espaço, como resultado de múltiplas determinações, cuja origem se situa em níveis diferentes e em escalas variáveis, indo do simples lugar à dimensão internacional. Para o autor, a cada fase histórica o papel da estrutura social e de seu conteúdo é variável. Nas palavras do autor:

[...] na aurora dos tempos históricos, o homem dependia diretamente do espaço circundante para a reprodução de sua vida. Era necessário conhecer os seus segredos para viver. Desta forma, as primeiras técnicas foram elaboradas no contato íntimo com a natureza [...] Atualmente as relações entre as sociedades e seu espaço-suporte não tem

mais caráter privilegiado, mas dependem de uma determinação externa que tem o domínio deste espaço, da orientação de sua produção e do destino de seus habitantes [...] (SANTOS, 2003:18 e 19).

Na sociedade atual a lógica da produção e da reprodução do espaço, encontra seus alicerces no modo de produção capitalista. E, a partir desta base estrutural emergem duas realidades desiguais, que estão em lados opostos, entretanto, compõe em conjunto a totalidade capitalista. Em outras palavras “o espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa” (SANTOS, 1982:22). Para Lefebvre (1991) a disposição do espaço urbano traduz as relações conflitantes entre o capital e o trabalho, condicionando não somente no sentido material, mas nas relações de poder projetadas territorialmente e nas práticas sócio-espaciais inscritas no espaço. Deste modo, o espaço representa um componente dialeticamente definido dentro de uma economia política, que em última instância, explica a sobrevivência do capitalismo contemporâneo. Para Santos (1979) as formas do espaço urbano são resultado da divisão interna e internacional do trabalho durante cada época em que foi constituída e decifrá-las em sua complexidade política, social e econômica permite compreender a trajetória histórica do lugar. Assim, as formas antigas que permanecem no espaço são fruto das divisões do trabalho anteriores e as novas construções são resultado da divisão do trabalho atual.

Nas observações de Koga (2003) a tendência do espaço, nos dias de hoje, é consolidar-se como um meio técnico-científico-informacional, constituído por um grande conteúdo em ciência, técnica e informação, daí resultando uma nova dinâmica territorial. Isso se deve sobretudo ao processo de *globalização*, marcado, entre outros aspectos, pela expansão das empresas multinacionais, que investem maciçamente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e sistemas de produção. Essa situação leva a um tipo de produção com um conteúdo em ciência, tecnologia e informações cada vez maior. Os caixas eletrônicos, os telefones celulares, os computadores conectados à Internet são apenas alguns exemplos desse espaço

“carregado” de ciência, técnica e informação. Esse meio técnico-científico-informacional dá-se em muitos lugares de forma extensa e contínua (Estados Unidos, Japão, Europa e parte da América Latina), enquanto em outros (África, parte da Ásia e parte da América Latina), apenas se manifesta como manchas ou pontos. Desta forma nota-se cada vez mais uma oposição entre espaços adaptados às exigências das ações econômicas, políticas e culturais características da *globalização* e outras não-dotadas dessas virtualidades (KOGA, 2003). Para Santos (1982:15) “a nova estrutura da acumulação tem um efeito sobre a organização do espaço, visto que ela agrava as disparidades tecnológicas e orgnizacionais entre lugares e acelera o processo de concentração economica e geográfica”.

Diante desta dinâmica social contraditória, afirmamos que o resultado da produção do espaço capitalista é ao mesmo tempo produção e reprodução da riqueza e da pobreza dos homens. O espaço é, pois o lugar da materialização das relações sociais e de produção. As relações de poder concretizadas no espaço incidem diretamente nas condições de vida dos indivíduos pobres, a divisão da sociedade em classes sociais privilegia os mais ricos e os espaços considerados “nobres” e, mesmo a apropriação e o uso do espaço, como um todo, é desigual no interior deste contexto. Também são desiguais os investimentos em urbanização, equipamentos públicos e, o próprio emprego da ciência, conforme observamos anteriormente. O espaço aparece deste modo, planejado e construído só para alguns, adquirindo caráter fragmentado, pois não atende ao interesse de todos os indivíduos. À exemplo das afirmações, Milton Santos (1982) considera:

[...] com a mundialização da sociedade, o espaço, tornado global, é um capital comum a toda a humanidade. Entretanto, sua utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um capital particular. Com isso, a noção de propriedade privada de um bem coletivo é reforçada. A utilização deste capital comum, o único de que dispõem a humanidade, é seletivo. O espaço construído, a estrutura eco-

técnica, é seletivamente utilizado pelos diversos tipos e modalidades de capital [...]

Assim sendo, compreendemos que a herança social e a organização das atividades econômicas, responsáveis pela produção e reprodução da vida dos homens, nos diferentes períodos históricos, determinam também, a distribuição e a alocação dos homens no espaço. Ao inserirmos o modo de produção capitalista a esta análise, o professor Idaleto Aued (2008) nos chama a atenção para a localização dos indivíduos pobres no espaço, para o autor, o processo de miséria é resultado da degeneração do trabalhador, fazendo com ele seja obrigado a acompanhar o movimento e a transferência do capital de um lugar para o outro e, através de ações concretas no espaço procure continuamente a reprodução da vida, através da venda de sua força de trabalho. No interior deste contexto, em condição de pobreza o indivíduo tem dificuldade de sentir-se cidadão portador de direitos sociais e, esta aparente falta de perspectiva dificulta a criação de vínculos com os lugares (AUED, 2008). Neste contexto, para Santos (1987:61) “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”.

Milton Santos (1987:93 e 94) em o *Espaço do Cidadão* propõe uma reflexão analítica sobre pobreza e espaço e, nos sugere elementos através dos quais nos aparece evidente e cabal a correlação entre os conceitos:

[...] a pobreza não é igualmente definida nas diferentes situações geográficas. Para cada cidade ou espaço rural, os dados objetivos (entre os quais incluem salário, os preços, a qualidade e quantidade da informação e os serviços oferecidos) e, os dados real ou aparentemente subjetivos (noções de bem-estar, perspectiva para o futuro, sentimento de participação nas decisões), que definem uma situação de pobreza, são por demais díspares. Com efeito, existem num mesmo país diferentes situações de pobreza [...]

De modo que para o autor, ao interpretarmos o espaço como fato histórico, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local poderá servir como fundamento à compreensão da realidade e, ao mesmo tempo permitir a sua transformação em benefício dos homens. 'Pois, a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço ele mesmo é social' (SANTOS, 1979:09 e 10). Neste sentido, o espaço aparece também, enquanto método de análise para identificarmos a condição de pobreza dos indivíduos no contexto espacial. Portanto, compreender as variáveis que compõe o espaço, se constitui em elemento primordial para atingirmos as análises pretendidas neste trabalho.

Destarte, em síntese, podemos afirmar que a hipótese levantada no início desta seção se mostrou relevante e fundamental para a construção de nosso método de análise. É possível observar no transcorrer do texto, a existência de uma linha convergente entre os conceitos de pobreza e espaço e, os efeitos de um sob o outro. Além disso, a materialização da pobreza no espaço é algo que dificilmente passa despercebida aos olhos da maioria no cotidiano das cidades capitalistas. Diante do fato, identificamos três pontos principais, que servem de referência à afirmação: a) a pobreza se materializa no espaço, pois é no espaço que os homens organizam as suas atividades produtivas e onde são vivenciadas as relações sociais concretas; b) a produção e a apropriação do espaço capitalista ocorrem de forma desigual entre ricos e pobres e; c) a localização do trabalhador no espaço acontece conforme o movimento do capital. Aprofundaremos estas questões no Capítulo 3.

#### **1.4 O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO FRENTE À POBREZA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Na presente seção pretendemos analisar a forma pela qual o Estado brasileiro tem se posicionado frente à pobreza no início do século XXI e, os principais reflexos sentidos no interior



da sociedade. Compreendemos que o fato de nos propormos a discutir o papel do Estado, implica necessariamente em buscarmos referenciais relativos às políticas públicas desenvolvidas no período e, em especial à política nacional de assistência social. Neste sentido, trataremos sobre dois pontos marcantes na trajetória recente da política de assistência social no Brasil, a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004 e; o caminho percorrido pelos programas de transferência de renda no país. Inicialmente, nos dedicaremos à formulação de breves considerações contextuais sobre a história da política assistencial no Brasil.

Segundo Sposati (1991) até os anos de 1930, não havia uma compreensão da pobreza enquanto uma questão social, no Brasil e, quando esta emergia para a sociedade, era tratada como caso de polícia e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos. Dessa forma a pobreza era tratada como disfunção individual. Nas análises de Mestriner (2001) a primeira grande regulação da assistência social no país foi a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) criado em 1938. Para a autora, o CNSS foi a primeira forma de presença da assistência social na estrutura do Estado brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações sociais que prestavam o amparo social. Para Sposati (1991) a primeira grande instituição de assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que tem sua gênese marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo, criada em 1942. Após a LBA, a iniciativa estatal mais significativa em relação ao enfrentamento da pobreza foi a constituição do Ministério da Previdência e da Assistência Social, em 1974.

Para além destes modelos de intervenção estatal, a aprovação da Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova concepção para a Assistência Social, incluindo-a na esfera da Seguridade Social, junto com as políticas de saúde e previdência social, enquanto direitos universais. A assistência adquire status de política pública e, em 1993 com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) introduz uma nova realidade institucional, propondo mudanças estruturais e conceituais. Neste contexto, emerge um cenário com novos atores revestidos com

novas estratégias e práticas, além de novas relações interinstitucionais e intergovernamentais, confirmando-se enquanto 'possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e serviços de ampliação de seu protagonismo' assegurando-se como direito não contributivo e garantia de cidadania (YASBEK, 2004). Contudo, mesmo com a regulação da política social a pobreza não aparece como principal questão a ser combatida pelo Estado, a destinação das políticas tem como público alvo os segmentos considerados em situação de risco e vulnerabilidade social, como os idosos, crianças e adolescentes e portadores de deficiência, de maneira geral.

Posteriormente, outros fatos marcantes que podemos destacar: o Decreto nº 1.605, de 25 de agosto de 1995 regulamentou o Fundo Nacional de Assistência Social, gerido pelo Ministério da Previdência Social, com o objetivo de proporcionar recursos e meios para financiar benefícios e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social. A Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998, que reinstituiu o Ministério da Previdência e Assistência Social, o mesmo que no ano de 2003 foi desmembrado pela Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, em Ministério da Previdência Social e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o qual ficou responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social (Sposati, 2005). Neste mesmo ano ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, onde uma deliberação foi tomada, a consolidação da Assistência Social, como política pública em um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) *"que passa a reorganizar ações e serviços em todo o território nacional, por meio da articulação e provimento de ações em dois níveis de atenção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial"* (MDS, 2005).

Sabemos que não é possível apreender todo este processo sem considerar o contexto social e político que esteve submetida à assistência social brasileira, nos diferentes momentos históricos citados anteriormente. No entanto, desviaremos nossa discussão para o processo decorrente a partir da década de 90 do século XX, para assim, alcançar com maior rapidez os anos que nos propomos a estudar nesta seção, ou seja, o início do século XXI. Para Sitcovsky (2006) o desmonte do Estado a

partir da adoção das políticas neoliberais incidiu diretamente na configuração da assistência social no Brasil. Para o autor, a partir dos anos de 1990, o Estado brasileiro vem sendo atravessado por um grande esforço da classe dominante em restringir suas ações e redimensionar sua atuação na vida social, econômica e política do país. Esta cruzada foi responsável por uma verdadeira refundação do Estado brasileiro, tamanho o nível de desmoralização e desaparelhamento a que foi elevado.

Os autores Paiva e Mattei (2009) afirmam que as políticas sociais brasileiras sempre estiveram subordinadas às estratégias de desenvolvimento do país. E, argumentam ser indispensável para o exame das políticas sociais do início do século XXI, a análise referente às transformações ocorridas na última década do século XX. Para Paiva e Mattei (2009:176) nos anos 1990 foram adotadas:

[...] amplas medidas de ajuste fiscal visando à contenção da inflação e a reorganização dos gastos públicos, de maneira combinada com as modificações institucionais designadas como “Reforma do Estado”. Tudo isso em nome de duas premissas centrais: a modernização e a abertura econômica [...]

Nesta lógica, o enfraquecimento da estrutura dos direitos sociais afirmados na Constituição Federal de 1988 foi incisivo. Embasada nessa mesma perspectiva, Carmelita Yasbek (2004:24) ao analisar os reflexos sociais da Lei Orgânica da Assistência Social, no decorrer dos anos de 1990, definiu-a como:

[...] plena de ambigüidades e de profundos paradoxos. Pois se, por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da exclusão, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício

de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, coloca em andamento processos articuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social, sob a forte pressão dos interesses financeiros internacionais [...]

Ainda segundo a autora (2001, p. 04):

[...] as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado e, em relação à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão política apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade [...]

Por outro lado, a redução da ação estatal na área social tem sido acompanhada da expansão da participação de setores da sociedade civil na provisão de políticas sociais. Alguns defensores das parcerias fundamentam a existência delas através de dois grandes argumentos: o primeiro baseado na existência de entidades prestadoras de serviços sociais decorrente da histórica ausência do Estado nesta área e, o segundo refere-se à idéia de ampliação da participação, sob a justificativa da democratização do Estado. Para Sitcovsky (2006) estes argumentos servem de fio condutor para que ganhem força as propostas das agências multilaterais, que disseminam a idéia da redefinição do papel do Estado e da sociedade civil (Quadro 1).

**Quadro 1** – O papel do Estado e da sociedade civil para as agências multilaterais

	<b>Banco Mundial</b>	<b>CEPAL</b>	<b>PNUD/BID</b>
<b>Funções Do Estado</b>	Redução das funções sociais com transferência de ações para a sociedade civil e mercado.	Intervir no fortalecimento da competitividade e busca de equidade. Articulação de grupos organizados da sociedade civil e do mercado.	Redução de suas funções executivas nas políticas sociais.
<b>Papel da sociedade Civil</b>	Incorporação na execução política e prestação de serviços sociais. Refilantropização. Organização dos pobres.	Pluralista, ativa na construção de consensos estratégicos. Reconstrução de identidades nacionais, regionais e locais.	Ampliação da participação na execução de políticas e prestação de serviços com recurso públicos.

Fonte: Simionato e Nogueira (2001:21).

Neste caso, podemos afirmar apoiados em Mestriner (2001) que a partir da reforma do Estado iniciada nos governos de Fernando Henrique Cardoso e aprofundada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se evidente a tendência em legitimar 'novas' formas privadas de provisão social, por meio de 'velhas' formas de solidariedade familiar, comunitária e beneficente. A autora (2001: 54 e 56) avalia ao descrever que:

[...] a assistência social, que já era parte frágil, vive situações inéditas ao ter que se afirmar como política pública num Estado em que o público passa a significar parceria com o privado [...] desta forma o Estado fez avançar com nova ênfase os paradigmas da soli-

dariedade, filantropia e benemerência. Emerge deste processo um Estado caracterizado mais como coordenador do que executor das políticas sociais, no Brasil [...]

É no interior deste contexto, que se insere a elaboração e a posterior aprovação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em setembro de 2004. Podemos dizer que as alterações do modelo de gestão da política de assistência social com a aprovação do SUAS, decorrem do aprofundamento do próprio padrão de proteção social desenvolvido no Brasil ao longo dos anos. A nova política nacional de assistência social sugere o estabelecimento de uma relação entre Estado e sociedade civil como eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social. A idéia de construção de uma ampla rede sócio-assistencial alicerçada sob a necessidade prático-operativa de estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil como forma de garantir o funcionamento e a prestação dos serviços públicos. Na definição do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS):

[...] ao invés de substituir a ação do Estado, a rede deve ser alavancada a partir de decisões políticas tomadas pelo poder público em consonância com a sociedade. É condição necessária para o trabalho em rede que o Estado seja o coordenador do processo de articulação e integração entre as Organizações Não-Governamentais (ONG's), Organizações Governamentais (OG's) e os segmentos empresariais, em torno de uma situação ou de um determinado território, discutindo questões que dizem respeito à vida da população em todos os seus aspectos [...] (MDS, 2004:52)

No SUAS este processo é de responsabilidade do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Concretamente os CRAS devem obedecer a critérios espaciais e operacionais, ou seja, estarem territorializados de acordo com o porte dos municípios. A capacidade mínima de 2.500 famílias referências para cada CRAS nos municípios de *pequeno porte I* e, nos municípios

de *pequeno porte II* o mínimo de um CRAS para até 3.500 famílias e, nos demais municípios até 5.000 famílias referenciadas.

O SUAS opera suas ações através de quatro proteções afiançadas: proteção social básica, que tem por objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento das potencialidades e aquisições e, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; proteção social especial, com ênfase na reestruturação dos serviços de abrigo para novas modalidades de atendimento dos indivíduos que por uma série de fatores não contam mais com a proteção e cuidado de sua família; proteção social especial de média complexidade, consiste em atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos; proteção especial de alta complexidade, são os serviços que garantem proteção integral (moradia, alimentação, higienização, e trabalho protegido) para famílias que se encontram sem referência, ou, em situação de ameaça necessitando ser retirados de seu núcleo familiar. Podemos concluir, que ao Sistema Único da Assistência Social ainda existe um grande caminho a ser percorrido até sua definitiva efetivação e, mesmo recente no cenário nacional, já é alvo de inúmeras críticas.

Para Sitcovsky (2006:102) o SUAS alardeia estabelecer novas bases para relação entre Estado e sociedade civil e, no entanto, o que acontece na realidade é uma tentativa de organizar, racionalizar e regulamentar a relação público/privada com o intuito de evitar a sobreposição de ações e o desperdício de recursos, sob o argumento da eficiência e da eficácia. Ainda para o autor, a ação privada subvencionada no âmbito da assistência social, 'cujo às origens remontam à Era Vargas', além das mudanças jurídico-políticas mais recentes, como a ampliação das possibilidades de novas parcerias entre Estado e entidades sem fins lucrativos, ancoradas em um modelo de *Estado gerencial*, mostra com nitidez, a forma pela qual o novo repõe o velho. Outra questão discutida por Sitcovsky (2006) é a falta de infraestrutura pública adequada para a implementação imediata do SUAS. O autor refere-se à quase inexistência de unidades públicas de assistência social nos municípios brasileiros.

Os autores Paiva e Mattei (2009:186) analisando as diretrizes e objetivos do SUAS, concordam que se a temática da família ganha centralidade nas propostas ditas inovadoras, o tema da pobreza sufocado em sua dimensão estrutural, permanece limitado como um problema da esfera do consumo e da estrutura familiar e, é por esta razão que os autores citados compreendem as medidas do SUAS como tímidas. Pois, 'por mais que a pobreza seja aguda e reconhecida em seu potencial explosivo, se trata mesmo é de esterilizá-la, sobrepondo ações diversas e pulverizadas, que não atacam a raiz da questão'. Por outro lado, acreditamos que um ponto interessante a ser ressaltado na elaboração e organização do SUAS é sua concernente preocupação com a espacialização e a territorialização da demanda atendida pela assistência social, utilizando-se de análises e conceitos elaborados pelo professor Milton Santos, citado em várias passagens no decorrer do texto base da Política Nacional de Assistência Social.

Em relação aos programas de transferência de renda, segundo ponto considerado por nós como marcante na trajetória recente do papel do Estado frente à pobreza, no início do século XXI. Os programas de transferência de renda têm sido propostos para amenizar a condição de pobreza no Brasil, a partir de três argumentações básicas: a) considerando a sua abrangência, a transferência de renda aos pobres, demanda um recurso relativamente pequeno quando comparado a outros programas com a mesma finalidade; b) pouca eficácia reconhecida dos programas de governo baseados na distribuição gratuita de alimentos (programa do leite, distribuição de cestas básicas, programa de alimentação do trabalhador) que visavam atender as necessidades nutricionais, fundamentando-se na premissa de que são as mais essenciais no âmbito do consumo privado; c) o bem-estar do beneficiário é maximizado quando ele próprio decide como dispor da renda adicional (SABOIA E ROCHA, 1998).

Apreendemos inicialmente, que esta questão aparece materializada em forma de política social pública no Brasil, desde a Constituição Federal de 1988. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi um direito estabelecido diretamente na Carta



Magna e prevê a garantia de uma renda básica, no valor de um salário mínimo dirigido às pessoas como deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho e os idosos a partir de 65 anos de idade, em ambos os casos, para receber o benefício, a renda *per capita* familiar deve ser inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (MDS, 2004). O BPC, por ser uma política constitucional não representa propriamente o conceito de programa de transferência de renda, contudo, nos favorece a reflexão referente à opção do Estado brasileiro em objetivar tais modais no país, revelada desde 1988.

No ano de 1991, foi apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy e aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei nº. 80/91 que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Este é considerado o primeiro momento na trajetória dos programas de transferência de renda no Brasil. O Programa visava beneficiar todos os brasileiros, com idade maior que 25 anos de idade com uma renda inferior ao que corresponde, atualmente, a 2,25 salários mínimos. A primeira aplicação prática com bases na tese do PGRM foi o Programa Familiar para a Educação (posteriormente Bolsa Escola), umas das medidas imediatas do governo de Cristovam Buarque, no Distrito Federal, em 1995.

Muito embora, procurasse diferenciar-se, até mesmo pela designação, trata-se na realidade de um programa de renda mínima focado na questão educacional das crianças beneficiadas. Para ter direito ao benefício, fixado em um salário mínimo por família, todos os filhos entre sete e 14 anos deviam estar matriculados em escola pública; a família devia residir no Distrito Federal há cinco anos consecutivos; ter renda familiar *per capita* até meio salário mínimo e comprovar inscrição nos Programas de Emprego e Renda da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal caso houvesse desempregados ou autônomos na família. A importância que se dava à educação das crianças era comprovada pela suspensão da bolsa sempre que houvesse mais de duas faltas mensais à escola sem justificativa. A realização das inscrições nas próprias escolas onde os filhos estudavam e, a centralização do Programa na Secretaria de Educação corroborava o enfoque educacional dado ao Programa criado no Distrito Federal (BUARQUE, 1999).

Em 2001, o governo Fernando Henrique Cardoso incorporou o conceito do Programa Bolsa Escola. Durante a vigência do Programa em âmbito federal, as regras fixadas para o recebimento do benefício foram: comprovar matrícula e frequência na escola; estar cadastrado no *Cadastro único* e possuir renda *per capita* inferior à R\$ 90,00. O pagamento da bolsa de R\$ 15,00, por filho, limitado o máximo de três, dava-se através da Caixa Econômica Federal. Outros programas criados neste ano foram o Bolsa Alimentação e o Vale-Gás. No ano de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República todos estes programas foram incorporados e unificados em um único Programa, o Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado através da Medida Provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003, convertida na Lei nº. 10.836 em 09 de janeiro de 2004. Segundo previsto em suas diretrizes, o PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza, com renda mensal *per capita* de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 e, família em situação de pobreza extrema, com renda mensal *per capita* de até R\$ 70,00. Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$ 22,00 a R\$ 200,00, de acordo com a renda mensal e com o número de crianças e adolescentes na família. O pagamento dos benefícios previstos é feito preferencialmente à mulher e, as condicionalidades para uma família se manter na lista de beneficiários, quando couber, são relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular (MDS, 2004). Neste sentido, a priori, o PBF pretende apoiar as famílias mais pobres, proporcionando o acesso à alimentação, educação e saúde através da transferência de renda e do acompanhamento familiar. O programa Bolsa Família integra as ações e estratégias do Programa Fome Zero criado, também no ano de 2003.

O Programa Fome Zero foi o mote principal da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2002. Os objetivos principais do Programa visam estabelecer estratégias para promoção da segurança alimentar e nutricional da população brasileira vulne-

rável à fome, através de ações vinculadas entre governo e sociedade civil. As premissas iniciais do Fome Zero direcionaram-se, também à ações de ordem prática relativas a geração de emprego e renda, abastecimento de água e melhoria nas condições de saúde e educação, distanciando-se, neste primeiro momento de um conceito assistencialista, de mera distribuição de alimentos aos pobres. No entanto, suas ações consideradas de maior amplitude foram minimizadas já no segundo ano após sua instituição, fazendo com que o Programa Bolsa Família recebesse maior destaque público e social. Para muitos autores, o Programa Fome Zero não passou de um artifício eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como principal defensor o seu candidato à presidência. Reforçando ainda, no campo da assistência social ações clientelistas e focalizadas.

Não nos restam dúvidas, que em um primeiro momento as transferências de renda nos moldes do Programa Bolsa Família podem resultar em impactos positivos nas relações cotidianas dos seus beneficiários, contudo, compreendemos que estes não passam de mecanismos artificiais de distribuição da renda, sem qualquer compromisso com a alteração da estrutura econômica do país. Para Paiva e Mattei (2009) acontece, no interior deste contexto, a despolitização das políticas assistências e, ao mesmo tempo, a manipulação política junto aos segmentos sociais pobres. Curiosamente, podemos observar diferentemente do que poderia se supor em primeira análise, que a origem dos programas de transferência de renda no Brasil, vieram teoricamente à tona pela via política da 'esquerda', primeiro com Eduardo Suplicy, depois Cristovam Buarque e, atualmente no governo Lula. Como vimos, este é um caminho que vem sendo percorrido, principalmente, desde os anos de 1990 e, encontra agora nos primeiros anos do século XXI seu ápice. Esta realidade, somada a aprovação do Sistema Único da Assistência Social tem resultado significativo na inflexão das políticas sociais da Constituição de 1988 e, na manutenção do modelo econômico capitalista no Brasil.

## **2. A CIDADE DE FLORIANÓPOLIS COMO ESPAÇO DO CAPITAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE URBANIZAÇÃO E ÁREAS DE POBREZA**

### **2.1 AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES URBANAS OCORRIDAS EM FLORIANÓPOLIS NO SÉCULO XX**

Compreendemos inicialmente, por meio dos subsídios encontrados no Quadro Teórico apresentado anteriormente, que o processo de urbanização da cidade de Florianópolis é resultado da estruturação do modo de produção capitalista e reflexo do rápido processo de urbanização no Brasil, principalmente a partir da revolução de 1930. O espaço foi sendo produzido socialmente para atender as novas demandas que surgiam, todavia, atentamos para o fato de este ser ainda um processo em curso e estar sujeito a determinações universais. Destarte, dedicamo-nos nesta seção à análise da forma pela qual os processos sociais capitalistas produziram a urbanização na cidade de Florianópolis, no decorrer do século XX. Esperamos com tais formulações, colaborar com o debate respectivo aos principais determinantes econômicos e sociais que emergem no interior das relações de produção estabelecidas a partir do século XX em Florianópolis e, trazer à tona elementos que nos conduzam ao aprofundamento científico desta realidade, longe da prerrogativa de esgotar tais questões.

Recorrendo aos conteúdos históricos, apreendemos que colonização açoriana iniciada em meados do século XVII foi o primeiro grande marco da ocupação e povoamento de Florianópolis, em especial de sua parte insular. Os novos moradores encontraram na ilha condições geográficas semelhantes às do Arquipélago dos Açores, elemento facilitador para sua adaptação e, para reprodução parcial da organização sócio-espacial de suas cidades de origem – o *modelo açoriano de construção de cidades* (FERREIRA, 2008). Segundo Pimenta (2005:37) “a primeira estruturação da malha urbana estava baseada em pequenos núcleos com intensa vida religiosa e associativa, cuja noção de pertencimento a um espaço urbano unitário dava-se pela ativida-

de articuladora do mercado público”. No interior destes núcleos, anteriormente denominados de Freguesias, as casas eram frequentemente edificadas no entorno da sede da Igreja e de uma pequena praça. Característica singular ao modelo de urbanização da maior parte da extensão do litoral de Santa Catarina, as Freguesias foram estabelecidas, principalmente ao longo da faixa litorânea e áreas próximas o centro comercial de Florianópolis. A base material para reprodução da vida, desenvolvida durante o processo de urbanização decorrente da migração açoriana, esteve baseada fundamentalmente em atividades de agricultura familiar, pesca e, dos engenhos de produção de farinha. Na maioria das vezes, as atividades diárias de trabalho eram realizadas nas intermediações das Freguesias e, a comercialização dos produtos excedentes na área central da cidade. A divisão do trabalho era ainda rudimentar e, essa configuração pôde ser parcialmente observada até meados do século XX. A estrutura da malha urbana ficaria decisivamente influenciada por este traçado (PIMENTA: 2005).

Para além das formulações relativas à configuração sócio-espacial anterior ao período que nos propomos a estudar, identificamos três momentos distintos, como referências teórico-didáticos, considerados por nós, fecundos ao desenvolvimento das forças produtivas e ao processo de urbanização desencadeado em Florianópolis, no decorrer do século XX. Tais momentos podem representar também, a transitoriedade do espaço, ocasião em que coexistem as formas rudimentares e as novas formas de produção. A saber: a) a instalação da Ponte Hercílio Luz, no ano de 1926, ligando Ilha e Continente; b) a transferência e instalação de empresas públicas e privadas, entre os anos de 1950 e 1960, responsáveis pela definitiva alteração das relações de produção e; c) o surgimento de empreendimentos nas áreas de turismo e prestação de serviços, consolidando Florianópolis no cenário nacional e internacional como destino turístico, no ano de 1990. Procuraremos ao longo do texto mostrar como estas transformações traduziram-se concretamente numa ação expressiva das ações capitalista e, compreender de que forma o espaço foi sendo produzido socialmente em Florianópolis para atender as novas demandas do capitalismo, exigindo da população local uma constante adaptação as novas regras impostas ao trabalho

e a subsistência no espaço urbano, que demandavam cada vez mais renda para permanecer na cidade.

No limiar do século XX o centro de Florianópolis guardava praticamente a sua estrutura original, com suas praças, ruas estreitas, algumas casas pequenas e compactas, jardins e pátios anexos a residência dos habitantes mais abastados. A vida na capital era carregada de aspectos bucólicos, apesar disso, conforme afirma Pimenta (2005: 38) Florianópolis já demonstrava certa pretensão a assumir ares de cidade e as alterações arquitetônicas e espaciais ‘acrescentavam aspirações urbanas ao ritmo agrícola e pesqueiro’. De tal modo que para Bastos (2000) em meados do século XX, Florianópolis adquire posições importantes como praça exportadora da produção regional e importadora de produtos provenientes de outras regiões do Brasil e da Europa, ocasião em que os comerciantes açorianos foram gradativamente substituídos por comerciantes de origem alemã. Segundo nos aponta ainda o autor, estes comerciantes promoveram a modernização do porto e das relações mercantis com outros mercados, oferecendo uma variedade de artigos antes nunca comercializados. Percebe-se que o capital comercial de Florianópolis foi aos poucos se concentrando nas mãos destes comerciantes descendentes de imigrantes europeus. O porto foi o elemento fundamental na origem e evolução da cidade. O interesse comercial representado pela possibilidade de transações com os navios que aqui ancoravam fez da linha da praia na baía Sul a área de maior concentração de população.

A construção da ponte Hercílio Luz teve um significado especial para o núcleo urbano de Florianópolis, na medida em que crescia a população, abriu-se uma nova era de construções tanto na Ilha quanto no Continente. A área continental passou a refletir com mais intensidade a urbanização da Ilha. Logo após a inauguração da ponte surgem diversas linhas de ônibus, sendo a mais importante a do Estreito, que substituíram as antigas embarcações através das quais se fazia a travessia do canal. A facilidade de acesso, decorrente da criação destas linhas que de diversos pontos do continente circunvizinho se dirigiam à capital, resultou na procura mais freqüente por bens e serviços, além de

aproximar a capital de outras regiões do estado. Conforme afirma Harvey (1999: 240) através da evolução dos meios de comunicação e das redes de transporte o sentido de tempo e espaço é alterado radicalmente as cidades e, essa condição pôde ser observada em Florianópolis no início do século XX. Em relação ao porto, a construção da ponte Hercílio Luz não alterou diretamente suas atividades, pois, 'a navegação continuou a percorrer a costa regularmente e a transportar as cargas que Florianópolis recebia e as remetia para outros portos' (PELUSO JR., 1991: 331). Depois da ponte Hercílio Luz, duas obras viárias alterariam a configuração espacial da cidade com maior alcance, a construção da Avenida Hercílio Luz, como resultado plano de saneamento do arroio da Brulha, nos anos de 1920 e, a abertura da Avenida Mauro Ramos, na década de 1940, ambas localizadas nas proximidades da Praça XV de Novembro, intensificando as construções em seu entorno.

A ocupação da orla continental foi quase que imediata após a conclusão da primeira ligação viária entre ilha e continente. As primeiras casas de veraneio da elite local ficavam localizadas nas praias da área continental, como nas Praias da Saudade e Itaguaçu. Segundo Boppré (2003:29) "tratava-se de uma estratégia familiar de descanso. Não era impulsionada por empreendimentos de natureza capitalista como viemos a conhecer mais tarde". Está ocupação relativamente intensiva da área continental foi permeada pela falta de padrões de infra-estrutura urbana necessários, ocasionando uma ocupação poluidora do solo e, com isso a progressiva perda da balneabilidade das praias. Com o passar do tempo, o continente foi sendo tomado por bairros quase que exclusivamente residenciais, deixando de exercer a função de atender ao lazer de sol e praia da população. É interessante lembrar que as praias do continente e pontos específicos da orla onde, hoje, se encontra a rodovia Beira-Mar Norte foram os primeiros locais freqüentados por moradores e visitantes, com objetivo do banho de mar, em Florianópolis, principalmente no final do século XIX e início do século XX (FERREIRA, 2008).

Até os anos de 1930, as baixas construções caracterizavam o centro da cidade, os destaques eram os prédios do Instituto Politécnico (atual Escola Técnica do Comercio) e da Escola Normal (atual Faculdade de Educação da Universidade Estadual

de Santa Catarina). Florianópolis permanecia como a maior cidade e centro exportador do Estado. A partir deste período, a conjuntura nacional sofreu grandes mudanças provocadas por alterações na estrutura econômica e política brasileira em razão da chegada ao poder de representantes de classes sociais nacionalistas e a formação de um novo pacto político que une latifundiários, ligados ao mercado interno e a burguesia industrial nascente, excluindo do poder os comerciantes de importação e exportação que constituíam até então a classe dominante (PEREIRA, 2003: 07). A função portuária indutora das atividades comerciais em Florianópolis, não resistiu a essa nova conjuntura econômica e social, entrando em decadência a partir de meados do século XX. Com o fechamento do porto em 1970, a cidade se consolida na condição de centro político-administrativo, prevalecendo as atividades terciárias e, um crescente dinamismo relacionado à prestação de serviços, como observaremos a seguir.

A estagnação econômica decorrente deste processo foi rompida somente após “a Segunda Guerra Mundial e, principalmente após 1960, com o crescimento do aparelho do Estado, o advento da Universidade Federal de Santa Catarina, a implantação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e das sedes de outras empresas estatais” (PIMENTA, 2005: 38), bem como, o início das obras da BR 101. Tudo Isso aconteceu como reflexo direto da incorporação de idéias de progresso no período desenvolvimentista do Estado brasileiro (OLIVEIRA, 1982). Para a autora Mara Lago (1996) este período demarca o declínio definitivo dos modelos antigos de reprodução da vida da população em Florianópolis, especialmente da agricultura. Muito embora, o crescimento de Florianópolis não tenha perdido seu ritmo, a partir deste momento, de acordo com Peluso (1991) a construção da ponte Colombo Machado Salles, o aterro da Baía Sul e a Via Expressa em continuação à Avenida Rubens de Arruda Ramos, nos anos de 1970, fizeram desaparecer os entraves à ocupação da Ilha.

Florianópolis recebeu diretamente as conseqüências do rápido crescimento populacional (Tabela 1) e, sofreu em nível de estruturação de seu espaço, profundas transformações econômicas, sociais e urbanas. Integrantes da elite local foram aos poucos abandonando as áreas centrais e, é neste momento que se



consolida uma relativa separação das classes sociais no interior da cidade. As famílias de maior poder aquisitivo passaram a constituir bairros residências fora da área central, visto que, o crescimento urbano se transferiu do centro da cidade em direção aos balneários. Muitas construções antigas, datadas dos séculos XVIII e XIX foram derrubadas em nome do melhor aproveitamento do espaço, e no lugar foram construídas edificações de vários andares, refletindo os interesses do capital e objetivando a ampliação dos lucros. De forma geral, a expansão urbana da cidade de Florianópolis obedeceu aos interesses dos proprietários de terra, transformando o espaço em mercadoria.

**Tabela 2** – Crescimento da População de Florianópolis (1890-2009)

Período	População
1989	30.689 hab.
1919	41.338 hab.
1939	46.753 hab.
1949	67.630 hab.
1959	97.827 hab.
1970	138.337 hab.
1980	187.871 hab.
1991	254.941 hab.
1997	285.279 hab.*
1999	315.479 hab.*
2000	341.781 hab.
2007	396.723 hab.*
2009	408.161 hab.*

Fonte: Dados Censitários do Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE. \* Estimativa Populacional IBGE.

Para Milton Santos (1985) o espaço-mercadoria é dotado de preço, de acordo com a sua função dentro do sistema capitalista. Desta forma os espaços mudam de preço com o tempo, à medida que suas funções mudam, mudando também a sua relação com os outros espaços. Portanto, o preço do espaço-mercadoria passa a ser definido segundo o seu valor de uso. Em

Florianópolis o espaço foi sendo submetido às estratégias imobiliárias que se conformariam no decorrer dos anos na cidade, alcançando seu auge nas últimas décadas do século XX, em detrimento de seu ambiente natural de grande diversidade de ambientes como morros, praias, restinga, dunas, e mangues, aliadas à influência marinha e continental, estas se apresentavam como as características ambientais de relevante importância em toda Florianópolis. Outro ponto a ser identificado é a expulsão gradativa da população local de seu lugar. Este contexto veio a alterar definitivamente a frágil paisagem física, social e cultural de Florianópolis.

Neste sentido, inspirados em Pimenta e Pimenta (2005) compreendemos que o processo de urbanização de Florianópolis tem se caracterizado pelos interesses dos proprietários privados e, como resultado observamos a crescente ocupação de áreas de manguezais, áreas públicas, área de dunas, transformação de áreas públicas em privadas, fechamento das orlas marítimas, verticalização e, alterações sucessivas no zoneamento da cidade. De acordo com os autores, este processo vem acontecendo desprovido de investimentos públicos necessários à infraestrutura urbana de Florianópolis, comprometendo, especialmente, seu ambiente natural. Desta maneira, a cidade vai fortalecendo seu processo capitalista, refletindo o antagonismo deste modo de produção, expresso no uso do solo urbano. Nesse espaço se contrapõem proprietários e não-proprietários e verifica-se uma agregação seletiva de preço do solo, gerando condições ambientais e urbanas diferenciadas, onde as melhores condições são apropriadas e consumidas pelo capital e pela burguesia. Sendo que, até mesmo o consumo dos equipamentos coletivos passa a ser bastante discriminatório, pois a sua distribuição no espaço urbano acontece igualmente seletiva (GRADE, 2006).

Para Pimenta e Pimenta (1999) o ano de 1970 marca o ponto alto detonador do desenvolvimento econômico e urbano de Florianópolis incentivado, principalmente pela transferência de capitais nacionais e internacionais para a cidade. Nota-se que neste período, os investimentos foram, em sua maioria, direcionados à ampliação do mercado imobiliário comercial e locatário, sobretudo, nas áreas centrais, em localidades praianas da região

norte da Ilha, como Canasvieiras, praia dos Ingleses e Cachoeira do Bom Jesus e, intermediações da Universidade Federal de Santa Catarina, esta última em resposta a aceitação de uma demanda crescente de alunos de outras cidades. Como podemos perceber uma das conseqüências mais marcantes à alteração da feição urbana da cidade, a partir da demanda crescente por novos espaços destinados a construção civil foi a redistribuição espacial dos moradores originários da cidade. E, essa condição pôde ser observada tanto entre os mais pobres, quanto entre os mais ricos. Segundo Pimenta e Pimenta (1999:23) “as antigas colônias pesqueiras foram sendo gradativamente deslocadas do contato com o mar para dar lugar à ocupação turística da faixa litorânea. A destinação dos moradores varia: desde a ocupação continental, às encostas dos morros e as áreas mais longínquas no interior da Ilha”.

Nas entrevistas realizadas por Mara Lago (1996) com moradores locais nascidos entre os anos de 1940 e 1950, a autora nos revela que a maioria dos entrevistados concorda com seu pressuposto inicial, pois, consideram que a atividade turística em suas localidades originárias foi responsável pelo declínio da pesca, e ao mesmo tempo responsável pela geração de novas formas de trabalho. Neste contexto, a alternativa encontrada por grande parte dos entrevistados e seus pares, destituídos de escolaridade suficiente para atender a demanda especializada que surgia no setor de serviços, foram as atividades na construção civil. Outros se estabeleceram como caseiros das residências de veraneio dos moradores temporários da cidade, ou ainda, acumularam algum dinheiro através de aluguéis de casas e comercialização de terrenos. De modo geral, estes trabalhadores passaram a adotar o assalariamento urbano, mesmo em condições precárias, como fonte de renda e, a pesca e a agricultura passaram a se constituir como complemento da renda familiar.

Neste mesmo período, ressaltamos a comercialização intensiva das extensas chácaras e de um grande número de edificações de arquitetura tradicional de propriedade da elite local, encontradas anteriormente nas áreas mais centrais da cidade. Esta condição consolidou o processo de verticalização do centro de Florianópolis, e mesmo a elite local foi empurrada para outros

locais da cidade. A respeito da refuncionalização do centro de Florianópolis, Pimenta (1999:02) afirma ao descrever que “a vista da área central fica diminuída frente à escala gigantesca das intervenções. Uma série de obstáculos visuais impede a visibilidade do centro histórico. Os casarios e monumentos passam a conviver com edifícios de 16 andares, formando uma paisagem confusa e alienante”. Grade (2006) ao destacar as transformações na região central da cidade nos anos de 1970, nos chama a atenção para a construção do aterro da Baía Sul, que alterou significativamente a configuração do mar.

No interior desta nova configuração espacial que se consolidava em Florianópolis, o Distrito da Lagoa da Conceição, que engloba também o Campeche e a Barra da Lagoa, desponta como pólo urbano e destino preferencial da elite local e dos migrantes mais abonados que chegavam para residir na cidade, em especial a partir dos anos de 1980. Estes locais se constituíram em áreas de expansão habitacional e, acompanhados pelas praias do norte, atingiram neste período os maiores índices de crescimento populacional observados desde então (Tabela 2). Ressaltamos que este processo foi permeado por ações de agentes imobiliários, através da abertura de loteamentos que normalmente não obedeciam aos princípios mínimos das regras urbanísticas e eram conduzidos por preceitos únicos de lucratividade. Fato é que houve um abandono público das formas de controle sobre o espaço que era construído. E, essa é uma característica encontrada na maioria dos bairros de Florianópolis. Em relação a Lagoa da Conceição, o novo traçado urbano ocasionou a ocupação de sua orla por residências de classe média e alta, impossibilitando o acesso público à lagoa em muitos pontos. Ao analisar tais questões, através de suas conclusões, a bióloga Tereza Barbosa (2003:26) nos explica, que:

[...] o declínio do ciclo da pesca coincide com a descoberta das belezas naturais e paisagísticas da Lagoa da Conceição. Ali até o final dos anos 1970, além de pescadores, rendeiras e alguns restaurantes, predominavam as residências secundárias dos moradores do centro da cidade. Com o crescimento de Florianópolis e o melhoramento de aces-

sos o processo de ocupação da Bacia Hidrográfica da Lagoa foi facilitado, trazendo levas de turistas e imigrantes, principalmente gaúchos e paulistas. A Lagoa ganhou status de bairro e as casas de veraneio deram lugar à residência de moradores fixos [...]

**Tabela 3 – População de Florianópolis por Distrito (1939-2000)**

Local	1939	1949	1959	1970	1980	1991	2000
<b>C. Bom Jesus</b>	1.727	1.518	2.169	2.116	3.070	4.473	12.629
<b>Canasvieiras</b>	1.662	1.550	1.723	1.996	2.431	4.096	9.910
<b>Ingleses</b>	2.332	2.726	2.994	2.016	2.695	5.865	16.324
<b>L. Conceição</b>	3.251	3.589	3.613	4.985	7.821	14.784	32.335
<b>Pântano do Sul</b>				2.102	2.379	3.974	5.081
<b>Ratones</b>	670	666	862	795	902	1.080	2.856
<b>Ribeirão da Ilha</b>	4.589	4.365	5.261	4.229	6.404	14.229	20.310
<b>Sto. Ant. Lisboa</b>	1.976	1.899	2.453	3.570	7.294	12.909	5.341
<b>Rio Vermelho</b>				981	1.223	1.867	6.762

Fonte: Pimenta (2005:42).

Em Florianópolis, praticamente inexistiu um planejamento urbano integrado entre os diferentes setores da construção civil e poder público, e a certo modo ainda, hoje persiste esta condição. Por este motivo, podemos concluir que a infra-estrutura urbana arquitetada foi e vem constantemente configurada, como elemento de sustentação à reprodução do capital em prejuízo a uma lógica de “cidade para todos”. O efeito destas ações estabeleceu em iguais proporções a ocupação das áreas localizadas na região sul da Ilha. Descritas e avaliadas por Boppré (2006:38) na passagem a seguir:

[...] a partir de 1980, a expansão urbana residencial dirige-se para o sul, onde serão as localidades de Ribeirão da Ilha, Campeche e Pântano do Sul as grandes receptoras populacionais [...] Até os anos de 1980 o Sul ainda podia ser chamado se interior da ilha. Tra-

tava-se de uma região de pouca densidade populacional e com comunidades nativas. Gradativamente essa ocupação cresceu [...] A ocupação espacial deu-se também, em boa medida, à revelia do controle do poder municipal, Os lotes foram sendo traçados via poder da propriedade da terra [...]

Sobre as alterações urbanas ocorridas no decorrer de 1980, Marlene Grade (2006) procurou nos lembrar a edificação da ponte Pedro Ivo, última ligação entre Ilha e Continente e, a construção da Avenida beira mar-norte que ocasionaram enormes alterações no sistema viário central de Florianópolis, ao mesmo tempo em que, colaboraram para a concentração das atividades comerciais no centro da cidade e para a expansão gradativa da malha urbana produzindo estímulos à constituição de novos bairros residências como João Paulo, Monte Verde e Santa Mônica, que vieram a se consolidar no decorrer dos anos de 1990. Para o autor Helton Rodrigues (1998: 61) é neste mesmo período que as atividades turísticas receberam maior impulso estimuladas pelas atividades de 'sol e praia' aparecem definitivamente como importante atividade econômica na cidade, neste sentido o autor analisa:

[...] as atividades ligadas ao turismo tiveram notável expansão em Florianópolis a partir do início dos anos oitenta, impulsionando profundas mudanças sócio-espaciais no município. Desenvolve-se um franco processo de direcionamento dos capitais para a orla marítima, inicial e preponderantemente para a parte norte da ilha de Santa Catarina [...]

Certamente, podemos apontar que o processo de urbanização em Florianópolis correspondeu em partes, aos movimentos migratórios campo-cidade, decorrentes de mudanças estruturais no campo, face ao desenvolvimento do capitalismo, e conforme já observamos, com maior intensidade a partir de 1930. Estas mudanças estruturais atraíram para Florianópolis parcela significativa de trabalhadores rurais empobrecidos, em busca de

novas formas de reproduzirem suas vidas na cidade. Esta questão é importante de ser destacada, porque notamos que o aumento populacional, a partir da ampliação do número de moradores fixos na cidade está incorporado a um contexto contínuo que pode ser verificado nas Tabelas 1 e 2. Outro ponto a ser analisado é a migração de indivíduos pertencentes às classes, média e alta em direção a Florianópolis. Diferentemente da intencionalidade encontrada no interior dos movimentos migratórios entre campo e cidade, esta migração, nomeadamente veio com intuito de atender a demanda dos serviços especializados que surgiram em especial, no setor público. Além disso, outro fator determinante foi a possibilidade vislumbrada por estas classes de residir em lugares paradisíacos, poupando os custos das grandes metrópoles, como São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS) sem perder a relação com a urbanidade.

Esta conjuntura, aliada as transformações econômicas em nível mundial, fez emergir no final dos anos de 1980, mas, sobretudo nos anos 1990, um novo perfil de moradores na cidade, alterando decisivamente o padrão de consumo observado até este momento. A organização do espaço passou a refletir a esta nova estrutura social e política de Florianópolis e, a exigir da cidade o aperfeiçoamento das atividades comerciais e a expansão e qualificação dos serviços anteriormente prestados. A partir desta afirmativa, um bom exemplo a ser ressaltado foi a construção do primeiro Shopping Center da cidade, em 1993 e, com isso a abertura de lojas filiais das grandes redes nacionais de departamento. Por outro lado, concomitante a este processo, é possível notar a ampliação do desnível social entre as camadas da população e a diminuição do acesso dos moradores originários de Florianópolis a bens e serviços privados, alterando significativamente as relações sociais. Os autores Grade (2006) e Boppré (2003) convergem em suas análises, ao afirmarem que vai se processando neste momento, em Florianópolis, sua espacialização através da divisão do capital no território nacional, como espaço prestador de serviços públicos, como espaço turístico e como espaço produtor de conhecimento.

Em síntese, a década de 90 do século XX inaugura uma nova fase em Florianópolis, onde os grandes empreendimentos

imobiliários aparecem associados ao desenvolvimento da atividade turística. Neste ponto, merece destaque a construção do Centro de Convenções de Florianópolis (Centro Sul), através do repasse de capital público à iniciativa privada, como condição necessária para a cidade despontar em nível nacional e internacional enquanto promotora de grandes eventos de negócios. Também a instalação de pólos tecnológicos e complexos empresariais atuou na direção de dinamizar este setor, com objetivo de obter o reconhecimento não apenas em função de seus atrativos naturais e turísticos, mas como um ambiente produtivo típico da sociedade do conhecimento e da informação. Neste sentido, o ideário de desenvolvimento econômico buscou consolidar Florianópolis como a 'Ilha da Magia' e a 'Ilha da Tecnologia'. Este processo pode se tornar mais fácil de ser compreendido, se analisarmos seus reflexos na urbanização da cidade, consolidados na primeira década do século XXI.

## **2.2 FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS DE POBREZA EM FLORIANÓPOLIS NO SÉCULO XX**

Dedicamo-nos nessa seção a levantar os principais aspectos históricos da formação e consolidação das áreas de pobreza na cidade de Florianópolis, em especial as decorridas no século XX. Procuraremos no decorrer do texto expor nossa apreensão frente a esse processo e, assim, colaborar para o fortalecimento do debate referente à pobreza em Florianópolis, longe da prerrogativa de esgotá-lo neste trabalho. Na tentativa de trazer à tona os elementos que consideramos fundamentais para a compreensão do conteúdo proposto dividimos nossa análise em momentos históricos distintos, mais uma breve introdução à luz de aspectos julgados importantes para esta seção. Neste sentido, compreendemos que esta discussão se torna cada vez mais necessária no início do século XXI, pela emergência de soluções e o re-ordenamento das ações desenvolvidas nas áreas de pobreza em Florianópolis, conforme veremos no próximo capítulo.

Retroceder na história neste momento, não significa, de maneira geral, desviar o foco de nossas análises referente à for-



mação e consolidação das áreas de pobreza no transcorrer do século XX, pelo contrário a opção pode claramente nos trazer subsídios importantes à compreensão do processo decorrido no século XX, principalmente nas três primeiras décadas. Neste caso, vale lembrar que os primeiros indivíduos em situação de pobreza que vieram a habitar a vila de Nossa Senhora do Desterro foram os migrantes originários das ilhas do Arquipélago dos Açores, no século XVIII. Mesmo que muitos autores como Ferreira (2008) e Meneses (1993) procurem dissociar o fato e, atribuir a migração açoriana, exclusivamente, a uma estratégia militar de ocupação do território catarinense, podem ser encontrados inúmeros relatos da condição de pobreza em que viviam os açorianos, inclusive nas obras destes dois autores. Por este motivo, parece-nos arbitrário afirmar que, aproximadamente, seis mil pessoas tenham deixado seu lugar de origem para atender a uma demanda da Coroa Portuguesa, sem que estivesse colocada a possibilidade de melhoramento das condições de reprodução de suas vidas e de suas famílias.

Além disso, as próprias descrições, referentes ao início da colonização da ilha de Santa Catarina, retratam as condições precárias de reprodução da vida dos imigrantes açorianos também, em terras brasileiras. Para André Luiz Santos (2009:49) essa situação seria ainda agravada com a invasão espanhola no ano de 1777, neste período ‘Desterro afundou numa decadência que teve profundas conseqüências sobre a pobreza na cidade durante décadas’. Os principais motivos estariam relacionados ao declínio na produção de mandioca e à crise militar, que ocasionou o atraso no pagamento dos soldos fazendo com que militares requisitassem produtos no pequeno comércio sem efetuar pagamento. Neste período, a população pobre de Desterro era composta pelos colonos açorianos com dificuldade de reproduzir sua vida, escravos e os poucos negros libertos, um contingente de “desocupados” que eram enviados de outras cidades mais prósperas do país e pelos militares. Para Santos (2009) a construção do Hospital de Caridade, em 1789, auxilia na confirmação da hipótese de que a condição de pobreza da população residente na Vila se tornava insuportável na época, visto que, a principal função dos Hospitais de Caridade e das Santas Casas espalhados pelo território brasileiro era atender a demanda pobre, visto

que, normalmente, os mais abastados eram atendidos em suas casas.

Nos registros de Santos (2009:56) “nos últimos anos do século XVIII o isolamento, a subsistência e a escravidão ainda formavam o contexto principal da vida. Porém o comércio, em função da navegação, continuou a fazer cada vez mais parte do cotidiano em Desterro”. Neste período, observa também, o autor, a localização da população era determinada por aspectos naturais, de modo que suas residências eram instaladas, principalmente, nas proximidades do mar e das terras cultiváveis e, em locais protegidos contra os fortes ventos que já atingiam a Ilha na época. Não existia uma divisão espacial claramente definida entre os pobres e os indivíduos mais ricos da cidade. Essa condição sofreria alterações apenas no decorrer do século XIX, com a emergência de problemas sanitários nas áreas centrais, mais próximas ao porto, fazendo com que a pequena elite local, oriunda do fortalecimento das atividades comerciais, procurasse outros locais para estabelecer residência. Em geral, os mais procurados eram os arredores da Praia de Fora e áreas de chácaras, anteriormente utilizadas para descanso.

No litoral do século XVIII, a população pobre de Desterro habitava casas de barro batido com estruturas em madeira e pedras, que seguravam o barro e formavam as fachadas e as paredes interiores. As coberturas e os rebocos eram rudimentares, pois, à mistura não se acrescentava o óleo de baleia, muito caro na época, por este motivo a liga era fraca e necessitava de reparos constantes. No século XIX, as construções adquiriram maior padrão arquitetônico e demonstravam certa uniformidade urbanística, possivelmente resultado da tentativa de reproduzir a aparência de cidades portuguesas em Desterro. Mesmo assim, as casas dos pobres eram baixas e na maioria das vezes com apenas um pavimento de três ou quatro peças, em geral não apresentavam assoalho e o chão era preenchido com barro batido, tornando-se úmidas e escuras. Normalmente, eram estruturas pequenas e germinadas de porta e janela (SANTOS, 2009). Outra forma muito comum de residências destinadas à população pobre no século XIX eram os sobrados e cortiços. Conforme afirma Santos (2009:78) “os cortiços fizeram parte da paisagem

de Desterro durante o século XIX. Estes sobrados divididos por várias famílias ou grupo de casinhas alugadas foram comuns em Florianópolis até a década de 1920”.



**Figura 2** – Cortiços nos anos de 1910. Em segundo plano, os Morros ainda desabitados, para onde os pobres seriam “empurrados”. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes). Fonte: Santos (2009: 76).

Diferentemente dos países em processo de industrialização na Europa, a pobreza encontrada em Desterro nos séculos XVIII e XIX não era proletária, era escrava, vadia ou indigente e, os pobres viviam da subsistência ou da mendicância. A agricultura e a pesca eram as principais fontes de subsistência da época. Muitos, ainda realizavam trabalhos esporádicos no porto, em seus arredores e no mercado público, as mulheres trabalhavam como lavadeiras e passadeiras. O caso de Desterro é ainda mais singular e, parecido com quase todo o litoral Sul, onde não foi o sistema colonial criado pelo mercantilismo das grandes propriedades, que contribuíram para a formação de uma classe comerciante urbana, mas a navegação e o comércio interno (SANTOS, 2009). Desta forma, a divisão do trabalho no interior de Desterro era simples e, inevitavelmente, os pobres permaneciam sem ocupação por longos períodos, agravando as condições de miséria da população. Segundo Santos (2009:310):

[...] não havia em Florianópolis uma classe de trabalhadores urbanos de fábricas como na Europa ou como a que se formava em São Paulo com imigrantes europeus. A pobreza em Florianópolis remetia seu entendimento ligado a causas mais antigas, ainda relacionadas à pobreza como um isolamento local aos processos de mudança que ocorriam em centros maiores. E também como crescimento da população de vadios acrescidos da liberdade aos escravos [...]

No final do século XIX e início do século XX teve início um processo de re-ordenamento urbano, principalmente das áreas centrais de Florianópolis. Novas ruas foram abertas e muitas das já existentes foram alargadas e prolongadas, em especial, nas intermediações da Igreja Matriz, do porto e do mercado público, locais habitados pelos pobres. Além da preocupação com a adequação urbana para atender o desenvolvimento do comércio e às novas necessidades econômicas da cidade, as transformações urbanas ocorridas neste período tinham como objetivo diminuir a insalubridade em prol de medidas higienistas no centro de Florianópolis. Grande parte das casas e dos sobrados que abrigavam a população pobre foram desapropriados e demolidos, abrindo lugar para novas edificações. À medida que era expulsa das áreas planas, esta população deu início à ocupação das partes mais baixas dos Morros nas áreas centrais.



**Figura 3** – Rio das Bulhas, Avenida do Saneamento, atual Avenida Hercílio Luz, nos anos de 1920. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Fonte: [www.velhobruxo.tns.ufsc.br](http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br)



**Figura 4–**  
Avenida do Saneamen-  
to, atual A-  
venida Her-  
cílio Luz,  
nos anos de  
1930, após  
obras de hi-  
gienistas.  
Acervo da  
Casa da  
Memória  
(Fundação  
Franklin  
Cascaes)  
Fonte: San-  
tos  
(2009:512).

Conforme nos relata Santos (2009) o perímetro urbano de Florianópolis no decorrer do século XIX e início do século XX era povoado por inúmeros bairros “de pobres”. E, segundo o autor “havia bairros com características específicas, um lugar para abrigar determinados grupos da população que mantinham formas de subsistência e de trabalhos específicos” (SANTOS, 2009:77). Nos registros encontrados por Santos (2009) permaneciam ainda no início do século XX: o bairro da Toca, localizado próximo ao Hospital de Caridade, na direção da Prainha e do caminho para o Saco dos Limões. A Toca era habitada, principalmente, por famílias de pescadores que viviam da pesca e dos ofícios do mar. O bairro da Figueira, que concentrava atividades de transporte e depósito do porto, visto a sua proximidade com o local, era “lugar de marinheiros mercantes e de guerra, dos escravos marinheiros, estivadores, armadores, taberneiros, dos capoeiristas e das prostitutas” (SANTOS, 2009:84). A área da Fonte Grande, também, localizada nas intermediações do porto era ocupada, sobretudo, por escravos libertos, que ao deixarem a casa de seus senhores, passavam a viver em casas e sobrados de aluguel.

Além destes, o bairro da Pedreira, localizado ao sul da Igreja Matriz, era habitado normalmente por escravos e negros livres (este era o maior grupo entre os pobres e viviam nas piores

condições) ocupados com serviços de extração e carregamento das pedras utilizadas nas construções da época. A localidade da Tronqueira, na base do Morro do Antão, concentrava grande parte das olarias existentes, no período, e seus trabalhadores. Por fim, o Beco Irmão Joaquim ou Beco “Sujo”, localizado de frente ao antigo campo do Manejo (atual Instituto Estadual de Educação) local em que as casas e os sobrados eram alugados aos pobres. Podemos considerar este último como fato marcante no interior das localidades anteriormente citadas, haja vista que, grande parte das edificações era de propriedade da pequena elite de comerciantes, que as mantinham como uma fonte de renda extra, a depender da situação que se encontrava a família.

Deste modo, podemos concluir que até meados dos anos de 1930, a pobreza encontrada em Florianópolis se assemelhava as condições materiais e sociais decorridas no século XIX, igualmente, as próprias formas de trabalho. O perfil da população pobre, também continuava o mesmo, formado por descendentes de açorianos, que não acumularam riquezas com as atividades comerciais, ex-escravos e uma população mestiça que se dirigiam a habitar os morros da cidade, após a destruição de suas casas nas áreas planas do centro. Visto desta maneira, nos parece correto afirmar que as três primeiras décadas do século XX conformam um período de transição, onde o que era, estava deixando de existir, dando lugar às novas formas urbanas. Essa condição começaria a ser alterada, principalmente no decorrer dos anos de 1950 e 1960, momento em que Florianópolis se insere definitivamente no modo de produção capitalista.

Diante do fato, na medida em que a cidade passava a ser determinada pela lógica do capital, novas formas de trabalho foram sendo desenvolvidas, e no interior deste contexto, eram atraídos para a cidade contingentes populacionais característicos e diferenciados. Em linhas gerais, um grupo constituído de trabalhadores especializados, aptos a preencherem vagas de maior nível técnico e intelectual, geralmente ocupando cargos em empresas e instituições de ensino públicas. E, outro grupo, formado de trabalhadores destituídos de suas funções agrícolas e suas famílias, migrantes empobrecidos originários de áreas rurais, à procura de trabalho assalariado, normalmente ocupando postos

de trabalho que exigiam menor qualificação e maior esforço físico, subempregos da construção civil e serviços gerais. A introdução destes novos grupos sociais em Florianópolis iniciou um processo de profundas alterações no perfil do morador da cidade e essa re-significação atingiu tanto a elite, quanto a população pobre.

A migração de ex-trabalhadores rurais em direção à Florianópolis colaborou com o aumento significativo da população pobre residente na cidade. O fluxo auferido por órgãos públicos municipais no período compreendido entre os anos de 1950 e 1990 foi em média de 60 a 70 pessoas/mês, sendo observadas variações para mais ou para menos, em diferentes momentos (LAGO, 1996). Contudo, segundo dados do Centro de Apoio e Promoção ao Migrante (CAPROM) a instituição chegou a cadastrar no ano de 1987, mensalmente, até 200 famílias de migrantes pobres (SCHERER-WARREN, 1999). Ao final da década de 1980, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) realizou uma pesquisa com intuito de levantar o perfil dos moradores das áreas de pobreza da cidade. Os dados coletados evidenciaram a origem e procedência das famílias de migrantes neste período (Tabela 4). Podemos identificar que a maior incidência é de municípios das regiões interioranas do estado Santa Catarina, observado tanto nas informações relativas ao perfil dos moradores das áreas de pobreza, localizadas na parte insular de Florianópolis, como em sua porção continental da cidade.

Segundo a mesma pesquisa (IPUF, 1987) em localidades como Morro da Caixa e Morro da Penitenciária, onde os moradores responderam a questionários qualitativos, os ex-agricultores afirmavam buscar na cidade melhores condições para reproduzirem suas vidas e de suas famílias, principalmente relacionadas à possibilidade de realizar tratamentos de saúde, ter acesso a educação para os filhos e, encontrar trabalho remunerado para os pais ou responsáveis pela família. Ao exporem os motivos que os fizeram deixar as áreas rurais e procurar a cidade, grande parte dos entrevistados relacionou o fato à falta de terra para trabalhar e ao desejo de possuir uma casa própria, mesmo nas condições deficitárias, que eles encontravam em Florianópolis. Uma nova pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis

(PMF) no ano de 1997 apontou, através dos dados coletados, que 46% da população residente nas áreas de pobreza de Florianópolis eram procedentes de cidades do interior de Santa Catarina, 28% de cidades da região denominada “Grande Florianópolis” e 10% de outros Estados brasileiros.

**Tabela 4** – Procedência das famílias residentes nas áreas de pobreza em Florianópolis (em ordem de incidência)

	ILHA	CONTINENTE
1º	Planalto Serrano	Oeste do Estado
2º	Florianópolis	Planalto Serrano
3º	Oeste do Estado	Florianópolis
4º	Sul do Estado	Grande Florianópolis
5º	Grande Florianópolis	Sul do Estado
6º	Outros Estados	Outros Estados
7º	Norte do Estado	Vale do Itajaí
8º	Vale do Itajaí	Norte do Estado
9º	Outros países	-----

Fonte: IPUF (1987:12)

Outra informação relevante é o aparecimento significativo de famílias originárias de Florianópolis (2º e 3º posições) residindo em áreas de pobreza. Ao analisarmos estes dados, consideramos que a situação apresentada pode estar relacionada à reprodução da população pobre que já habitava a cidade, a partir de um processo decorrente desde o século XVIII, conforme descrevemos anteriormente. E, ao mesmo tempo representar o empobrecimento dos moradores originários da cidade ocorrido ao longo dos anos. Essa última constatação aparece apoiada em elementos encontrados no interior das transformações urbanas ocorridas em Florianópolis no século XX, principalmente, a partir dos anos de 1950. Referimo-nos, em especial, à forte pressão do



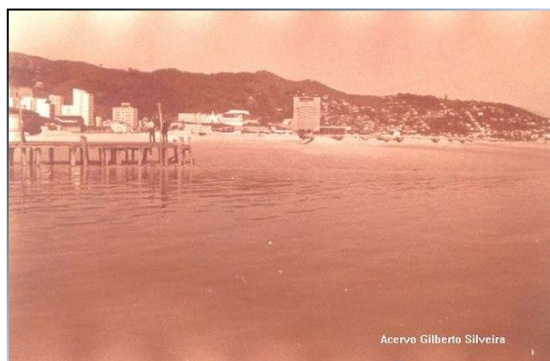
setor imobiliário, que através de movimentos constantes e incisivos, iniciou um processo de renovação das áreas utilizadas pelos moradores originários para fins de domicílio e trabalho (exemplo: colônias de pescadores na Lagoa da Conceição e em praias como Canasvieiras e Cachoeira do Bom Jesus), com vistas a atender uma crescente demanda habitacional das camadas mais privilegiadas da população, bem como, às atividades turísticas que emergiam, enquanto alternativa ao insignificante processo de industrialização de Florianópolis e, amparadas nos atrativos naturais da Ilha. Deste modo, as famílias originárias da cidade eram empurradas para regiões mais distantes do mar e, empobreciam na medida em que se desfaziam de suas propriedades.

Destarte, esta é uma questão importante a ser ressaltada, pois demonstra que, muito embora o aumento da população pobre de Florianópolis estivesse relacionado ao recebimento de contingentes familiares do interior de Santa Catarina, o empobrecimento da população local não poderia ser desconsiderado, enquanto um fator decisivo e relevante no interior deste contexto. Além do que, é possível considerar que estes dois grupos populacionais passaram a apresentar características comuns entre si, principalmente, no que se refere ao processo de destituição dos meios pelos quais realizavam o seu trabalho e às condições precárias em que tinham acesso ao assalariamento, a habitação e aos serviços públicos na cidade. Sendo assim, podemos dizer que as resultantes mais expressivas da combinação entre estas populações estão relacionadas ao adensamento das áreas de pobreza existentes e à formação de novos 'redutos de pobres'. Desta forma, na medida em que a pobreza se materializava no espaço urbano de Florianópolis, apontava para uma reconfiguração da totalidade de seu espaço e das áreas de pobreza.

Por meio de análises realizadas a partir das informações pesquisadas, consideramos a perspectiva, de que, até meados de 1960 e início de 1980, as áreas de pobreza em expansão e com alta tendência ao adensamento habitacional, estavam localizadas, principalmente, na região do Maciço do Morro da Cruz, em toda a extensão da Avenida Mauro Ramos e dos bairros Agronômica e Trindade. As casas ocupavam as partes mais bai-

xas dos morros, sendo que, algumas das comunidades já apresentavam certo nível de consolidação espacial. Faziam parte deste cenário as comunidades do Morro do Mocotó, Morro da Mariquinha, Moro da Caixa, Santa Clara, Ângelo Laporta, Morro do Céu, Morro do 25, Morro do Horácio, Morro da Penitenciária, Serrinha, Morro da Queimada e Caeira da Vila Operária. Com a descrição de Machado (2004:126) é possível apreendermos maior valor a nossa afirmativa:

[...] com base em fotos aéreas levantadas no IPUF, até 1938 a ocupação do Morro da Cruz se limitava às partes próximas à área central com menor declividade, sendo exclusivamente por pessoas de baixa renda. Foi a partir de 1938 que se intensificou a ocupação nas outras áreas do morro e entorno, entretanto este fenômeno atingiu seu auge no período entre 1957 e 1978 [...]



**Figura 5** – Aterramento na área central de Florianópolis, em segundo plano, vista parcial da costa oeste do Maciço do Morro da Cruz, em 1973. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes). Fonte: [www.velhobruxo.tns.ufsc.br](http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br)

Neste mesmo período, outros pontos da cidade se apresentavam como áreas em expansão e com alta tendência de crescimento habitacional e populacional. Os mais expressivos

eram o bairro Monte Cristo e adjacências, no continente. A Rua Adão Reis e a Rua do Siri (atual Vila do Arvoredo), no bairro Ingleses. Os morros do Balão, do Vино e do Janga, no bairro Saco Grande. Estes últimos, localizados na região ao norte do centro de Florianópolis. E, a Costeira do Pirajubaé, no caminho em direção ao sul da Ilha. Provavelmente, com exceção da Costeira do Pirajubaé, todas as outras comunidades citadas, tiveram sua ocupação iniciada pelos migrantes empobrecidos que chegavam à cidade. Diferentemente das comunidades do Maciço do Morro da Cruz, onde é marcante a presença da população local.

Muitos autores concordam com a prerrogativa de que a expansão das áreas de pobreza no espaço urbano de Florianópolis, neste momento, se processou nas direções centro/continente e centro/norte. Neste sentido, julgamos necessário compreender os motivos que levaram a população pobre a ocupar estes locais e as condições de urbanização e infra-estrutura encontradas pelos novos moradores. Compreendemos, inicialmente, que esta questão aparece arrolada às condições matérias de reprodução da vida cotidiana, combinada com a possibilidade do acesso à infra-estrutura urbana e aos serviços públicos.

A tratarmos sobre as comunidades localizadas nas áreas centrais de Florianópolis, especificamente, na região do Maciço do Morro da Cruz, nos suscita a idéia quase óbvia, de que, em um primeiro momento a proximidade com o centro comercial de Florianópolis, poderia proporcionar aos indivíduos maior facilidade em acessar postos de trabalho, serviços de saúde e educação, aliado ao fato da possibilidade de permanecerem isentos de gastos com transporte para tal. Além disso, algumas das comunidades já apresentavam relativa infra-estrutura urbana, como abastecimento de água, energia elétrica e pavimentação parcial das vias principais e, estes poderiam, também, se concretizar em benefícios à população. No entanto, tais benfeitorias não diminuíram as implicações referentes à precariedade e à informalidade habitacional. As edificações eram construídas com materiais de baixa qualidade, resultando em casas de tipologia frágil. A composição dos terrenos, na maioria das vezes, acidentada e em alto declive contribuía, igualmente, para a pouca qualidade das estruturas. A falta de planejamento para áreas de uso público, ainda,

impediria a abertura de vias e o acesso de automóveis em determinados locais. Outra questão que se tornaria relevante, com o passar do tempo, é o estigma social enfrentado pelos moradores das comunidades do Maciço do Morro da Cruz.

Neste mesmo período, a expansão habitacional de pontos específicos na área continental de Florianópolis, apresentou características bem diferenciadas, principalmente, no que diz respeito à natureza das ocupações. Duas questões aparecem, em nosso ponto de vista, como fundamentais para a compreensão deste processo. A primeira delas, concretizada em meados dos anos 1970, quando a região continental foi alvo de projetos de implantação de núcleos habitacionais populares, insuflados pelo Plano Nacional de Habitação. O anúncio da abertura de novos loteamentos e da construção de grandes conjuntos habitacionais, como o Jardim Ilha Continente e Panorama, atraiu parcela significativa da população pobre que residia nas áreas centrais, em direção ao continente. O segundo ponto observado, em especial, através dos relatos de Groh (in: SCHERER-WARREN, 1999) foi o visível empobrecimento da população, devido ao aumento no custo de vida nas áreas centrais de Florianópolis, a partir dos anos de 1980. Na comunidade Nova Esperança, por exemplo, 90% das famílias eram moradoras da cidade há mais de 20 anos e apresentavam dificuldades para continuar residindo no centro da cidade e buscavam o Continente, como alternativa a custos de vida mais baixos. Podemos ainda, citar outras comunidades que surgiram no interior deste mesmo contexto, como a PC-3, a Ponta do Leal, as comunidades Santa Terezinha I e II e, a Vila aparecida.

A situação dos terrenos ocupados na área continental é variável, algumas das comunidades encontram-se localizadas em áreas planas, outras em áreas de morros e a presença de comunidades às margens de vias rápidas é marcante. A tipologia das habitações varia de acordo com a natureza da ocupação, sendo que nos Conjuntos Habitacionais é predominante a verticalização das edificações, nos assentamentos, a precariedade habitacional e a informalidade são características.

O caso da região norte de Florianópolis, nos parece o mais específico dentre os três, não apenas pelas peculiares ou pelo contexto em que se processaram as ocupações, como também, pelas características das áreas ocupadas. O exemplo cabal da afirmação acima é a Rua do Siri, também conhecida como Vila Arvoredo, onde as residências foram afixadas sob áreas de dunas móveis, ou seja, que apresentam grande movimentação dos grãos de areia, principalmente, através da ação de ventos fortes. A situação das habitações é excessivamente precária, com bases em estrutura de madeira sem critérios urbanísticos e, os materiais utilizados, muitas vezes reciclados, contribuíram para a baixa qualidade das edificações. O início da ocupação da comunidade coincide com a explosão habitacional das classes médias e altas no Norte da Ilha, as primeiras casas construídas na Vila Arvoredo eram de trabalhadores da construção civil, que optavam por residir em áreas próximas aos postos de trabalho e, recebiam o ônus de uma área deficiente em elementos básicos de infra-estrutura urbana.

Estas novas áreas periféricas eram integradas sob condições precárias, ao conjunto da cidade. Algumas fronteiras entre os grupos sociais tornavam-se ainda mais evidentes e rígidas, na medida em que empreendimentos turísticos e habitacionais, de alto padrão, foram sendo consolidados em Florianópolis e, recebiam uma população que foi privilegiada em serviços públicos, em detrimento da qualidade e do acesso destes serviços pela população pobre. Viver na cidade se tornaria algo cada vez mais complexo e custoso para os pobres, destruindo, com o passar do tempo, as esperanças de consumo e ascensão social para estes personagens à margem da cena urbana. A década de 1990 concretizaria, ainda, uma nova configuração econômica na cidade, que apontariam segundo as análises dos autores Pimenta e Pimenta (2004:01) para "a tendência da exclusão ao absoluto" da população pobre.

Os anos de 1990 ficariam conhecidos como 'a década da pobreza' em nível mundial, inclusive sob a ótica de muitos organismos internacionais. Neste sentido, podemos afirmar que a adequação do Brasil às políticas neoliberais, resultou na concretização de mais um ciclo migratório na direção campo/cidade e,

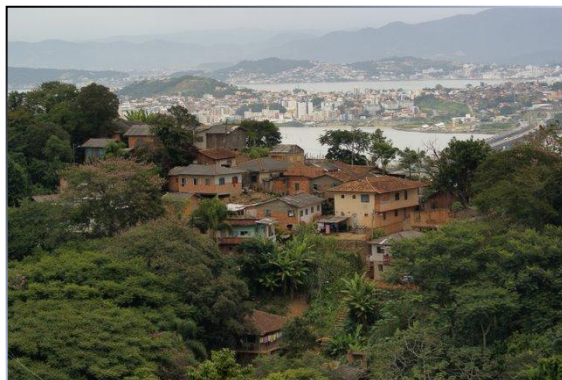
na emergência de novas demandas desta população, que excluídas do meio rural e empobrecidas, buscavam habitar o espaço da cidade como alternativa. No entanto, esse período conformou um novo padrão econômico, que incidiu diretamente sob o mercado de trabalho, em Florianópolis. Analisando esta questão, Pimenta e Pimenta (2004:01, 02 e 03), argumentam que:

[...] esses novos habitantes deparam-se, agora, com problemas de outra natureza, pela falta de correspondência entre suas expectativas e a geração da renda urbana, agora declinante, quer seja a partir da retração das atividades econômicas ou indiretamente, pela redução da oferta de empregos informais, que eram decorrentes, em sua maioria, do poder aquisitivo das classes médias urbanas [...] os recém-chegados inserem-se precariamente em empregos cada vez mais temporários e instáveis, dependentes que são da renda declinante das classes médias urbanas. O tempo de instalação prolonga-se sem previsão: a casa inacabada, a escola sem professores, o serviço de saúde adiado e o emprego esperado que não chega. A perversa política governamental de substituição dos direitos à cidadania por medidas assistencialistas faz-se acompanhar de procedimentos municipais de exclusão. Sob o argumento de proteção às áreas de preservação permanente, a Prefeitura de Florianópolis impede novos acessos aos serviços de energia elétrica o que, vindo somar-se à falta de abastecimento de água, torna regressivas as condições de vida nos Morros Centrais [...]

Na contramão destas afirmações, os dados coletados, através de uma pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) demonstraram que entre os anos de 1990 e 2000, ocorreu relativa elevação da renda *per capita* da população de Florianópolis, incluindo a abertura de novos postos de trabalho. Sendo que, em 1991 a média salarial dos pobres registrada foi de R\$480,00, enquanto em 2000 superou o valor de R\$700,00. Contudo, ainda assim, compreendemos

que este acréscimo de renda não colaborou para a diminuição da desigualdade salarial na cidade, visto que, a mesma pesquisa apontou para uma renda média mensal *per capita* dos mais ricos de R\$2.000,00, enquanto a renda média mensal *per capita* dos mais pobres atingiu o valor de apenas R\$89,00. Destarte, o incremento na renda dos mais pobres, não fez diminuir a intensa mobilidade horizontal, entre as atividades dos diferentes setores da economia, e a grande instabilidade de emprego entre os trabalhadores pertencentes a população pobre.

Os reflexos deste processo efetivaram-se em agentes propulsores para o surgimento de novas áreas de pobreza na cidade e, para o adensamento habitacional de muitas das comunidades já consolidadas no espaço urbano. Sendo assim, neste momento, é que se ocupam as porções mais íngremes e em direção ao topo do Maciço do Morro da Cruz, emergindo enquanto elemento para a problemática da pobreza em Florianópolis, comunidades de migração recente, como o Alto da Caeira do Saco dos Limões. No continente, continuou a ser observado o processo desencadeado no final dos anos de 1980, materializado no deslocamento de famílias pobres das áreas centrais e, em consequência, expressivos índices de adensamento habitacional entre as comunidades existentes, como é o caso da Chico Mendes e, a formação de novos assentamentos como o Parque Esperança. A região do Norte da Ilha seguiu, igualmente, a lógica de expansão das áreas de pobreza e, pode ser observado o aparecimento de novos pontos específicos, como o entorno da Rua do Kartodromo e a Vila União, esta última, resultado da remoção de famílias da via expressa BR 282, na entrada do município de Florianópolis. Talvez seja possível afirmar que no decorrer dos anos de 1990 a região Norte foi a que mais recebeu migrantes pobres, com fins habitacionais (ver Tabela 3).



**Figura 6** – Vista parcial do Morro da Caixa, no Maciço do Morro da Cruz, em 2009. Podemos observar pela tipologia das casas uma ocupação mais consolidada. Fonte: Paulo Roberto Witoslawsk (2009)i.



**Figura 7** – Vista parcial do Alto da Caeira do Saco dos Limões, no Maciço do Morro da Cruz, em 2009. Área de migração recente, a tipologia das casas mais frágil. Fonte: Paulo Roberto.

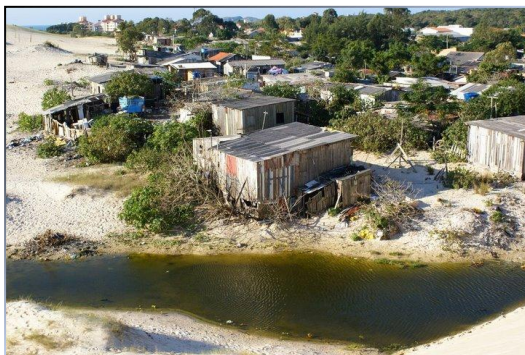


**Figura 8** – Conjunto Habitacional Panorama, na área continental, em 2000. Em primeiro plano, área de uso comum dos moradores e, em segundo plano as edificações. Fonte: Diário Catariense





**Figura 9** – Vista parcial da comunidade PC-3, na região continental, em 2009. Tipologia habitacional de alta precariedade, característica comum na comunidade. Fonte: Paulo Roberto.



**Figura 10** – Vista parcial da comunidade Vila Arvoredo, em 2009. Habitações afixadas sob área de dunas móveis. Fonte: Paulo Roberto.

### **2.3 O PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL FRENTE À POBREZA EM FLORIANÓPOLIS NO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Na medida em que nossa pesquisa foi sendo desenvolvida, a discussão referente ao papel do poder público municipal de Florianópolis frente à pobreza, no século XX e início do século XXI, se fazia cada vez mais presente e, conseqüentemente, esta seção cada vez mais necessária. Contudo, analisar o papel do poder público municipal frente à pobreza em Florianópolis não

consiste em tarefa fácil, principalmente, em razão da carência de pesquisas direcionadas à temática e, ainda, pelo fato das análises existentes encontrarem-se dispersas na literatura. Além disso, as próprias ações do poder público municipal são desconexas e muitas vezes nos sugerem ser o que não são, devido a sua articulação com ações da sociedade civil. Desta maneira, elaboraremos breves considerações sobre o tema, diferentemente do viés adotado no primeiro capítulo quando da análise alusiva ao papel do Estado brasileiro frente à pobreza, por meio da trajetória das políticas de assistência social. Nesta seção procuraremos realizar um exame de acontecimentos e fatos da história de Florianópolis, condizente com a temática proposta, com objetivo de compreendermos o contexto social e político em que se apresentaram tais fatos.

Sendo assim, embasados teoricamente na perspectiva de perseguir a linha cronológica, a qual percorre a estrutura geral de nosso trabalho, iniciaremos este item por meio de análises referentes à assistência prestada aos pobres no século XIX, como elemento fundamental para compreender de que maneira essa questão emerge nas três primeiras décadas do século XX. Posteriormente, procuramos compreender de que forma o contexto político de Florianópolis, entre os anos de 1950 e 1990 e, em seguida, no início do século XXI, interferiu na prática da assistência social e, principalmente, as implicações que surgiram no interior destas relações, a tal ponto que a população pobre apresentasse dificuldade em sentir-se portadora de direitos sociais (em especial, após a Constituição de 1988) e interpretasse as benesses adquiridas, como favores derivados da bondade e da caridade de certas personalidades políticas do cenário local.

Durante o decorrer do século XIX, o Hospital de Caridade foi a principal instituição filantrópica de amparo aos pobres, em Florianópolis. Era mantido pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, através de doações da Igreja Católica e das famílias mais abastadas da cidade. O Hospital prestava serviços de saúde à população pobre, além da doação de esmolas, remédios e enterramentos aos mortos. Muitos indivíduos sem casa, ou família, passavam a residir nas dependências do Hospital, em troca do recolhimento de doativos nas ruas da cidade. No início do

século XX, o Hospital de Caridade abrigava, também, crianças órfãs, educando-as por meio do Colégio da Igreja Menino Deus, anexo à estrutura do Hospital (SANTOS, 2009). Por outro lado, desconectadas deste ideário de solidariedade e benevolência sustentado pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, as ações do poder público municipal frente à pobreza eram geralmente coercitivas e com tendências a interpretações de marginalidade, bem como, de isolar socialmente esta população.

Segundo André Luiz Santos (2009:397) durante o século XIX “havia uma preocupação no governo de garantir a segurança individual e da propriedade e, a ociosidade e a falta de estudo eram consideradas obstáculos a essa segurança”. A pobreza era encarada como uma “desorganização” da sociedade, ou, como desvio moral e social de certos membros e, estes acabavam por ser desconsiderados da própria estrutura social da época. Para o autor, a opção política do poder público municipal pela exclusão, segregação e separação da população pobre do espaço da cidade de Florianópolis, tornou-se evidente, após a construção ou ampliação de cadeias, manicômios, colônias e abrigos de menores, no final do século XIX. Estes locais por vezes serviam de “depósitos” de pobres, diminuindo, assim, a presença deles na cidade. Podemos considerar, em conjunto com estes fatos, o processo de remoção, desencadeado no início do século XX, por meio da desapropriação e da demolição das casas e sobrados que serviam de residência para a população pobre nas áreas centrais de Florianópolis. Pautadas no discurso médico-higienista, as ações do poder público municipal visavam ampliar a infra-estrutura urbana da cidade, através da “limpeza” das áreas centrais, acompanhando o desenvolvimento das atividades comerciais, que tomavam o centro da cidade.

Deste modo, conforme já descrito anteriormente em nosso trabalho, é neste momento que a população pobre dá início a ocupação das encostas do Maciço do Morro da Cruz e isso acontece sem qualquer contribuição relativa à infra-estrutura urbana por parte do poder público municipal. Relegados à marginalidade e ao abandono, esta população seria, ainda, acrescida pelos migrantes empobrecidos das áreas rurais, em todo o decorrer do século XX. No entanto, novos fatos em seguida ao segundo pós-

guerra, fizeram com que o poder público municipal, permeado pelo discurso desenvolvimentista e do solidarismo social, buscase fomentar uma espécie de “cultura assistencial” na cidade de Florianópolis. Através deste ideário, procurava-se perceber os pobres como destinatários da caridade dos mais abastados. Distribuição de alimentos, roupas e cobertores eram algumas das ações assistenciais desempenhadas por instituições religiosas, esposas de políticos e personalidades notórias da cidade. Entretanto, a população pobre não se portava como espectadora passiva desta conjuntura. A própria noção de “cultura assistencial” implicaria a perspectiva, de que os atos de caridade se transformariam em uma arena de negociação onde as deferências, assim como a extensão dos benefícios, eram continuamente negociadas (ARAÚJO, 2002).

Além disso, relatos de moradores mais antigos do Morro da Caixa relembram a existência de relações de amizade e confiabilidade entre os moradores do Morro e determinadas autoridades da cidade (LAGO, 1996). As relações estabelecidas entre poder público municipal e população pobre começavam a ser transformadas e resultariam em benefícios imediatos a curto e médio prazo à população, contudo, não colaborariam para alterar sua condição de pobreza. Desta maneira, para Araújo (2005:08):

[...] é necessário observar que no cerne da economia de favores apresentada pelas relações de cunho assistencialista podem aparecer territórios de diálogo, espaços onde as reivindicações das classes populares vêm à tona. Nessas reivindicações as pessoas não têm uma referência ideológica ou o objetivo de romper com o sistema que os oprime, mas de procurar brechas neste sistema e, a partir dali, lutar por melhorias cotidianas que, em sua noção prática de cidadania, elas consideram como direitos [...]

Podemos dizer que tais ações de cunho assistencialista, e não assistencial, tinham como objetivo camuflar os antagonismos entre capital e trabalho e, por vezes, bloquear ou neutralizar as reivindicações das comunidades, suscitando uma relação de

dependência entre moradores e poder público. Neste mesmo sentido, a inauguração da sede estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em Florianópolis, no decorrer dos anos de 1940, traduziu-se, igualmente, em determinadas conquistas às comunidades. A LBA trabalhava dentro de uma perspectiva de atendimento familiar e destinava cuidados especiais às crianças, em especial, no apoio financeiro para a implantação de creches nos municípios de Santa Catarina. No entanto, não havia um compromisso direto com a diminuição da pobreza, as ações eram voltadas a amenizar as mazelas cotidianas da população pobre, através, por exemplo, da distribuição de leite em pó, bilhetes rodoviários, ou, o pagamento de uma fatura de energia elétrica atrasada.

Se por um lado, a população pobre local vinha sendo lubrificada em laços ilusórios de amizade e companheirismo por parte de personalidades políticas. Por outro, as famílias pobres que chegavam à Florianópolis, destituídas das áreas rurais do interior do Estado, não tinham noção de seus direitos sociais. Esse último acontecimento, sem dúvida, se tornou mais marcante ao longo dos anos 1970 e 1980, período de migração massiva. Na medida em que as famílias dos ex-agricultores buscavam a inclusão no espaço urbano de Florianópolis, descobriam os serviços de assistência social, que poderiam beneficiar casos específicos de seu cotidiano. Contudo, a falta de informação se materializava em empecilho real para a incorporação dos serviços enquanto direitos, resultando em quadros de submissão no momento de acessar tais benefícios. Visto que qualquer pessoa que demonstrasse maior capacidade de manipular o complexo mundo urbano, seria respeitada, pois, o migrante sentia-se deslocado desta realidade, incapaz de compreender as estruturas de poder que permeavam as instituições. Assim sendo, consideramos que os serviços destinados prioritariamente a população pobre no Brasil, acabam sendo travestidos como favores prestados pelo poder público, perpetuando uma política clientelista e discriminatória. Para Sposati (1991) os serviços sociais prestados pelas instituições públicas são camuflados com uma roupagem de ajuda e, aparecem imediatamente como um não direito.

Em meio a este emaranhado de fatos, concluímos que a população pobre de Florianópolis conseguiu criar mecanismos de articulação coletiva de suas demandas, apoiados, principalmente, por entidades ligadas a setores progressistas da Igreja Católica e movimentos sociais organizados. O protagonismo das comunidades, que deram início a experiências de fazerem-se sujeitos de suas próprias histórias, perpassava a organização interna dos moradores e tinham como pressuposto reverter o quadro de dependência e subordinação, a qual eram expostos pelo poder público municipal e, principalmente, reunir as demandas individuais e transformá-las em lutas coletivas.

Nesta perspectiva, em meados da década de 1970, foram criadas as primeiras entidades de bairro em Florianópolis, processo que seria fortalecido entre os anos de 1986 e 1990, através do aumento considerável do número de Associações de Moradores na cidade (WITT, 2005). A criação de entidades comunitárias locais proporcionou a dissolução de determinados entraves entre a população pobre e o poder público municipal, sobretudo no que se refere à interlocução com as comunidades, por meio das representações comunitárias. Apesar disso, as conquistas foram sempre pontuais e parciais, pois mesmo que os moradores conseguissem obras de pavimentação para uma determinada rua ou servidão, essa intervenção urbanística não era acompanhada da rede coletora de esgoto, por exemplo. Desta forma, os bairros pobres passam a ser redutos em que o poder público oferece muito pouco ou quase nada. Além disso, conforme nos argumentam Pimenta e Pimenta (2005:125):

[...] Florianópolis apresenta um histórico de administrações extremamente conservadoras, com pequenos períodos de alternância política com forças menos retrógradas. Neste marco, aquela parcela do crescimento demográfico – a imensa maioria – que constitui as populações de baixa renda, não encontra nenhum suporte por parte do Estado, depauperando-se com sua omissão e eventualmente sua truculência [...]

O mecanismo comumente utilizado pelos políticos da cidade é o de ofertar melhorias à população pobre e suas comunidades, durante as épocas de campanhas eleitorais e, com isso, conseguir os votos necessários, dentro de uma perspectiva de atenuar os conflitos sociais momentaneamente. Segundo depoimentos de lideranças comunitárias, as administrações públicas municipais logo que eleitas “viravam de costas às comunidades” (WITT, 2005: 65). Fato verídico, é que historicamente sempre houve um descompasso entre a política assistencial e as ações do poder público municipal em Florianópolis, afirmando em proporções cada vez maiores o descaso frente às demandas da população pobre. E, mesmo organizados em associações comunitárias os moradores não obtiveram plenamente a extensão dos seus direitos sociais na cidade. Desta maneira, nos parece evidente que o poder público municipal de Florianópolis governa para um grupo específico de pessoas abastadas economicamente, colocando-se assim em lado oposto as demandas da população pobre.

Nos primeiros anos do século XXI essa condição permanece inalterada e o movimento comunitário organizado vem acumulando derrotas frente ao poder público municipal, principalmente no que se refere ao acesso a terra urbanizada. E, ao mesmo tempo em que a população pobre é relegada a planos inferiores dentro das administrações públicas, o grande capital especulativo vem conseguindo colocar em prática seus objetivos. Segundo a professora Margareth Pimenta (2005:49):

[...] a ausência do Estado como regulador do preço da terra acaba por dificultar o acesso à moradia, aos serviços urbanos, à educação e ao lazer. Quanto mais o espaço urbano está submetido à lógica especulativa, mais desiguais se tornam as condições de acessibilidade à vida urbana [...]

Diante do exposto, podemos compreender que o Estado é de maneira geral omissor nas áreas de pobreza em Florianópolis e, esse pode ser considerado como o maior fator de violência

urbana, até mesmo, em comparação com as atividades ilícitas que podem ser encontradas no interior das áreas de pobreza da cidade. Neste sentido, conseguimos identificar na história recente de Florianópolis, ou seja, na primeira década do século XXI, situações pontuais, nas quais, os interesses do poder público municipal aliado ao grande capital especulativo entraram em confronto com os interesses e as necessidades da sociedade civil e, em especial, da população pobre residente na cidade. Os principais exemplos dizem respeito à ocupação do solo e construção de grandes empreendimentos empresariais, como é o caso dos Shoppings Floripa (bairro Saco Grande) e Iguatemi (bairro Santa Mônica), erguidos a reveria da população do entorno, ou ainda, condomínios residenciais, como por exemplo, o recém inaugurado Costão Golf Club (no bairro Rio Vermelho). Acumulam-se, neste sentido, situações onde as expectativas da população não são levadas em consideração, sendo possível observar velhos e novos paradigmas presentes no interior deste contexto, remetendo a discussão a um nível onde permanentemente a população pobre é prejudicada direta ou indiretamente pelas ações do poder público municipal.



### **3 POBREZA URBANA EM FLORIANÓPOLIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTUDO COMPARATIVO DE TRÊS CASOS**

#### **3.1 O CONTEXTO DA PESQUISA**

Desde o momento inicial, quando nossa pesquisa era apenas um pequeno emaranhado de idéias e suposições que permeavam nossos pensamentos e diálogos, até o momento presente, quando pretendemos analisar os dados empíricos coletados, após ter percorrido o caminho metodológico pré-estabelecido, com objetivo de trazer à tona elementos relativos à pobreza urbana em Florianópolis no início do século XXI, foi possível experimentar diferentes sensações, no que diz respeito à materialização de dados empíricos necessários para tal. Os principais questionamentos apareciam relacionados à relevância de nossa questão de pesquisa e se teríamos forma e desenvoltura para desdobrá-la em perguntas legíveis às lideranças comunitárias que viriam a ser entrevistadas. Talvez, esse possa ser um fato que não passe impune a qualquer elaboração de um trabalho dissertativo, por este motivo dispensamos atenção especial a estes pontos no decorrer do processo de formulação da pesquisa.

O conhecimento prévio e *in loco* de muitas das áreas de pobreza de Florianópolis, em especial, dos desafios enfrentados cotidianamente pelos moradores e, por vezes, transformados em demandas e em reivindicações emergenciais das comunidades frente ao poder público municipal, foi possível através das atividades desenvolvidas junto ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizadas no decorrer dos primeiros anos do século XXI. Tais experiências nos forneceram as primeiras noções para a formulação de nossa questão de pesquisa, reforçadas a partir das leituras e do aporte teórico encontrado na obra do professor Milton Santos, no momento em que ele nos chama a atenção para a discussão em torno das especificidades locais.

Conforme já abordamos anteriormente, para Milton Santos (1987) a pobreza não é igualmente definida, quando analisada a partir das diferentes escalas geográficas. O autor considera, por exemplo, que a pobreza é menor em países onde a figura do cidadão portador de direitos pôde se materializar, diferentemente do Brasil, onde os mínimos sociais ainda estão longe de ser alcançados por parcela significativa da população. Além disso, para Santos (1987) existem, também, diferentes situações de pobreza dentro dos limites de um mesmo país, evidenciando as dessempelhanças regionais brasileiras, tantas vezes tratadas por ele ao longo de sua trajetória acadêmica. A articulação destas dimensões conferiu um novo significado a nossa pesquisa e, nos motivou a seguir com a questão, a qual perseguíamos, admitindo, assim, a coexistência de diferentes pobrezas no interior do espaço urbano de Florianópolis, materializadas nas áreas de pobreza da cidade. Haja vista que, mesmo com muitas características semelhantes, o que reflete em certa homogeneidade das áreas, pode-se verificar diferenças nas próprias reivindicações das comunidades a depender de sua localização espacial na cidade.

Balizando a afirmativa acima, é de nosso conhecimento que no ano de 2002, o Fórum da Cidade de Florianópolis<sup>1</sup> realizou uma série de cinco eventos intitulados “Seminários Regionais do Fórum da Cidade”, nestes eventos lideranças comunitárias e demais participantes levantaram os principais problemas encontrados em suas comunidades. Os Seminários aconteceram na região da Lagoa da Conceição, Norte e Sul da Ilha, região central mais a Bacia do Itacorubi e, Continente. A síntese dos resultados demonstrou demandas comuns entre as comunidades Alto da Caeira do Saco dos Limões (centro) e Vila Aparecida

---

<sup>1</sup> O Fórum da Cidade de Florianópolis é um fórum de discussão com caráter permanente. Surgiu através da iniciativa de lideranças e entidades comunitárias de Florianópolis em conjunto com o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) e outros Núcleos de Estudo da UFSC, no ano de 2001. O Fórum da Cidade de Florianópolis tem o propósito de articular ações conjuntas entre Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, Universidades e ONG's e outros em prol da solução de demandas urbanas da cidade de Florianópolis, como, também, monitorar o processo de implantação do Estatuto da Cidade e a revisão do Plano Diretor na cidade de Florianópolis. Desde 2001 realizou cinco grandes encontros ampliados, de participação aberta a toda população, além de seminários regionais e outros eventos de formação popular.

(continente), por exemplo. Estas duas apresentavam como demandas emergenciais, entre outras, a implantação de posto de saúde, creche, área de lazer e a ampliação da rede de abastecimento regular de água e saneamento e, ainda, a falta de escrituração pública dos terrenos, no entanto, o Alto da Caeira do Saco dos Limões reivindicava também, a pavimentação das vias principais, ampliação do atendimento de transporte coletivo e do número de telefones públicos, demandas que não apareciam na comunidade da Vila Aparecida. Por outro lado, os moradores da Vila Aparecida reclamavam a urgência de posto policial na comunidade. Muito embora, isso não signifique diretamente que segurança pública não seja uma problemática, também, encontrada no Alto da Caeira do Saco dos Limões. De fato, ao mesmo tempo em que apareciam situações semelhantes, as especificidades regionais se destacavam no processo (FÓRUM DA CIDA-DE, 2002: 03 e 06).

Deste modo, após a leitura de elementos que foram nos aproximando da questão de pesquisa, procuramos ampliar nosso estudo referente à espacialização da pobreza na cidade de Florianópolis, uma vez que pretendíamos evidenciar as diferenças encontradas no processo de formação destas áreas. No processo investigativo, por meio da análise de dados secundários e cartográficos, derivados de um misto de pesquisas realizadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), nos anos de 1987 e 2005, pelo grupo INFOSOLOUFSC no ano de 2007 e, ainda, pela inclusão de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado no ano de 2000, verificamos o crescimento das áreas de pobreza e da população pobre de Florianópolis ao longo dos anos (Tabela 4). Podemos concluir que o aumento percentual das áreas de pobreza, entre os anos de 1987 e 2007, superou os 100%. Acompanhado do aumento de mais de 150% da população pobre, no mesmo período. Além disso, é interessante ressaltar que, nos primeiros anos de século XXI, se formaram seis novas áreas de pobreza, com aumento populacional estimado em 10 mil pessoas.

Outra questão observada foi a concentração espacial das áreas de pobreza, em quatro regiões de Florianópolis: centro,

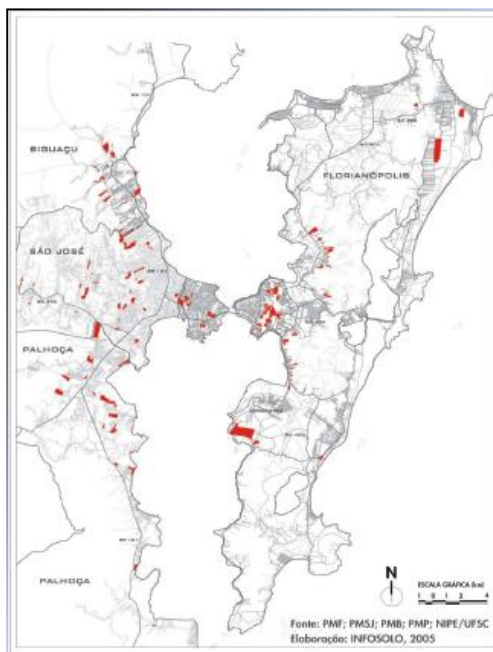
continente, norte e sul, com predominância das três primeiras (Mapa 1). Consideramos que esta configuração

**Tabela 5** – Crescimento das Áreas de Pobreza em Florianópolis (1987-2007)

Ano	Número de Áreas	População	Taxa de Crescimento
1987	29	21.393	
1992	42	32.290	8,58%
1996	26	40.283	3,98%
2000	55	53.340	6,72%
2004	58	61.445	Projeção
2007	61	-	-

Fonte: PMF (2005). INFOSOLO/UFSC (2007).

**Mapa 1** – Localização das áreas de baixa renda na região conurbada de Florianópolis



Fonte: Lonardoní (2007:44).

aparece relacionada ao processo histórico de formação e expansão das áreas de pobreza em Florianópolis, tendo em vista que para muitos autores este ocorreu nas direções centro/continente e centro/norte, conforme afirmado anteriormente. A partir deste ponto de vista, optamos em considerar apenas as regiões centro, continente e norte para fins de análise da questão de pesquisa.

Os últimos dados divulgados pela PMF (2006) referente às três regiões estudadas (centro, continente e norte) demonstraram que nestes primeiros anos do século XXI, a região continental abriga 31% do número de áreas de pobreza da cidade, totalizando 20 comunidades e população estimada de 21 mil habitantes. Na região central estão localizadas 29% das áreas de pobreza, totalizando 19 comunidades e população de aproximadamente 26 mil habitantes. E, na região norte encontram-se 19% das áreas de pobreza de Florianópolis, com o total de 13 comunidades e população estimada em 8 mil habitantes. A população estimada destas três áreas soma aproximadamente 55 mil pessoas, ou, quase 91% da população pobre de Florianópolis. Podemos dizer que a pequena diferença percentual observada entre o número de áreas de pobreza de centro e continente, não se reflete igualmente na distribuição da população nestas regiões, sendo que, o centro abriga 42% da população pobre total da cidade, enquanto o continente 34% e o norte 13% (Tabela 6).

**Tabela 6 – Áreas de Pobreza em Florianópolis (2006)**

Região	Comunidades
<b>CONTINENTE</b>  Número de Comunidades: 20	Aranha Céu
	Baixada do Sapé
	Chico Mendes
	Jardim Ilha Continente
	Maclaren
	Monte Cristo
	Morro da Caixa I
	Morro da Caixa II
	Morro do Flamengo

<p>31% das áreas de pobreza de Florianópolis</p> <p>População: 21.017 habitantes</p> <p>34% da população pobre de Florianópolis</p>	Nossa Senhora da Glória
	Nossa Senhora do Rosário
	Nova Esperança
	Nova Jerusalém
	Novo Horizonte
	PC-3
	Ponta do Leal
	Santa Terezinha I
	Santa Terezinha II
	Vila Aparecida I
<p><b>CENTRO</b></p> <p>Número de Comunidades: 19</p> <p>29% das áreas de pobreza de Florianópolis</p> <p>População: 26.048 habitantes</p> <p>42% da população pobre de Florianópolis</p>	Vila Aparecida II
	Alto da Caeira do Saco dos Limões
	Ângelo Laporta
	Boa Vista
	Caeira da Vila Operária
	José Boiteux
	Monte Serrat
	Morro Nova Descoberta
	Morro da Mariquinha
	Morro da Penitenciária
	Morro da Queimada
	Morro do 25
	Morro d Céu
	Morro d Horácio
	Morro do Mocotó
	Morro do Tico-Tico
	Serrinha I
	Serrinha II
	Vila Santa Rosa
	Vila Santa Vitória
<p><b>NORTE</b></p> <p>Número de Comunidades: 13</p>	Adão Reis
	Canto do Lamim
	Cartodromo
	Morro do Anastácio
	Morro do Balão

19% das áreas de pobreza de Florianópolis  População: 8.142 habitantes  19% da população pobre de Florianópolis	Morro do Janga
	Morro do Mosquito
	Morro do Quilombo
	Morro do Vино
	Papaguara
	Vila Arvoredo
	Vila Cachoeira
	Vila União

Fonte: PMF (2006)

Desta maneira, tendo em vista a necessidade em dar continuidade a nossa investigação com base na questão de pesquisa e, trazer à tona elementos relativos às diferenças encontradas nas áreas de pobreza em Florianópolis no início do século XXI, seria necessário o estudo minucioso de questões pertinentes a cada comunidade integrante das três regiões estudadas. Contudo, dado ao grande número de comunidades encontradas nas regiões selecionadas (52 ao total – Tabela 5), compreendemos que não disporíamos de tempo hábil para um exame qualificado e mais aprofundado desta totalidade. Neste sentido, colocou-se como imprescindível, optarmos pela identificação e seleção de casos de estudo, que se mostrassem exemplares representações da região a qual pertence, objetivando alcançar uma leitura próxima da realidade das áreas de pobreza de Florianópolis. Neste sentido, preferimos optar por comunidades conhecidas previamente *in loco* pela autora, transformando o fato em agente facilitador para subscrever o contato com as lideranças comunitárias que seriam entrevistadas. Diante dessas considerações, selecionamos como casos de estudo as comunidades: Alto da Caeira do Saco dos Limões (região central), PC-3 (região continental) e Vila do Arvoredo (região Norte).

A partir desse momento, nossas atenções foram desviadas aos três casos de estudo, mesmo sem definitivamente abandonarmos a visão conjunta da totalidade das áreas de pobreza. Procuramos nos dedicar a reunir dados secundários e informações pertinentes as comunidades, além das visitas *in loco* reali-

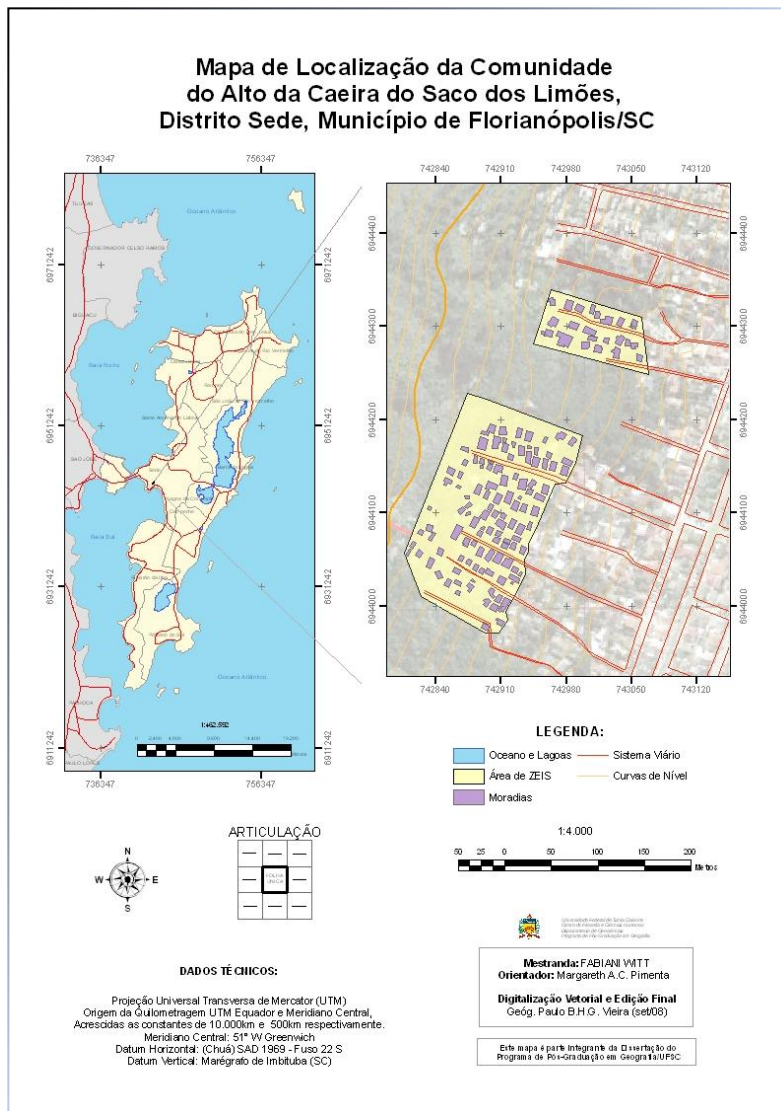
zadas no decorrer do mês de março de 2009 e das entrevistas realizadas com lideranças comunitárias previamente definidas, no mês de abril de 2009. Entendemos que neste trabalho, nosso papel é o de analisar situações objetivas e materiais relacionadas ao cotidiano das três comunidades caso de estudo, estabelecidas entre moradores e o urbano e das possibilidades ainda não acessadas ou acessadas de forma deficitária pelo conjunto das áreas de pobreza de Florianópolis. A proposta metodológica de um estudo comparativo entre o Alto da Caeira do Saco dos Limões, PC-3 e Vila Arvoredo apareceu como uma estratégia de pesquisa no caso específico de nosso estudo, objetivando alcançar considerações sobre a pobreza urbana em Florianópolis nos primeiros anos do século XXI.

### **3.1 A LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE POBREZA CASOS DE ESTUDO**

O Alto da Caeira do Saco dos Limões está localizado na encosta oeste do Maciço do Morro da Cruz, área central insular da cidade de Florianópolis, entre os paralelos 27°35' de latitude sul e entre os meridianos 49°25' oeste. Está situado em uma área de aproximadamente 70.000 m<sup>2</sup>, estabelecendo limite a leste com a comunidade Serrinha, ao norte com o Monte Serrat e, ao sul com o bairro Caeira do Saco dos Limões (Figura 12). Está distante aproximadamente 3 km do centro histórico e comercial de Florianópolis, sendo que o tempo de deslocamento médio estimado é entre 10 e 15 minutos.



## Mapa 2 – Localização do Alto da Caeira do Saco dos Limões





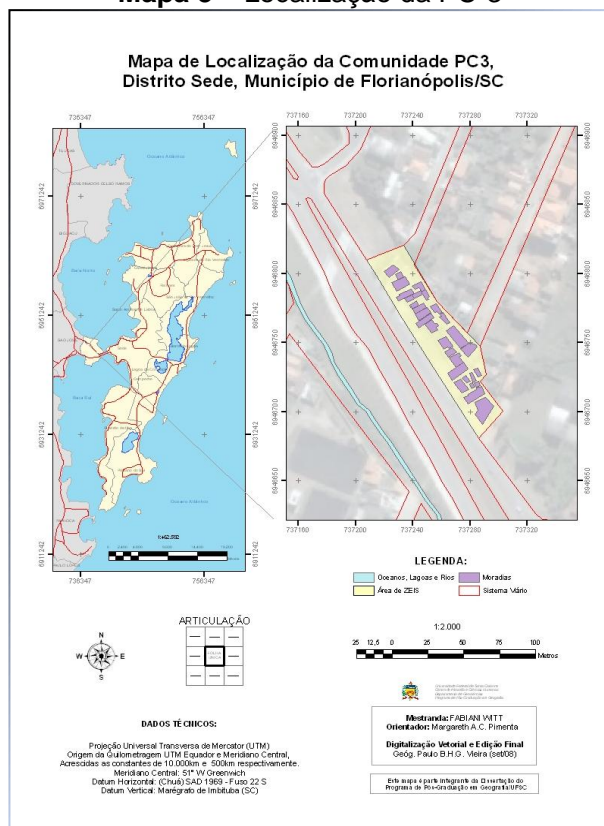
**Figura 11** – Limites ao norte da comunidade Alto da Caeira do Saco dos Limões. Em segundo plano o centro histórico e comercial de Florianópolis. Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis (2006).



**Figura 12** – Limites ao sul da comunidade Alto da Caeira do Saco dos Limões. Em segundo plano os bairros: Caeira do Saco dos Limões e Saco dos Limões. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

A PC-3 está localizada às margens da via asfáltica denominada Principal Continental 3 (PC-3), na área continental da cidade de Florianópolis, entre os paralelos 27°35' de latitude sul e entre os meridianos 48°35' oeste. Está situada em uma área de aproximadamente 3.900 m<sup>2</sup>, estabelece limite a leste com o bairro Jardim Atlântico (Figura 13) e ao sul com o bairro Coloninha (Figura 14). Está distante aproximadamente 8 km do centro histórico e comercial de Florianópolis, sendo que o tempo de deslocamento médio estimado é entre 15 e 20 minutos.

**Mapa 3 – Localização da PC-3**



Fonte: Vieira (2008).



**Figura 13** – Em primeiro plano a comunidade PC-3, ao fundo o bairro Jardim Atlântico, limite leste da comunidade PC-3. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

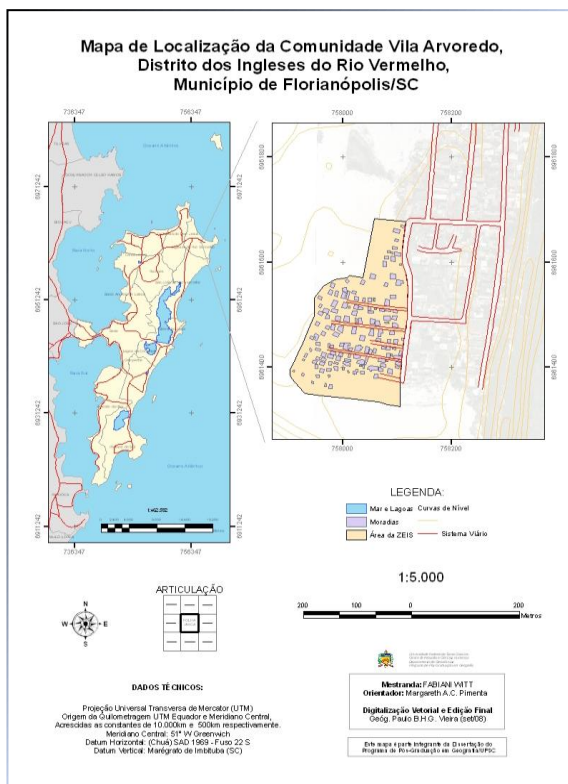


**Figura 14** – Em primeiro plano a via asfáltica PC-3. Ao fundo o bairro Coloninha, limite sul da comunidade PC-3. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

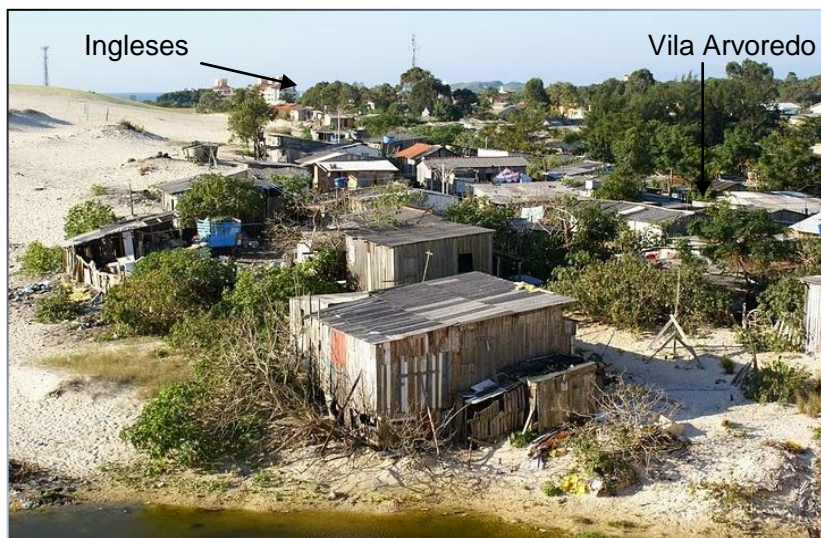


A Vila do Arvoredo está localizada na área insular norte da cidade de Florianópolis, entre os paralelos 27°26' de latitude sul e entre os meridianos 48°23' oeste. Está situada em uma área de aproximadamente 45.000 m<sup>2</sup>, sob área de dunas móveis, limitando-se ao sul com o Bairro Ingleses (Figura 15) e ao norte com as dunas (Figura 16). A extensão total da área das dunas constitui a terceira maior Área de Preservação Permanente (APP) de Florianópolis, local em que se encontra o Aquífero Ingleses/Rio Vermelho com volume estimado de 286.804.000 metros cúbicos. A Vila do Arvoredo está distante do centro histórico e comercial da cidade aproximadamente 40 km, sendo que, o tempo de deslocamento médio é entre 40 e 60 minutos.

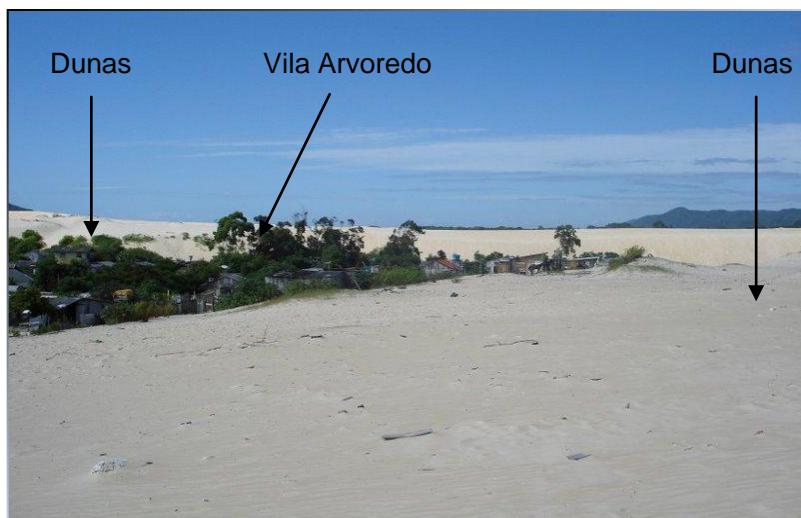
**Mapa 4 – Localização da Vila do Arvoredo**



Fonte: Vieira (2008).



**Figura 15** – Em primeiro plano a comunidade Vila Arvoredo. Ao fundo o bairro Ingleses, limite sul da comunidade Vila Arvoredo. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).



**Figura 16** – E primeiro plano a comunidade Vila Arvoredo. Ao fundo as dunas limite norte da Vila do Arvoredo. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

### 3.3 ORIGEM, FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS DE POBREZA CASOS DE ESTUDO

Podemos dizer que a origem ou a formação das comunidades Alto da Caeira do Saco dos Limões, PC-3 e Vila Arvoredo é efeito dos consecutivos processos migratórios absorvidos pela cidade de Florianópolis, principalmente, a partir do ano de 1950, analisados anteriormente, no entanto, os três casos dizem respeito a momentos mais recentes. Segundo o depoimento das três lideranças comunitárias entrevistadas, os primeiros terrenos ocupados e as primeiras habitações construídas em ambas as comunidades, datam de meados ou final dos anos 1980, sendo que, em nenhuma das comunidades, as lideranças conseguiram precisar com exatidão este ponto. Conforme o testemunho da liderança do Alto da Caeira do Saco dos Limões no ano de 1989 existia pouco mais de dez casas na comunidade. A liderança da PC-3 afirmou ter construído a casa de número cinco na comunidade, no ano de 1986. A liderança da Vila Arvoredo nos disse que as informações disponibilizadas pelos primeiros moradores foram de que a origem das casas datam do ano de 1987.

Quando indagadas sobre porque residir neste local específico, o relato da liderança comunitária da PC-3 mostrou-se bastante interessante, ao demonstrar que ter acesso à moradia na cidade representa para a população pobre mais do que um simples abrigo nos momentos de descanso. A casa aparece, também, como possibilidade de recomeço, resgate da dignidade perdida e renovação dos laços familiares.

[...] eu já morava em Florianópolis, aqui perto, vim morar porque tinha me separado, e ficava longe das minhas filhas, porque eu morava no serviço, só via elas no final de semana, até que um amigo meu e eu começamos a fazer planos para colocar uma casa aqui, cada uma colocou a sua, arrumamos madeira de uma casa que uma senhora queria desmanchar [...] nunca me esqueço que a

casa era toda amarelinha, daí tiramos o que conseguimos e fechamos a primeira estrutura da casa, é essas duas peças que você está vendo aqui, um quarto e um cozinha, depois fui aumentando, isso foi no dia 03 de Julho de 1986, eu lembro que eu estava preparando a festa da minha filha de dois anos. Trabalhamos sábado e domingo, debaixo de chuva e sem luz. Na segunda-feira de manhã a prefeitura veio aqui para derrubar a minha casa, minha vizinha não deixou e, quando viram as crianças deixaram a gente ficar. Foi depois que eu fiz essa casa, que eu consegui morar com as minhas filhas novamente, é bem significativo para mim, por isso que eu luto tanto por essa comunidade [...]

No depoimento da liderança do Alto da Caeira do Saco dos Limões encontramos elementos muito semelhantes ao relato narrado pela liderança da PC-3. Já na fala da liderança comunitária da Vila Arvoredo pudemos observar maior destaque para questões relacionadas à busca pelo trabalho assalariado na cidade.

[...] teve gente que chegou e não tinha nem onde morar, fez um barraquinho de duas peças só para dormir e para cozinhar, bem pequeno 2x3, para poder se abrigar até fazer a casinha [...] eu não cheguei a morar aqui na primeira vez que vim, apenas visitei uma filha minha que já morava aqui, isso faz 20 anos, sou do Planalto do Rio Grande do Sul, eles vieram antes e depois eu vim, eles foram me chamar para vim para cá. Daí deixei tudo lá e vir, ainda está lá o meu terreno [...] **Alto da Caeira do Saco dos Limões**

[...] a maioria das pessoas que chegaram aqui, trabalhavam na construção civil aqui mesmo na região, nos hotéis, prédios e todo o tipo de construção que se iniciou com maior intensidade nesta época aqui [...] vinham



para trabalhar, terminavam o trabalho e geralmente não tinha como voltar para suas cidades, acabavam ficando próximo dos locais que trabalhavam, aqui porque é uma localização boa de se morar e porque podiam pagar pelo valor dos terrenos [...] **Vila Arvoredo**

Além disso, podemos notar no depoimento da liderança do Alto da Caeira do Saco dos Limões, que a migração em direção a cidade faz parte de uma estratégia familiar objetivando melhorar as condições de reprodução da vida de seus membros. Mesmo que se apresente inicialmente como um movimento de pessoas isoladas, é comum que outros elementos da família venham a agrupar-se com o passar do tempo, resultando na reconstituição parcial e às vezes até total do grupo familiar, agora em outra realidade – a cidade. As lideranças do Alto da Caeira do Saco dos Limões e da Vila Arvoredo afirmaram que os primeiros moradores de suas comunidades eram originários do interior de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e, procuravam Florianópolis como resposta a situação de miséria e desemprego que encontravam em seus municípios de origem (com objetivo de superar a pobreza), normalmente situados em áreas rurais. Através da análise dos dados secundários a que tivemos acesso, percebemos que tais afirmativas condizem com a realidade. No ano de 2003, em pesquisa realizada no Alto da Caeira do Saco dos Limões, 52% dos moradores disseram-se originários do interior de Santa Catarina e 21% dos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná (MACHADO, 2003). Na Vila Arvoredo os dados demonstraram que 33% das famílias residentes na comunidade, no ano de 2005, eram provenientes de municípios do interior de Santa Catarina, 25 % do interior do Estado do Paraná e 20% de áreas rurais do Rio Grande do Sul (PMF, 2005).

Nas declarações da liderança comunitária da PC-3 foi possível identificar situações diferenciadas quanto à origem dos primeiros moradores da comunidade, confirmando afirmações anteriormente descritas em nosso trabalho, relativas ao deslocamento de famílias pobres das áreas centrais em direção ao continente no decorrer dos anos de 1980. Os dados pesquisados apontam que 27 das 33 famílias identificadas na PC-3 são origi-

nárias de outros municípios de Santa Catarina, sendo que, deste total, 42% já residiam em Florianópolis há 5 ou 10 anos antes da PC-3. As outras 6 famílias revelaram ser originárias de outros Estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia (NESSOP, 2004). Com base no depoimento da entrevistada, no ano de 1986 existiam apenas 5 casas construídas na PC-3 e até meados de 1994 foram edificadas mais 28 casas, alcançando o total de 33 construções. Este total permaneceu inalterado desde então. Neste sentido, o caso da PC-3 mostrou-se singular, pois, diferentemente do Alto da Caeira e da Vila Arvoredo, constitui-se historicamente como uma área de baixa expansão habitacional. Dois motivos se apresentaram como explicativos desta constatação, o primeiro está relacionado às limitações de extensão do próprio terreno que abriga a comunidade da PC-3, não passando dos 4.000 m<sup>2</sup>. E, o segundo diz respeito às obras de construção da via asfáltica Principal Continental 3 (PC-3), iniciadas no ano de 1995.

A Primeira Continental 3 foi planejada no final da década de 1960, com objetivo de resolver o problema de tráfego entre os municípios de São José, Biguaçu e Florianópolis. Porém, só no ano de 1994 o governo estadual conseguiu o financiamento para dar início às obras, abandonadas parcialmente, ainda, na década de 1990 e sem previsão de retorno nestes primeiros anos do século XXI. Entretanto, vigora uma Lei Municipal nº 144076, aprovada no ano de 1976, impedindo que os imóveis existentes no traçado da Via sejam reformados ou ampliados, além de proibir a construção de novas edificações (ANCAPITAL:2000). Fato não comprovado na prática, dado a própria descrição da origem e formação da comunidade PC-3. Apenas com o início das obras da Primeira Continental 3 é que foram ampliadas as fiscalizações. Segundo o depoimento da liderança comunitária entrevistada, após o ano de 1995 os moradores ficaram proibidos de alterar a estrutura das casas e eles próprios colaboraram para que não houvesse novas ocupações na comunidade.

Por outro lado, o Alto da Caeira do Saco dos Limões e a Vila Arvoredo vêm consolidando-se ao longo dos anos, como áreas de alto potencial de expansão habitacional e populacional. Esta configuração pode ser visualizada tanto através da análise

dos dados secundários disponíveis, quanto no relato das lideranças comunitárias entrevistadas. Em relação ao Alto da Caeira do Saco dos Limões, dispomos de elementos e dados referentes a quatro períodos distintos, permitindo uma análise processual significativamente importante. A informação inicial aparece no relato visual da entrevistada, que afirmou ter encontrado pouco mais de dez famílias residindo na comunidade, no ano de 1989. Já os primeiros dados registrados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), relativos aos moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões, indicam que em 1993 esse número estava próximo das cento e setenta famílias. Posteriormente, no ano de 2003, em pesquisa realizada pela Associação de Moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões (AMAC) foram identificadas mais de quatrocentas famílias, num total de aproximadamente dois mil moradores. A última pesquisa realizada pela PMF, em 2009, apontou para o cadastro de um número superior a oitocentas famílias residindo no Alto da Caeira do Saco dos Limões.

No relato colhido na comunidade, a liderança entrevistada mostrou-se impressionada com o processo de expansão populacional da comunidade, vivenciado com proximidade por ela, desde a primeira vez em que esteve no Alto da Caeira do Saco dos Limões, no ano de 1989.

[...] há 20 anos quando eu tive aqui, era tudo mato, só tinha a casa da D. Jandira, do Seu Zé do Chapéu e da D. Inácia que é lá no fundo e a do Amaral lá em baixo e mais algumas. E depois, pensa bem, isso há 20 anos, quando eu voltei, depois de cinco anos, quando eu voltei para cá tinha mais de cem casas [...] quando fizemos aquela pesquisa em 2003, estávamos com mais de quatrocentas famílias e, agora temos mais de oitocentas, isso em questão de cinco ou seis anos, então, a comunidade cresceu muito, já virou quase numa cidade [...]

Os dados referentes à comunidade Vila Arvoredo foram todos disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis

(PMF) em diferentes períodos. A primeira pesquisa foi realizada no ano de 1993 e identificou sessenta e seis famílias, num total de duzentos e oitenta e quatro moradores (PMF/IPUF, 2003). Em 1996, o número de famílias residentes na comunidade passou para oitenta e nove e, no ano de 1999 para cento e vinte e sete famílias, totalizando quatrocentos e trinta e oito moradores. Os dados mais recentes indicaram a presença, em 2005, de duzentas e vinte e duas famílias e aproximadamente oitocentos moradores na Vila Arvoredo. É interessante ressaltar que durante seu depoimento, a entrevista da Vila Arvoredo demonstrou preocupação com a possibilidade de novas ocupações, principalmente pelo fato de a comunidade estar em processo de negociação com a Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental, objetivando a remoção das famílias do local.

Podemos observar que a história de origem, formação e consolidação das comunidades casos de estudo aparece na fala das três entrevistadas, com maior incidência nos depoimentos das lideranças comunitárias do Alto da Caeira do Saco dos Limões e PC-3, como um elemento significativo de suas próprias histórias de vida na cidade. Para melhor dizer, situações/sentimentos que estiveram e se mantêm presentes no cotidiano destas lideranças comunitárias.

### **3.4 TIPOLOGIA HABITACIONAL E INFRA-ESTRUTURA URBANA NAS ÁREAS DE POBREZA CASOS DE ESTUDO**

A precariedade é freqüentemente observada na tipologia habitacional das áreas de pobreza da cidade de Florianópolis, de uma forma geral. Seja do ponto de vista da ausência de infraestrutura urbana, seja considerando-se as condições de segurança da edificação, como risco de deslizamento, de inundação, de incêndio devido a ligações elétricas precárias, além do perigo dos moradores contraírem doenças infecciosas decorrentes do acúmulo de lixo e de condições insatisfatórias de higiene e sane-

amento das comunidades (NUNES, 2004), ou, da topografia das áreas, entre outras questões que podem aparecer. Neste sentido, compreendemos que ao analisar a tipologia das habitações das comunidades investigadas, devemos considerar o conjunto dos serviços de infra-estrutura urbana ofertados aos moradores e, em especial, a topografia das áreas, pois, essas questões exercem influência direta no padrão construtivo das casas, bem como, na possibilidade de maior ou menor utilização do ambiente total do terreno.

Em relação à topografia das áreas ocupadas, o Alto da Caeira do Saco dos Limões, a PC-3 e a Vila Arvoredo apresentam condições bastante dessemelhantes, resultado da sua localização no espaço urbano da cidade, conforme visualizamos anteriormente. Podemos dizer que o Alto da Caeira do Saco dos Limões por estar localizado em uma das áreas mais elevadas e de alto declive do Maciço do Morro da Cruz e a Vila Arvoredo por estar localizada sobre um banco de areia móvel, apresentam as maiores dificuldades construtivas aos seus moradores, principalmente pela instabilidade verificada nos terrenos. No caso da PC-3, aparece como principal agente de complexidade a impossibilidade de reparos e ampliações nas casas. Notamos nos depoimentos das lideranças comunitárias entrevistadas, que em ambas as comunidades a modalidade de construção familiar da moradia tem se mostrado muito presente, visto os baixos recursos de que os moradores dispõem para edificar suas casas e, por outro lado, o alto número de trabalhadores com experiência na construção civil residindo nestas áreas.

Percebemos no Alto da Caeira do Saco dos Limões duas tipologias habitacionais, principais (Figuras 17 e 18) que denotam a tendência construtiva na comunidade, já observados no primeiro depoimento da entrevistada. Ao chegar ao Alto da Caeira do Saco dos Limões, a família opta pela construção do primeiro módulo da casa, normalmente, com duas peças e um banheiro externo utilizando-se de materiais rústicos, pois, mesmo em condições precárias, e sem espaços suficientes para a vida cotidiana, a casa própria significa neste primeiro momento a extinção de custos do já baixo orçamento familiar dos ex-agricultores, a serem gastos com o aluguel urbano. A depender da possibilidade

dos moradores, a ampliação da casa é realizada de forma gradual e, freqüentemente, os novos cômodos são construídos com materiais de alvenaria. Neste contexto, cabe ressaltar ainda, que os procedimentos adotados pelos moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões são comuns aos modelos estabelecidos nas outras áreas de pobreza de Florianópolis.



**Figuras 17 e 18** – As duas tipologias habitacionais principais, encontradas no Alto da Caeira do Saco dos Limões. Na primeira imagem é possível perceber a casa ainda em seu estágio construtivo inicial. A segunda imagem representa a tendência à ampliação da residência, com a utilização de materiais de alvenaria. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

O relevo acidentado, condição topográfica predominante no Alto da Caeira do Saco dos Limões, amortiza as probabilidades construtivas das habitações, sendo possível observar duas formas básicas. A primeira delas (Figura 17) é obtida através da implantação da casa diretamente no terreno, sob um conjunto de elementos de suspensão variados, para compensar as declividades pequenas. A segunda forma característica (Figura 18) é alcançada através da suspensão das casas por pilares, compensando a alta declividade do terreno. Ao longo do tempo, é comum a utilização desta estrutura conformada debaixo das casas, para a constituição de um pavimento inferior (PIMENTA e PIMENTA, 2005). Nas duas situações, a volubilidade da edificação é comprometida pela frágil estrutura dos pilares e pelos cortes ou aterros realizados nos terrenos, tornando-os ainda mais instáveis em dias de chuvas. Além disso, a infra-estrutura urbana deficitária colabora para dificultar o acesso às moradias nas áreas de maior declive no alinhamento frontal do terreno. Este acesso

acontece na maioria das vezes, por meio de escadarias e rampas improvisadas pelos próprios moradores.

Na pesquisa realizada pela Associação de Moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões (AMAC, 2003), ao serem questionados sobre os principais problemas em relação à infraestrutura urbana da comunidade, sentidos no seu cotidiano, os moradores apontaram a irregularidade das redes de abastecimento de água e luz e declararam estarem insatisfeitos com a baixa qualidade das vias de acesso e servidões. A ausência de drenagem pluvial, pavimentação e mecanismos de contenção nas encostas do morro, em conjunto, provocam constantes deslizamentos, em especial, quando o solo não consegue absorver a água da chuva. É importante ressaltar esta questão ao tratarmos sobre uma cidade tal qual Florianópolis, que apresenta, em determinados períodos do ano, chuvas intensas combinadas com a ação de ventos fortes. Verificamos *in loco* que a estrutura da malha viária do Alto da Caeira do Saco dos Limões constitui-se em um emaranhado de pequenas servidões secundárias interligadas a duas servidões principais, a Servidão da Felicidade e a Rua Custódio Firmino Vieira, esta última prolongada dentro dos limites da comunidade da Caeira do Saco dos Limões.

Neste contexto, cabe observar que a falta de escrituração pública dos terrenos, deixando sob condição de ilegalidade as habitações no Alto da Caeira do Saco dos Limões, apresentou-se como um dificultador histórico frente à relação estabelecida com o poder público municipal, no que se refere à conquista de melhorias urbanas para a comunidade. No relato da liderança entrevistada, transcrito a seguir, podemos identificar com precisão está questão:

[...] um dia fui na Prefeitura para ver a questão da água, eles puxaram no computador e me mostraram que lá onde eu estava morando, não morava ninguém, porque eles diziam que o Alto da Caeira era só até a altura do orelhão, ali na Igreja, e que mais pra cima não tinha ninguém, sendo que isso aqui já estava cheio de gente, então, era bem difícil [...]

No ano de 2005, com a aprovação da Lei Complementar nº 207/2005, o Alto da Caeira do Saco dos Limões e mais 16 áreas de pobreza do Maciço do Morro da Cruz foram declaradas, pelo poder público municipal, como Zonas Especial de Interesse Social (ZEIS)<sup>2</sup>, passíveis de urbanização e regularização fundiária. No entanto, apenas no ano de 2008 com a utilização de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>3</sup> a Prefeitura Municipal de Florianópolis conseguiu dar início às obras de urbanização na comunidade. As obras do PAC, como ficaram conhecidas entre os moradores, prevêem a execução de serviços de terraplanagem, pavimentação (Figura 19), drenagem pluvial, abastecimento de água, sistema coletor de esgoto, rede de distribuição de energia elétrica, contenção de encostas, transporte vertical e a implantação do Parque Natural do Morro da Cruz.

---

<sup>2</sup> As ZEIS são áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para a regularização fundiária, urbanização e edificação, as quais superpõem às normas gerais do Plano Diretor (Lei Complementar nº 207/05 art. 1º, § 1º). As ZEIS são zonas urbanas que podem conter áreas públicas ou particulares, ocupadas por população de baixa renda ou passíveis de urbanização, onde há interesse público de minimizar o custo do acesso à terra urbana e/ou promover a regularização fundiária, por meio da flexibilização dos parâmetros urbanísticos de uso, ocupação e parcelamento do assentamento (PMF, 2005).

<sup>3</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em todo território nacional, como plano de ação do Governo Federal, no ano de 2007. As medidas do PAC privilegiam o setor de infra-estrutura, o que inclui transportes, construção civil, energia e saneamento básico e urbanização (GOVERNO FEDERAL, 2007). Em Florianópolis os recursos do PAC destinados ao Maciço do Morro da Cruz ultrapassam os 25.000.000,00. (PMF, 2009).



**Figura 19** – Obras do PAC. Pavimentação asfáltica parcial da via principal de acesso ao Alto da Caeira do Saco dos Limões. Limite com o Monte Serrat. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).



**Figura 20**– Obras do PAC. Terraplanagem e muros de contenção na Servidão da Felicidade. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).



Até os meses de abril e maio de 2009, quando realizamos a entrevista e as visitas na comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões, as obras do PAC caminhavam a passos lentos, devido às constantes interrupções em razão da falta de repasse dos recursos. Contudo, foi possível visualizar o resultado da execução do serviço de terraplanagem em alguns pontos da Servidão da Felicidade, também, o asfaltamento do início da Servidão, entre o limite com o Monte Serrat e a primeira curvatura da via, traçado com cerca de 2 km de extensão. E, ainda a construção de um número significativo de muros de contenção de encostas, em toda a extensão da Servidão da Felicidade (Figura 20). Segundo a liderança entrevistada, as demais obras previstas ainda não tinham data para iniciar. Em seu depoimento,

além do atraso, a liderança comunitária reclamou da qualidade dos materiais que estão sendo utilizados nas obras.

Através do depoimento da entrevistada podemos concluir que as recentes intervenções urbanísticas no Alto da Caeira do Saco dos Limões, representaram pequenos avanços, no que diz respeito a dois outros grandes problemas de infra-estrutura urbana na comunidade. Ou seja, a distribuição de energia elétrica e o abastecimento de água potável. Sendo que, no final dos anos de 1990 e nestes primeiros anos do século XXI, o acesso a água transformou-se na principal luta reivindicatória da Associação de Moradores (AMAC). Segundo relato da liderança entrevistada foi em meio à busca de soluções para a temática, que os moradores passaram a organizar suas reivindicações coletivamente. O abastecimento de água ao Alto da Caeira do Saco dos Limões é improvisado através de ligações instaladas pelos próprios moradores, conectadas ao sistema que abastece as emissoras de rádio e televisão, localizadas próximas a comunidade. A entrevistada nos informou que as primeiras ligações foram autorizadas pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) com o objetivo de resolver o problema imediato de alguns moradores, em meados da década de 1990. Após esse período, a questão permanece inalterada junto a CASAN e novas ligações foram instaladas clandestinamente. Em virtude da irregularidade das ligações ocorrem interrupções diárias no fornecimento de água aos moradores.

No caso da PC-3, conforme podemos observar no relato da liderança entrevistada, a topografia da área onde está localizada a comunidade não apareceu como obstáculo direto ao padrão construtivo das habitações, principalmente, por se tratar de uma área plana: “aqui era tudo barro quando chegamos, na frente também, aqui por perto era tudo mato, nunca esqueço que tinha um cheiro de flores que era muito bom, aterramos alguma coisa, mas foi pouco”. E, assim como, nas experiências relatadas no Alto da Caeira do Saco dos Limões, a maioria das famílias ao chegar à comunidade, optou pela construção imediata de uma primeira estrutura simplificada de madeira, com projetos futuros de ampliar sua residência, na medida em que as condições orçamentárias permitissem. No entanto, este processo foi inter-

rompido no ano de 1995, com o início das obras da via asfáltica Primeira Continental 3 (PC-3), em virtude da proibição de reformas e ampliações nas casas fixadas no traçado da Via, incluindo as 33 unidades, localizadas na comunidade PC-3. Desta maneira, há quase quinze anos os moradores estão impossibilitados de realizar melhorias em suas casas e este fator configura-se como elemento determinante a precariedade habitacional da PC-3. Na fala da entrevista podemos notar as evidências desta questão:

[...] se a prefeitura liberasse para a gente construir nossas casas, ou, ampliá-las, já seria bom, porque a minha casa, por exemplo, está podre, e outras tantas, guardei até restos de cupim para levar na justiça. Daí penso, por que alguns podem construir e outros não podem? Porque sei que a maioria aqui dos que construíram, aproveita para fazer em época de campanha eleitoral, porque daí o fiscal não vem [...]

Por este motivo, percebemos na comunidade apenas duas tipologias habitacionais (Figuras 21 e 22), a primeira delas e, também a mais comum, é a edificação em madeira rústica e materiais reciclados adquiridos na construção civil, sendo que, 83% das casas apresentam este padrão construtivo. A segunda tipologia, presente em 17% das habitações, é a edificação mista em madeira e alvenaria. Verificamos *in loco*, diferentemente da fala da entrevistada, que em ambos os padrões construtivos existem ampliações do número de cômodos da casa, visivelmente realizadas após a proibição no ano de 1995, seja em madeira ou alvenaria.



**Figuras 21 e 22** – As duas tipologias principais da PC-3. Na primeira imagem é possível perceber a edificação em madeira rústica. Na segunda em imagem podemos visualizar em destaque o cômodo ampliado em alvenaria. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

Além disso, com o início das obras da via asfáltica PC-3 surgiram novas questões relativas à infra-estrutura urbana na comunidade, pois, uma vez que as casas não poderiam mais ser alteradas, o poder público municipal eximia-se à responsabilidade de atender as demandas de infra-estrutura dos moradores da PC-3, alegando as penas previstas em lei. Desta forma, após o ano de 1995 não foi possível registrar intervenções urbanísticas expressivas na comunidade PC-3. No interior deste contexto, faz-se necessário ressaltar que anterior a este período as conquistas mais significativas dos moradores, consistiram nas ligações regulares de energia elétrica e água para 24 casas da comunidade, as outras oito ligações são clandestinas. Questionados sobre os principais problemas de infra-estrutura da PC-3, aqueles com maior interferência direta no cotidiano, a maioria dos moradores apontou a precariedade e as constantes interrupções no abastecimento de luz e água, a falta de escrituração pública dos terrenos e a inexistência de rede de saneamento básico (NESSOP, 2004). Com objetivo de resolver o problema de saneamento, os moradores improvisaram uma vala, que passa detrás das edificações, contudo, pela falta de utilização de técnicas de drenagem e tubulação apropriadas, em dias de chuva intensa a vala enche e a água chega ao interior das casas.

Na PC-3 inexistia uma malha viária constituída, pois as casas ficam tão próximas umas das outras, que os caminhos de acesso não se configuram em vias ou servidões. O acesso às casas edificadas no interior da comunidade acontece por meio do terreno dos vizinhos. Existe um recuo em aclave, de aproximadamente 300 metros, entre a Primeira Continental 3 (PC-3) e as edificações localizadas na porção frontal da área de extensão da comunidade. Este aclave é resultado das obras da Via e, segundo relato da liderança entrevistada, tem ocasionado problemas, “antes da construção da via PC-3 não sofriamos com enchentes nas casas, porque nossas casas ficavam mais altas, agora sempre acontece”. A entrevistada nos disse, ainda, que existem pelo menos duas propostas de projetos habitacionais para remoção da comunidade deste local, muito embora as negociações com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) não tenham progredido nos últimos anos.



**Figura 23** – Em primeiro plano o recuo em aclave entre a via PC-3 e a comunidade. Ao fundo as duas tipologias habitacionais da PC-3. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

Na Vila Arvoredo, assim como no Alto da Caeira do Saco dos Limões, a topografia da área onde se encontra localizada a comunidade, exerce influência direta na tipologia habitacional das edificações. No caso da Vila Arvoredo, principalmente, no que se refere à instabilidade a que estão expostas as estruturas, pois a pressão exercida pela movimentação gradativa das dunas compromete a estrutura das casas, colocando-as em situação de risco permanente de desabamento. Edificados sobre uma área

de dunas móveis, pesquisas estimam que os domicílios da Vila Arvoredo estejam sujeitos a ficar totalmente encobertos pela areia nos próximos 20 anos (PMF, 2005). É interessante ressaltar a exemplo desta constatação, que em 2005, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), em cumprimento de determinação do Ministério Público Estadual de Santa Catarina, foi obrigada a remover vinte e cinco famílias do local, as quais se encontravam em situação emergencial, em virtude do avanço da areia das dunas sobre as casas (Figura 24). No mesmo ano, outras famílias decidiram deixar a área e foram indenizadas pela PMF, no entanto, o valor destas indenizações é normalmente muito reduzido, inferior a 3 mil reais. Muitos moradores aceitaram a indenização e, por falta de orientação e oportunidade alguns voltaram para a Vila do Arvoredo, pouco tempo depois.

**Figura 24** – Edificação destruída pela ação das dunas móveis na Vila Arvoredo. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).



Em meio à análise topográfica das áreas ocupadas pelas comunidades casos de estudo, a Vila Arvoredo é sem dúvida a que apresenta maior instabilidade do assentamento, sendo que, a solução urbanística apontada por técnicos da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é a completa remoção dos moradores e a emergente re-alocação em outra área da cidade. No depoimento concedido pela liderança comunitária entrevistada, ficou claro que a população da Vila Arvoredo almeja deixar o local, pois, os moradores compreendem os riscos de saúde a que estão sub-

metidos se permanecerem sobre as dunas, além do desejo de possuírem endereço próprio regular, entretanto, negociam determinadas condições junto a PMF. As principais aparecem descritas no relato da entrevistada, a seguir:

[...] nós querem ficar todos juntos, temos amizades, queremos uma mesma área para onde todos possam ir [...] temos toda a estrutura que precisamos nos Ingleses, por isso, não queremos sair daqui, nossa vida já está adaptada aos Ingleses, o projeto que pleiteamos é ficar aqui no bairro, escola, trabalho, é tudo aqui. As pessoas trabalham aqui perto, nos hotéis e restaurantes. E, afinal, todos os terrenos foram pagos e investimos nosso dinheiro nas casas, temos o direito de negociar [...]

Desde o ano de 2005, a Associação de Moradores da Vila Arvoredo discute com a Prefeitura Municipal a elaboração do projeto de remoção das famílias da comunidade e o principal desafio, além da falta de recursos orçamentários, tem sido o de encontrar uma área disponível. Segundo o depoimento da entrevistada já foram realizados abaixo assinados nos bairros: Ingleses, Rio Vermelho e Vargem do Bom Jesus, a fim de impedir o re-assentamento das famílias nestes locais. A liderança relaciona os fatos ao preconceito com que ela acredita que são tratados os moradores da Vila Arvoredo na cidade, em especial, na área norte de Florianópolis, “sofremos preconceitos porque moramos nas dunas e não temos condições de construir uma casa boa, como a maioria das famílias que vivem no entorno, muitos desses, também, estão em áreas ilegais, mas as pessoas costumam confundir ilegalidade com pobreza”. A situação da Vila Arvoredo é singular frente às comunidades do Alto da Caeira do Saco dos Limões e PC-3, por estar localizada em uma área de intensa especulação imobiliária, empreendimentos turísticos e comerciais, permeada por interesses econômicos explícitos das classes altas em manter afastada a população pobre, afinal “a pobreza não embeleza nada”. Em entrevista concedida ao Centro de Mídia Independente (CMI), no

ano de 2007, um dos moradores da Vila Arvoredo registrou a importância da luta pela moradia em sua vida:

[...] porque eu acho que cada cidadão tem que lutar pelo direito. Se o direito na Constituição diz que todo cidadão tem direito à moradia e saúde, então cada cidadão tem que lutar por seu direito que está na Constituição. Se não, que rasgue essa Constituição e faça outra coisa dela. Porque se a Constituição dá esse direito, todo cidadão tem que morar. E outra, a gente tá trabalhando para isso, lutando para isso, não é por opção, é por necessidade. Não é porque eu vou optar por isso, não, é por necessidade. Eu trabalhei na roça, na lavoura, fui criado na lavoura. Depois trabalhava de meeiro, os fazendeiros foram mecanizando, foram botando pasto. Tivemos que vir pra cidade. A cidade não dava muito conforto. Meu pai muito sofrido, pobre. Não consegui estudar direito. Hoje eu fiz o primeiro grau, depois de velho, mas...[...] nasci na Bahia. E graças à Deus estou aí, lutando contra a maré, lutando contra os poderosos, mas fazer o quê? Tem que lutar e vamos ver o que a gente vai conseguir [...]

Verificamos *in loco* a existência de duas tipologias habitacionais principais na Vila Arvoredo (Figuras 25 e 26), uma delas consiste na edificação em madeira rústica e materiais reciclados, sendo que esta é a tipologia predominante na comunidade, pois, aproximadamente 80% das casas foram construídas com madeiramento rústico (PMF, 2005). A outra tipologia encontrada na Vila Arvoredo é a edificação mista, em madeira e alvenaria, resultado de ampliações e reformas, essa última menos presente. Constatamos que as ocupações consolidadas há mais tempo apresentam claras divisões entre os cômodos internos da casa, conquistadas ao longo dos anos, enquanto nas edificações mais recentes o espaço interno da casa é reduzido a dois cômodos, quase sempre insuficientes para a vida cotidiana dos membros da família, similares aos relatos descritos a propósito da tipologia



habitacional do Alto da Caeira do Saco dos Limões e PC-3. As casas de maior tamanho, com quatro ou mais cômodos são em número muito pequeno, aproximadamente 13 % (PMF, 2005).



**Figuras 25 e 26** – As duas tipologias habitacionais observadas na Vila Arvoredo. Na primeira imagem podemos observar edificação em madeira rústica, na segunda imagem edificação mista em madeira rústica e alvenaria, perto de ser encoberta pelas dunas. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

Em relação à infra-estrutura urbana da Vila Arvoredo, a entrevistada nos apontou que o maior desafio das famílias é a convivência diária com a areia das dunas. Esta questão se relaciona tanto a dificuldade de locomoção nas vias internas, inclusive ao acesso de automóveis e outros veículos (Figura 27), quanto à grande quantidade de areia que acaba sendo depositada no interior das residências, em dias de ventos fortes, obrigando os moradores a manter-se alerta a qualquer situação que possa ocorrer. Outra questão levantada pela entrevistada foi a falta de uma rede coletora de saneamento básico na comunidade, pois, além dos problemas que normalmente aparecem derivados desta questão, no caso da Vila Arvoredo o fato é agravado em razão da comunidade estar situada sobre um reservatório natural de água, o Aquífero Ingleses/Rio Vermelho. E, a areia por se constituir em material de rápida absorção, conduz os dejetos humanos diretamente para o Aquífero. A liderança entrevistada demonstrou preocupação com esta questão, pois, admite o fato, de que as ligações irregulares de esgoto pluvial prejudicam o meio ambiente e, por esse motivo, ressalta a emergência na definição do projeto de remoção das famílias do local.

Observamos na Vila Arvoredo, a estruturação de uma malha viária simplificada, sendo que existe uma rua principal de acesso, a Rua do Siri, passando de frente à porção frontal a área onde se encontram localizadas as casas. Por meio desta via principal, conectam-se pequenas servidões que proporcionam acesso ao interior da comunidade. Nenhuma destas vias possui pavimentação de qualquer tipo, verificamos apenas (Figura 25) em alguns pontos específicos, da Vila Arvoredo, a diminuição da camada de areia sob a superfície, proporcionando maior acessibilidade as servidões. Ao tratarmos sobre o abastecimento de água e luz, a entrevistada relatou que a maioria das ligações é clandestina, pois as únicas casas que possuem ligações de água e luz regulares são as edificadas anteriormente ao ano de 1996, ou seja, aproximadamente 30% das habitações da Vila Arvoredo (PMF, 2005). Segundo a liderança, o abastecimento de água é o mais precário entre os dois, em razão de constantes interrupções, que por vezes duram mais de sete dias, principalmente no período de turismo de verão, quando na região norte o consumo de água duplica e até triplica (PMF, 2005).



**Figura 27** – Em primeiro plano exemplo das vias de acesso às habitações na Vila Arvoredo. Fonte: Acervo da Autora (2006).

Podemos observar no decorrer do depoimento das três entrevistadas, que o ano de 1996 passou a existir como marco divisor entre o acesso e o não-acesso aos serviços de infraestrutura urbana, principalmente, relativos às ligações regulares de abastecimento de água e energia elétrica. Compreendemos

que este fato aparece diretamente pautado na aprovação da Lei Complementar 001/1997, a qual instituiu o Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo no Distrito Sede do município de Florianópolis. Após a implementação da referida Lei, as intervenções urbanísticas em Áreas de Preservação Permanente (APP's), topos de morros e áreas de dunas móveis, fixas e semi-fixas, por exemplo, foram proibidas. Estas áreas consideradas de uso não urbano, abrangem as especificidades topográficas das comunidades casos de estudo de nosso trabalho, além de outras áreas de pobreza da cidade, bem como abrangem áreas utilizadas para a construção de empreendimentos habitacionais de alto padrão, destinados às classes médias e altas. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) divulgados em matéria jornalística, 58% dos imóveis da cidade se encontram em situação irregular, ou, sem o *habite-se*, uma espécie de certificado concedido pela administração municipal avalizando que a construção atende aos requisitos legais. A respeito desta informação, o então secretário municipal de Urbanismo e Serviços Públicos, em entrevista, afirmou que muitos condomínios residenciais, inclusive clubes sociais tradicionais da cidade estão em situação irregular (AnCapital 19/10/2007).

No entanto, na contramão destas notícias, entendemos que em Florianópolis, esta questão aparece permeada pelo nítido sentido de favorecer interesses privados das classes mais altas, em detrimento dos interesses públicos e coletivos da cidade, em relação ao seu espaço urbano, em especial, aos interesses da população pobre. Uma vez que agentes dominantes ocupam as áreas mais privilegiadas e têm maior facilidade em obter as licenças necessárias às intervenções urbanísticas, em seus empreendimentos, através de processos muitas vezes corrompidos e ilegais. Neste sentido, consolida-se no interior da cidade um jogo de interesses, de modo que, o grande capital imobiliário passa a interferir nas legislações urbanísticas, diante de um número expressivo de alterações do Plano Diretor registradas, ao longo dos últimos anos. Enquanto a população pobre se apóia na criação de mecanismos de pressão popular, que têm se mostrando, na prática, ineficientes e ineficazes.

### **3.5 ACESSO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NAS ÁREAS DE POBREZA CASOS DE ESTUDO**

Sabemos que no Brasil, a população pobre é a maior demandante dos serviços públicos e, por esta razão continua a ser mais vulnerável a retração estatal e a privatização das políticas sociais, que acabaram ao longo dos anos, moldando um serviço público sem recursos e deficitário. De uma forma geral, a prestação dos serviços públicos no país, apresenta o foco na existência do serviço e não em sua qualidade, apenas para criar a ilusão que os serviços estão socialmente presentes, visto que, mesmo quando a população pobre tem acesso a um serviço imediatamente necessário ao seu cotidiano, este normalmente é de baixa qualidade. A qualidade dos serviços consiste em um dos maiores desafios enfrentados pela população brasileira, seja pela falta de profissionais motivados e qualificados, ou, por estruturas de atendimento deficitárias, pelo tempo de espera até ser concretizado o atendimento e, ainda, pela distância geográfica existente entre os serviços públicos e seus principais usuários (YASBECK, 2001).

Ao analisarmos o acesso e a qualidade dos serviços públicos nas áreas de pobreza de Florianópolis, tomamos como ponto de partida o conceito de que um indivíduo, ou uma comunidade, pode ter sua condição de pobreza afetada pela deficiência dos serviços públicos prestados a ela. Neste sentido, para além das limitações econômicas atuais, a deterioração das condições de sobrevivência, em relação aos serviços públicos, aparece a curto e médio prazo, como empecilhos aos indivíduos, por exemplo, em melhorar as oportunidades econômicas, como obter um emprego mais produtivo e melhor remunerado, ter oportunidades de melhoria das condições de moradia e a uma boa alimentação. Compreendemos que os efeitos deste contexto deficiente, podem ser profundos e contínuos na vida da população pobre, reproduzindo-se nas novas gerações. Em outros exemplos, podemos citar que a falta de educação da mãe ajuda a tornar seu filho menos saudável, a falta de vagas em creches públicas impede a mãe de trabalhar, ou, ainda, a ausência de um medicamento na unidade de saúde obriga a família a consumir parte de seus recursos para adquiri-lo. Desta maneira, a pobreza

se mantém duradoura, como um ciclo vicioso, inalterado pela escassez de investimentos públicos eficazes ao seu combate. Por outro lado, tomamos como parâmetros ideais a universalidade dos direitos sociais, inerente ao acesso de toda e qualquer pessoa, a partir de uma perspectiva de interdependência dos direitos, considerando a existência de uma relação de reciprocidade ideal entre os serviços públicos.

Conforme ressaltamos, anteriormente, existe certa homogeneidade no acesso e na qualidade dos serviços públicos prestados a população pobre no Brasil e, essa condição se reflete, também, no espaço urbano de Florianópolis. Segundo Pimenta (2006:01 et.al.) na cidade de Florianópolis:

[...] os mapeamentos realizados permitem constatar que os serviços públicos, que deveriam atender prioritariamente as populações mais carentes, localizam-se nas áreas de maior renda e mais consolidadas, sem considerar as dificuldades advindas das condições sociais dos usuários, nem os obstáculos físicos à sua acessibilidade. Assim, as populações mais pobres - inclusive crianças e doentes - percorrem as maiores distâncias em áreas com grandes declividades, em deslocamentos supostamente freqüentes, o que pode desestimular o uso de serviços que poderiam desempenhar um importante papel no sentido da integração social das populações carentes [...]

A partir da elucidação deste contexto, procuramos analisar o acesso aos serviços públicos de *educação* e *creche, saúde, coleta de lixo, transporte coletivo* e *áreas de lazer*, ofertados a população das três comunidades caso de estudo, por meio da identificação da localização espacial destes serviços (Figuras 28, 31 e 33) considerando duas variáveis: distância e características do deslocamento viário. A distância aproximada entre o ponto de localização das comunidades e os serviços públicos identificados nas figuras foi obtida através do suporte das ferramentas dispo-

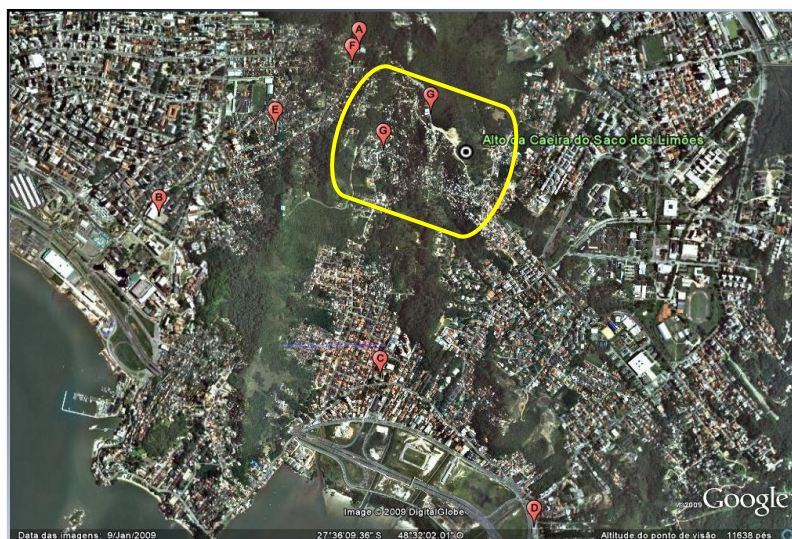
níveis no Google Earth. A qualidade de funcionamento dos serviços prestados aos moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões, da PC-3 e da Vila Arvoredo foi diagnosticada com base nas análises subjetivas das entrevistadas. Compreendemos que as percepções das lideranças comunitárias perpassam o ideário individual, do acesso e da qualidade dos serviços prestados as próprias entrevistadas e suas famílias, bem como, a percepção coletiva resultante das reivindicações apresentadas pelos moradores às entidades comunitárias, as quais, elas representam na forma de interlocutoras das demandas.

No caso do Alto da Caeira do Saco dos Limões (Figura 28) percebemos ser o transporte coletivo (G) o serviço mais próximo ao ponto de localização da comunidade, estando presente nas duas extremidades da comunidade, ou seja, no início da Servidão da Felicidade e na Rua Custódio Firmino Vieira. No entanto, inexistente uma linha de ônibus que percorra toda a extensão da área, visto a impossibilidade da malha viária disponível, por este motivo, os moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões utilizam as linhas: Monte Serrat (limite norte) e Caeira do Saco dos Limões (limite sul). O valor da tarifa no sistema de bilhetagem eletrônica custa R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) no cartão passe rápido e, pagamento em moeda R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos). Estes são os valores da tarifa social da cidade de Florianópolis, sendo que o preço da tarifa normal é de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) no cartão passe rápido e R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) no pagamento em moeda, apresentando uma diferença percentual de 28% tanto no sistema de bilhetagem eletrônica, como no pagamento em moeda.

A depender da localização do morador que necessita acessar o transporte coletivo, a distância média entre sua residência e a parada de ônibus pode chegar a 1.000 m. A distância geográfica é acentuada pela topografia acidentada das vias e servidões e, também pela falta de calçadas naquelas aonde existe tráfego de veículos automotores particulares. Esta condição é agravada pela incidência de chuvas e enxurradas que transformam as vias em verdadeiros lamaçais. Após o asfaltamento parcial da Servidão da Felicidade foi instalada a primeira parada do transporte coletivo na área do Alto da Caeira do Saco dos Li-

mões, à aproximadamente 400 m de distância da anteriormente utilizada, na comunidade do Monte Serrat. No depoimento da liderança entrevistada, a distância que necessita ser percorrida a pé pelos moradores usuários do serviço e, a superlotação dos veículos nos horários de pico (7h, 8h, 17h e 18h) foram apontados, como os principais dificultadores ao acesso e a qualidade do serviço de transporte coletivo no Alto da Caeira do Saco dos Limões.

**Figura 28** – Localização dos serviços públicos no Alto da Caeira do Saco dos Limões



Foto/Imagem. Fonte: Google Earth

#### Legenda

A	Escola Estadual Urbana Lucia do Livramento Mayvorne
B	Instituto Estadual de Educação
C	Escola Estadual Getúlio Vargas
D	Unidade de Saúde do Saco dos Limões
E	Unidade de Saúde do Monte Serrat
F	Creche do Monte Serrat
G	Transporte Coletivo Urbano

Em seguida, podemos observar dentre os serviços públicos identificados para esta análise, o serviço de atenção básica em saúde (E) como o que apresenta maior distância entre o pon-

to de localização da comunidade e a unidade de saúde, responsável pelo atendimento médico dos moradores. O Centro de Saúde II Saco dos Limões está localizado à aproximadamente 4.000 m da comunidade, na Rua Aldo Alves, 01 – bairro Saco dos Limões. Na unidade os moradores têm disponibilizados os serviços de clínica geral, odontologia, pediatria, ginecologia, básico de enfermagem, vacinação, teste do pezinho e exames preventivo do câncer. Nos últimos três anos, o Centro de Saúde do Monte Serrat, distante aproximadamente 1.300 m do ponto de localização do Alto da Caeira do Saco dos Limões, deixou de atender os moradores da comunidade, alegando número reduzido de profissionais e, deste modo, não consegue prestar atendimento as duas comunidades.

Neste sentido, é importante ressaltar, analisando a fala da entrevistada, que a maioria da população do Alto da Caeira do Saco dos Limões é obrigada a utilizar o transporte coletivo para chegar à unidade de saúde do bairro Saco dos Limões, tornando-se mais complicado o deslocamento de pessoas adoecidas e debilitadas. De uma forma geral, os serviços de saúde que atendem a região do Maciço do Morro da Cruz estão voltados para as bases dos morros, dificultando o acesso dos moradores das áreas mais altas, como é o caso do Alto da Caeira do Saco dos Limões. Compreendemos que a dificuldade em acessar este serviço pode agravar a saúde dos moradores das áreas de pobreza de Florianópolis, pois, em razão da falta de saneamento básico e outros serviços de infra-estrutura as comunidades são consideradas áreas de risco epidemiológico.

Em relação ao sistema público de educação, a entrevistada fez referência a articulação das escolas situadas no entorno, junto à comissão de educação do Fórum das Comunidades do Maciço do Morro da Cruz<sup>4</sup>, por meio de uma política de atendi-

---

<sup>4</sup> Em 2000, foi criado o Fórum do Maciço do Morro da Cruz que, sob a coordenação do padre Vilson Groh, iniciou um processo de mobilização das comunidades em busca de um resgate da cidadania. Desde então, os integrantes do Fórum desenvolveram projetos e propostas de investimento e melhorias na área. Atualmente integram o Fórum 17 comunidades do Maciço do Morro da Cruz. O Fórum do Maciço é dividido em comissões de trabalho e uma delas é a comissão de educação.



mento e inclusão das crianças e adolescentes das comunidades do Maciço. As escolas que fazem parte desta comissão são: Escola de Educação Básica Prof<sup>a</sup>. Antonieta de Barros, Escola de Educação Básica Celso Ramos, Escola de Educação Básica Prof. Henrique Stodiek, Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira, Escola de Educação Básica Jurema Cavallazzi, Escola de Educação Básica Lauro Muller, Escola de Educação Básica Padre Anchieta, Escola de Ensino Fundamental Silveira de Souza, Escola de Educação Básica Simão José Hess e, Educação Básica Lúcia do Livramento, sendo que atendem juntas perto de 10 mil crianças e adolescentes residentes no Maciço do Morro da Cruz. A liderança comunitária considera que essa articulação tem trazido resultados satisfatórios às crianças e adolescentes do Alto da Caeira do Saco dos Limões. A maioria das crianças em idade escolar, ensino básico, frequenta a Escola de Educação Básica Lúcia do Livramento Mayvorne (A), localizada no Monte Serrat e distante aproximadamente 500 m do ponto de localização da comunidade. Para ter acesso ao ensino médio, os adolescentes são obrigados a deslocar-se por aproximadamente 2.000 m, seja em direção ao Instituto Estadual de Educação (B), ou a Escola de Educação Básica Getúlio Vargas (C).

Em relação à educação infantil, compreendida entre 0 e 6 anos, existe uma grande lacuna de vagas em Florianópolis. Dados do Censo Educacional de 2004, publicados em matéria jornalística, indicam que até 2006 o município oferecia 4.295 vagas em creches ou Núcleos de Educação Infantil. E, no mesmo ano, havia em lista de espera 2.332 crianças registradas, sem considerar o número de famílias que buscaram o serviço e cuja demanda não foi registrada. Ou ainda, outras situações, em que os irmãos mais velhos cuidam dos mais novos ou algum parente ou ainda vizinhos, também não são computadas (ANCAPITAL:2006). Segundo a entrevistada esse índice reflete, também, a realidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões. A liderança aponta que a ausência de vagas e, mesmo a falta de uma creche pública para atender os moradores na localidade interfere diretamente no cotidiano dos pais trabalhadores, que muitas vezes necessitam percorrer, todos os dias, longas distâncias junto com seus filhos para chegar à vaga obtida, através de muito empenho, visto que o Centro de Educação Nossa Senhora do Monte

Serrat (F), distante aproximadamente 600m da comunidade, não comporta a demanda reprimida do Alto da Caeira do Saco dos Limões. As alternativas mais procuradas são a creche do Serviço Social do Comércio (SESC), na área central e a Creche Santa Terezinha do Menino Jesus, no bairro Prainha. Identificamos a existência de uma única creche no Alto da Caeira do Saco dos Limões, que atende diariamente 60 crianças mediante o pagamento de mensalidade. Ainda, segundo a liderança comunitária entrevistada a implantação de uma creche pública é uma das bandeiras de luta da Associação de Moradores.

No momento em que foi questionada a respeito da existência de áreas de lazer para uso coletivo dos moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões, a entrevistada demonstrou, mais uma vez, descontentamento. Segundo seu depoimento a única área destinada ao lazer dos moradores, mesmo sem a infraestrutura adequada, sempre foi um campinho de areia, localizado no limite com a comunidade Serrinha, principalmente, utilizado pelas crianças e adolescentes da comunidade. No entanto, no momento da realização da entrevista, parte da área estava sendo usada como uma espécie de depósito dos materiais de construção das obras do PAC. A liderança comunitária demonstrou bastante preocupação com esta questão, em especial pelo fato de as crianças e adolescentes não encontrarem espaços adequados para suas atividades de lazer no interior da comunidade, estando expostas e vulneráveis a situações de violência e tráfico de drogas. Por outro lado, a entrevistada relata que através dos esforços da comunidade, em parceria com o Instituto Marista e o Projeto Travessia, desde a inauguração da unidade no Alto da Caeira do Saco dos Limões (Figura 29), tem sido possível desenvolver atividades educacionais e de lazer com os jovens inscritos.



**Figura 29** – Instituto Marista - Fonte Unidade Alto da Caeira do Saco dos Limões.: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

Abordaremos, por fim, o acesso e a qualidade do serviço público de coleta de lixo ofertado à comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões. No decorrer da entrevista, a liderança fez inúmeras referências à questão, principalmente, relatando o acúmulo de lixo nas vias e servidões da comunidade, relacionado o fato como um problema de saúde pública.

[...] depois da água começamos com a questão do lixo, era muito lixo, a maior sujeira aqui na comunidade, muita coisa extraviada pelas ruas, fizemos o mutirão por causa da saúde das pessoas, tinha muita gente ficando doente, principalmente as crianças, então começamos a caminhar pelo Morro e ver a sujeira que estava, muita sujeira mesmo. Daí o Padre Vilson conversou com a gente e disse, vamos fazer um mutirão do lixo, para juntar um pouco, daí com a história do lixo foi vindo outras coisas [...]

Durante seu depoimento foi possível perceber que esta situação vem melhorando paulatinamente na comunidade, em virtude da colaboração dos moradores, resultando na diminuição

do acúmulo de lixo nas vias e, pela implantação da coleta de lixo municipal. A coleta de lixo é realizada três vezes na semana em lixeira comunitária (Figura 30), o problema é que os moradores necessitam transportar os resíduos até a lixeira, que está localizada no início da Servidão da Felicidade.

**Figura 30** – Lixeira comunitária no Alto da Caeira do Saco dos Limões. Localizada na Servidão da Felicidade. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).



Ao analisarmos os serviços públicos ofertados a comunidade da PC-3 (Figura 31) consideramos, em conjunto com o depoimento da entrevistada, ser o serviço de saúde o que apresenta a maior problemática aos moradores. Esta afirmativa é derivada da inexistência de estrutura própria para o Centro de Saúde Jardim Atlântico (E), responsável pelo atendimento da comunidade e, da falta de profissionais especializados, tornado o serviço precário e deficiente. Os serviços oferecidos são: clínica geral, básico de enfermagem, odontologia, programa capital criança, enfermeiro e teste do pezinho. Atualmente, estes serviços ocupam parte do espaço físico da Associação de Moradores do Jardim Atlântico, localizada na Rua Manoel Pizzolati, 273 – bairro Jardim Atlântico, e distante aproximadamente 500 m da PC-3, colocando-se como empecilho para o melhor aproveitamento da sede pelos moradores. “Temos a idéia de realizar cursos de computação para os jovens, em parceria com a Associação de Moradores do Jardim Atlântico, mas enquanto o posto não for construído, não teremos espaço”. Neste caso, podemos concluir que além de não ofertar o serviço com qualidade, o poder público municipal aparece como dificultador indireto de iniciativas comunitárias.

Os serviços relativos à educação (A e B), creche (D e E), transporte coletivo (F) e a coleta de lixo são considerados pela liderança entrevistada como satisfatórios às necessidades atuais dos moradores. “As escolas nos atendem bem, existe apenas o problema da distância” visto que, o Colégio Estadual Irineu Bornhausen fica a uma distância de aproximadamente 1.500 m e a Escola Estadual Urbana Aderbal Ramos da Silva aproximadamente 2.000 m. Em relação ao serviço de creche a entrevista relatou que a Creche Celso Pamplona passou por duas reformas nos últimos anos e o atendimento aos moradores tem melhorado, em sua opinião. “Além disso, podemos contar com vagas na creche do Conselho Comunitário da Coloninha”. Outro fator que exerce influência direta neste mote, é o reduzido número de crianças em idade entre 0 e 6 anos na PC-3.

Em virtude de sua localização geográfica, a comunidade da PC-3 é privilegiada pelo atendimento de quadro linhas do transporte coletivo, Jardim Atlântico, Bairro de Fátima, Aracy Vascalados e o Circular Continente. A parada de ônibus está localizada a pouco mais de 100 m da comunidade. preço da tarifa é de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) no cartão passe rápido e R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) no pagamento em moeda, desta maneira, os moradores da PC-3 não são atendidos pela tarifa social do transporte coletivo. Este ponto foi ressaltado pela liderança comunitária, pois, considera o preço da tarifa muito alto em relação à pequena distância percorrida até o centro de Florianópolis, cerca de oito quilômetros. Atualmente o serviço de coleta de lixo é realizado três vezes na semana, em lixeira comunitária localizada na porção frontal da área da PC-3.

**Figura 31** – Localização dos serviços públicos na PC-3



Foto/Imagem. Fonte: Google Earth

Legenda

A	Colégio Estadual Irineu Bornhausen
B	Escola Estadual Urbana Aderbal Ramos da Silva
C	Unidade de Saúde Jardim Atlântico
D	Conselho Comunitário da Colônia
E	Creche Celso Pamplona
F	Transporte Coletivo Urbano

Por outro lado, quando questionada a respeito de áreas de lazer para uso coletivo dos moradores da PC-3, a liderança comunitária mostrou-se revoltada com o fato de estar localizado a menos de 100 m da comunidade o Terminal de Integração do Jardim Atlântico, desativado há pelo menos 5 anos. Enquanto os moradores não possuem uma área específica destinada ao lazer. “Tanto dinheiro gasto em uma obra que hoje não serve para nada”. Para a entrevistada o espaço deveria ser transformado em uma grande área de lazer e doado à comunidade do Continente.



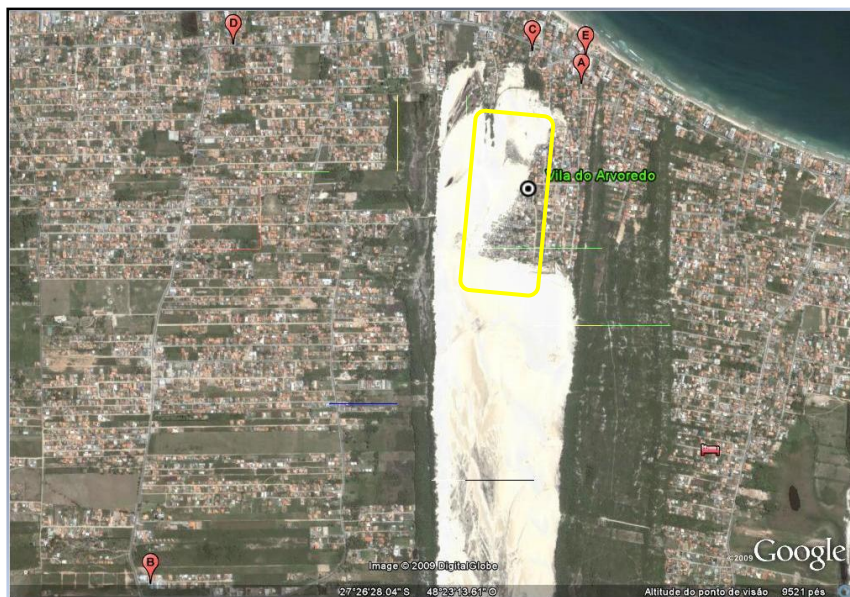
**Figura 32** – Terminal de Integração do Jardim Atlântico, desativado há cinco anos. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

Conforme podemos perceber até o presente momento de nossa análise, tanto na comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões como na PC-3, excetuando os serviços de transporte coletivo e coleta de lixo, que são oferecidos, mesmo parcialmente, no interior das comunidades, os demais serviços públicos analisados (educação, creche e áreas de lazer) inexistem, obrigando os moradores a deslocarem-se em direção a outros bairros para ter acesso. E, no caso da Vila Arvoredo (Figura 33) constamos uma situação similar.

No relato da entrevistada, dois dos serviços avaliados apareceram, historicamente, como os mais deficitários. O primeiro deles é o atendimento de atenção básica em saúde (D), visto que, até o ano de 2005, os moradores apresentavam dificuldades em acessar os serviços do Centro de Saúde dos Ingleses, pelo fato de não possuírem comprovante de residência do local, os profissionais da unidade não aceitavam realizar o atendimento. E essa é uma questão relevante se levarmos em consideração a topografia da área da Vila Arvoredo, pois os problemas de saúde mais comum entre os moradores são as doenças respiratórias em razão da alta concentração de partículas em suspensão na atmosfera ocasionada pela ação de ventos fortes sob a areia das dunas.



**Figura 33** – Localização dos serviços públicos na Vila do Arvoredo



Foto/Imagem. Fonte: Google Earth

#### Legenda

- |   |  |
|---|--|
| A | Escola Básica Municipal Gentil Mathias           |
| B | Escola Estadual Urbana Intendente José Fernandes |
| C | Núcleo Educação Infantil Ingleses                |
| D | Unidade de Saúde Ingleses                        |
| E | Transporte Coletivo Urbano                       |

Apenas a partir do ano de 2005 os moradores da Vila Arvoredo passaram a receber atendimento médico regular no Centro de Saúde dos Ingleses, e segundo o depoimento da entrevistada, atualmente, a unidade passou a priorizá-los. O principal desafio dos moradores é à distância de aproximadamente 2.000 m entre a Vila Arvoredo e o Centro de Saúde, que está localizado na Travessa dos Imigrantes, 135 – bairro Ingleses. Os serviços prestados são: medicina de família, pediatria, ginecologia, enfermagem, odontologia, programa capital criança, vacinação, teste do pezinho, preventivo do câncer e o Programa Docente Assistencial (através de convenio com a Universidade Federal de San-



ta Catarina). Para resolver o problema da falta de comprovantes de residência, a diretoria da Associação de Moradores da Vila Arvoredo tem emitido uma declaração certificando o endereço, ao morador que requisitar, não apenas para uso do Centro de Saúde, como para fins de trabalho e outros interesses.

O segundo dos serviços públicos que se apresentou como um dos mais deficitários, de acordo com a história de formação e consolidação da Vila Arvoredo, percebido no decorrer do depoimento da entrevistada, foi a reduzida disponibilidade de vagas em creches municipais. Segundo a liderança com a implantação do Núcleo de Educação Infantil Ingleses (D) a problemática começou a ser resolvida, atualmente, a comunidade conta, ainda, com vagas para as crianças de 0 a 6 anos no Centro Madre Tereza de Calcutá, entidade filantrópica localizada no início da Rua do Siri, entretanto, segundo dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF, 2005) a Vila do Arvoredo está com o déficit muito acima da média municipal que é de quase 30%. O Centro Madre Tereza de Calcutá atende, também, crianças e adolescentes da Vila Arvoredo, de idade entre 7 e 16 anos, em horário extra-escolar, através da realização de atividades de reforço escolar, apoio pedagógico e oficinas culturais. O espaço da quadra esportiva do Centro Madre Tereza de Calcutá é, ainda, utilizado como a única área de lazer disponível para o uso coletivo dos moradores da comunidade.

Em relação ao sistema público de educação e ao atendimento referente ao transporte coletivo a entrevistada considera os serviços satisfatórios à comunidade. Para frequentar o ensino fundamental os adolescentes utilizam a Escola Básica Municipal Gentio Mathias (A) distante aproximadamente 600 m do ponto de localização da Vila Arvoredo. Já para cursar o ensino médio os moradores utilizam a Escola Estadual Urbana Intendente José Fernandes (B) distante aproximadamente 4.000 m da comunidade, quando o deslocamento é realizado pelo sistema viário normal, porém, a maioria dos estudantes acessa um caminho alternativo, atravessando as dunas e, assim, reduzindo a distância ao meio. Para a entrevistada o atendimento prestado à comunidade por ambas as escolas é regular. Ao tratarmos sobre o serviço de transporte coletivo, a liderança comunitária considerou que a

disponibilidade de horários atende as necessidades dos moradores, contudo, o preço cobrado pela tarifa de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) no cartão passe rápido e R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos) no pagamento em moeda, foi avaliado pela entrevistada como um custo muito alto se comparado com a renda média dos moradores da Vila Arvoredo. Desta forma, compreendemos que sob o ponto de vista econômico, a mobilidade pode ser percebida em termos de modo de vida, como um elemento de divisão social do espaço urbano na cidade de Florianópolis, com prejuízo para a população pobre. Por fim, a entrevistada nos relatou que a coleta de lixo na Vila Arvoredo é realizada três vezes na semana em lixeira comunitária.



**Figura 34** – Lixeira comunitária na Vila Arvoredo, localizada no início da Rua do Siri. Fonte: Paulo Roberto Witoslawski (2009).

No relato das três lideranças entrevistadas a mobilização comunitária apareceu como ponto comum, no quadro de enfrentamentos das questões relativas à problemática dos serviços públicos. E como forma de assegurar o direito de acesso a estes, foi possível observar que as três comunidades casos de estudo já organizaram manifestações públicas em torno das diferentes temáticas descritas nesta seção e consideram essa opção como uma das únicas formas possíveis de enfrentamento com o poder público municipal. Neste sentido, o autor Milton Santos (1979) nos chama a atenção, para a parcela pobre da população que habita as cidades e é muitas vezes vista como responsável pela desordem pela criminalidade, pela entropia do espaço urbano quando na verdade é a parcela que mais sofre neste processo.

Compreendemos que o acesso aos serviços públicos é de extrema relevância à população pobre, principalmente, quando destacamos as condições em que vivem as famílias no interior das áreas de pobreza de Florianópolis. A face cruel do serviço público no Brasil, de uma forma geral, pouco efetivo, burocrático e de difícil acesso fere diretamente a perspectiva do direito e pode ser compreendido como um dos elementos dificultadores para a superação da pobreza.

### **3.6 O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DOS MORADORES DAS ÁREAS DE POBREZA CASOS DE ESTUDO**

Procuramos evidenciar no decorrer de nosso trabalho, que a insuficiência de renda monetária vista de maneira isolada, não nos permite chegar ao centro da problemática referente à pobreza em Florianópolis. A partir desta perspectiva, trouxemos à tona nas seções anteriores, elementos que julgamos particulares no interior deste debate e, foi possível verificar a interferência destes na condição de pobreza dos moradores das comunidades casos de estudo. Compreendemos que estas questões aparecem refletidas nas áreas de pobreza da cidade de uma forma geral, em maior ou menor medida, a depender do assunto estudado. Ao mesmo tempo, à luz das reflexões sobre o conceito de espaço, partindo do pressuposto de que o espaço é o lugar da materialização das relações sociais e de produção e, por este motivo, incorpora as variáveis que compõem a pobreza, buscamos eleger o espaço para parâmetro de nossas análises. Entretanto, a questão da insuficiência de renda não pode ser renunciada, pois, aparece como fator historicamente determinante, no que diz respeito à localização espacial da população pobre na cidade. Neste sentido, dedicamos esta seção ao diagnóstico do perfil sócio-econômico dos moradores das áreas de pobreza caso de estudo, enquanto mais um subsídio analítico ao desvelamento da questão de pesquisa.

A partir da análise dos dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF, 2005), podemos afirmar que o perfil médio do morador das áreas de pobreza da cidade é o de um adulto jovem, vindo do interior de Santa Catarina, com pouco ou nenhuma escolaridade, geralmente reside com uma companheira e um ou dois filhos, além disso, trabalha como autônomo e recebe de um a dois salários por mês, sendo que 51% dos moradores de áreas de pobreza da cidade possuem uma renda bruta inferior a dois salários mínimos (PMF, 2005). Na mesma pesquisa, os dados apontaram para um índice de 48% dos trabalhadores pobres que não estão inseridos nos meios formais de trabalho na cidade de Florianópolis, somados os números de desempregados e de profissionais autônomos. E, esta é uma problemática importante a ser ressaltada, pois, além dos ganhos informais apresentarem valores inferiores aos formais, a desproteção previdenciária, a que estão expostos, influencia na piora das condições de vida do trabalhador informal. Como por exemplo, em caso de doença ou acidente de trabalho, não podem parar, sob pena de perder o rendimento. Além disso, por não ter férias regulares, têm dificuldades de programar atividades de lazer.

Por outro lado, é importante observar que mesmo quando o trabalhador possui um contrato com carteira assinada, a falta de estabilidade empregatícia e os contratos temporários exercem influência direta no rebaixamento dos salários pagos, tornando-os insuficientes para que os trabalhadores e suas famílias possam ter acesso à moradia digna em áreas urbanizadas e com infra-estrutura de serviços públicos. Segundo enfatizam os autores Machado e Ribas (2008:10) a duração da situação de pobreza indica que a probabilidade de saída desta condição é decrescente ao longo do tempo e, desta maneira, o problema sempre acaba retornando ao indivíduo, já que é dele a responsabilidade de encontrar no mercado, quem possa comprar sua força de trabalho. No diagnóstico realizado pela PMF (2005) constatou-se que a construção civil, o comércio e os serviços domésticos são os principais empregadores da população pobre em Florianópolis.

No Alto da Caeira do Saco dos Limões o perfil médio do morador e também, o de um adulto jovem, visto que 52% dos moradores apresentam idade entre 27 e 40 anos. Outro dado relevante é que 14% dos moradores são crianças com idade entre 0 e 12 anos. A maior parte é procedente de áreas rurais do interior do estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e reside a mais de 5 anos na comunidade. Na maioria das vezes, a família é composta de 4 a 6 membros, sendo que em 69% dos casos homens e mulheres dividem a responsabilidade pelo sustento da casa (AMAC, 2003). A renda familiar varia de um a dois salários mínimos e a renda *per capita* aproximada de 50% das famílias é de R\$ 100,00 mensais (PIMENTA, 2005). A baixa escolaridade é característica em meio aos adultos do Alto da Caeira do Saco dos Limões, sendo que 49% possuem apenas o ensino fundamental. A ocupação que apareceu com maior incidência entre os homens é o trabalho na construção civil e em empresas de serviços terceirizados, principalmente de limpeza e conservação e, entre as mulheres, os serviços domésticos e terceirizados (AMAC, 2003).

No caso da PC-3 a faixa etária de maior incidência entre os adultos trabalhadores é a de 36 a 50 anos, alcançando o índice de 17%, seguido dos indicadores de 13% de idade entre 26 a 35 anos e 11% de 19 a 25 anos. A maioria é natural do interior de Santa Catarina, no entanto, já residia em Florianópolis pelo menos há oito anos antes da PC-3. A maior parte destes moradores cursou somente da 1ª a 4ª séries, não chegando a completar o ensino fundamental, outro dado relevante em relação à educação é que 6% do total dos adultos trabalhadores são analfabetos e, em razão desta pouca qualificação, os serviços predominantes encontrados são os domésticos, terceirizados, de construção civil e comércio. A renda bruta mensal de 81% das famílias varia entre um e três salários mínimos, sendo que a renda *per capita* é de R\$ 100,00 a R\$150,00 em 61% dos casos. Além disso, 53% dos trabalhadores não possuem carteira assinada. A maioria das famílias é sustentada apenas pelo homem, no entanto, em 24% das famílias a mulher é a única responsável pela renda familiar mensal (NESSOP, 2004).

Na Vila Arvoredo, a estrutura etária da população predominante é de pessoas com idade entre 25 e 59 anos, somando 33% do total. No entanto, a população pesquisada caracteriza-se pela expressiva presença de habitantes jovens. O percentual de moradores com até 24 anos de idade é de 53% e o número de crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos é significativo, somando 17% do total de habitantes da área. Em relação à procedência, mais de 1/3 dos responsáveis pela família já residiam em cidades de Santa Catarina. Em seguida as cidades do Estado do Paraná com 25% da procedência e após Rio Grande do Sul com 20%. A maioria das famílias é composta de 3 a 5 membros, sendo que 57% estão sob essa faixa de composição. Analisando a renda familiar, observa-se que 82% das famílias estão em um patamar de renda mensal de zero a 3 salários mínimos. Quase a metade das famílias tem somente o homem como provedor. Um pouco menos de um quarto delas tem a mulher como a única responsável pelo sustento e, em 33% dos núcleos, o casal divide esta responsabilidade.

O nível de escolaridade dos moradores da Vila Arvoredo é baixo 4% dos habitantes, com 15 anos ou mais, não frequentaram a escola e não são alfabetizados, 77% cursaram apenas o ensino fundamental e apenas 13% concluíram o ensino médio. O baixo nível de escolaridade da população tem rebatimento direto sobre o quadro profissional, sendo o desemprego a dificuldade familiar citada mais vezes pelos entrevistados, que na maioria dos casos não tem qualificação tendo prejudicada a sua inserção no mercado de trabalho (PMF, 2005). Em sua declaração, a liderança entrevistada estimou que 30% dos moradores da Vila Arvoredo sobrevivem da reciclagem de materiais e de outros biscoites, como faxinas, pinturas de casas e jardinagem. Os outros ofícios apontados com maior incidência foram a construção civil e os serviços terceirizados de limpeza e conservação.

Ao final, consideramos importante salientar que na fala das três entrevistadas percebemos a preocupação com a falta de oportunidades de trabalho para os moradores mais jovens das comunidades casos de estudo. Compreendemos que este fato aparece relacionado com a situação do tráfico de drogas, que na maioria das vezes é o único caminho apresentado socialmente

aos jovens e, o mais imediato e sedutor do ponto de vista do ‘poder’ que esses jovens passam a assumir nas comunidades onde vivem, pois, sabemos que o tráfico entre parte dos membros da população pobre no Brasil, de uma forma geral, é o espelho das formas de pobreza que se reproduzem, principalmente, na falta de trabalho. Destarte, entendemos que a manifestação das expressões mais perversas em relação ao tráfico de drogas, aparece entre os mais pobres, enquanto que para as classes abastadas essa situação é velada no consumo, no financiamento e nos dividendos econômicos gerados (MARTINS, 2008).

### 3.7 OS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI E ÁREAS DE POBREZA CASOS DE ESTUDO: SÍNTESE DOS DADOS PESQUISADOS

Conforme já abordamos em outras oportunidades, o desafio que nos colocamos logo no início de nosso trabalho foi o de encontrar elementos relativos à situação das áreas de pobreza de Florianópolis, a depender de sua localização espacial, nos primeiros anos do século XXI. A idéia principal é de que embasados em análises históricas de formação e consolidação das áreas casos de estudo, mas, principalmente, através das entrevistas com as lideranças comunitárias identificadas e, das visitas realizadas *in loco* nas comunidades, obteríamos o quadro analítico almejado no desenvolvimento das atividades de pesquisa, próximo da realidade cotidiana vivenciada pela população pobre no espaço urbano da cidade, neste início do século XXI. Compreendemos que foi possível no decorrer do trabalho levantar alguns dos pontos principais relacionados às temáticas que julgamos mais importantes no desvelar deste processo, especialmente, no presente capítulo. Neste sentido, buscamos apresentar, agora, a síntese dos dados coletados, sendo que o objetivo da elaboração do **Quadro 2** é o de compararmos de forma resumida as análises descritivas, sob às quais nos dedicamos no transcorrer do trabalho, bem como, proporcionarmos uma leitura rápida e sintética das informações agrupadas, enquanto produto direto de nossa pesquisa.

**Quadro 2** – Síntese dos indicadores sócio-econômicos e espaciais pesquisados

<b>INDICADORES</b>	Alto da Caeira do Saco dos Limões	PC-3	Vila do Arvoredo
<b>Localização Geográfica</b>	Área Central (Distrito Sede)	Área Continental (Distrito Sede)	Área Norte (Distrito do Rio Vermelho)
<b>Distância do centro (Km)</b>	03 km	08 km	40 km
<b>Tempo deslocamento centro</b>	Média 10 mim	Média 20 mim	Média 40 mim
<b>Área (M²)</b>	70.000 m² 7 hectares	3.900 m² 0,39 hectares	45.000 m² ou 4.5 hectares
<b>Topografia da área</b>	Relevo acidentado	Plana	Dunas móveis
<b>Início da ocupação</b>	Aproximadamente 22 anos	Aproximadamente 16 anos	Aproximadamente 22 anos
<b>Número de famílias</b>	822	33	225
<b>Número de pessoas</b>	Aproximadamente 2.000	125	779
<b>Renda Familiar Média (R\$)</b>	1 a 2 salários	1 a 3 salários	1 a 2 salários
<b>Situação no Plano Diretor</b>	Zona de Interesse Social	Domínio de Via Pública	Zona de Interesse Social
<b>Acesso a água</b>	CASAN rede incompleta	CASAN rede incompleta	CASAN rede incompleta
<b>Acesso a esgoto</b>	Fossa Negra ou Fossa séptica com rede incompleta	Fossa séptica rede incompleta	Fossa séptica rede incompleta
<b>Acesso a coleta de lixo</b>	Em lixeira comunitária	Em lixeira comunitária	Em lixeira comunitária



	todos os dias da semana	03 x na se- mana	03 x na se- mana
<b>Precariedade Do- miciliar</b>	Aproximada- mente 70%	Aproximada- mente 90%	Aproximada- mente 90%
<b>Densidade Habita- cional</b>	285 hab./hectare	32 hab./hectare	173 háb./hectare
<b>Acesso a Educa- ção pública</b>	Satisfatório	Razoável	Razoável
<b>Acesso a creche pública</b>	Insatisfatório	Razoável	Razoável
<b>Acesso a saúde pública</b>	Insatisfatório	Razoável	Satisfatório
<b>Acesso transporte coletivo</b>	Insatisfatório	Razoável	Razoável
<b>Acesso áreas de lazer</b>	Insatisfatório	Insatisfatório	Razoável
<b>Nível de satisfação da relação com o Poder Público</b>	Insatisfatório	Insatisfatório	Razoável
<b>Nível de satisfação da relação com o entorno</b>	Satisfatório	Razoável	Satisfatório
<b>Nível de satisfação da relação interna dos moradores</b>	Razoável	Insatisfatório	Razoável
<b>Principal desafio cotidiano dos mo- radores</b>	Serviços Públicos de Saúde	Precariedade Habitacional	Tipologia da área ocupada

Faz-se necessário destacar que tanto os níveis de satisfação, como as avaliações referentes ao acesso dos moradores das comunidades Alto da Caeira do Saco dos Limões, PC-3 e Vila Arvoredo em relação à infra-estrutura e aos serviços públicos e demais indicadores, que aparecem no **Quadro 2**, foram extraídas dos depoimentos das lideranças comunitárias entrevistas e sistematizados a partir de uma linha qualitativa crescente, variável quanto à satisfação e a insatisfação, sendo ainda, subdivididos em itens específicos e intermediários. Aceitando-se 'satisfação' como característica de avaliação positiva e 'insatisfação'

enquanto característica de avaliação negativa e, o termo 'razoável' como o elemento intermediário.

Podemos observar que a topografia das áreas, surge inicialmente, como tema relevante no processo de análise comparativa entre as comunidades Alto da Caeira do Saco dos Limões, PC-3 e Vila Arvoredo, pois, conforme observamos anteriormente, a topografia exerce influência direta na tipologia habitacional encontradas, principalmente nas comunidades do Alto da Caeira do Saco dos Limões por estar localizada em uma das porções mais íngremes do Maciço do Morro da Cruz, e na Vila Arvoredo por se tratar de uma área de dunas móveis. A questão é, ainda, ampliada no que se refere à extensão das áreas, número de famílias e pessoas residentes, sendo possível identificar o Alto da Caeira do Saco dos Limões como a comunidade que apresenta maior extensão, número de famílias e pessoas, apresentando, também, a maior densidade habitacional, de aproximadamente 285 hab/hectare (2000 habitantes: 7 hectares) e, esta é uma questão significativa, quando comparamos aos índices de densidade habitacional da cidade de Florianópolis, que alcança o patamar de 78,4 hab/hectare e do Distrito Sede 85 hab/hectare (PMF, 2008). Neste sentido, é interessante ressaltar o caso da Vila Arvoredo que demonstra o índice de 173 hab/hectare, visto que, a densidade habitacional do bairro Ingleses é de 48,81 hab/hectare (PMF, 2008).

Em relação ao perfil sócio-econômico dos moradores das comunidades casos de estudo, podemos observar uma pequena variação em relação à renda familiar bruta e a renda *per capita*, com destaque para a PC-3 que apresenta os índices mais elevados. No entanto, de maneira geral, o perfil dos moradores do Alto da Caeira do Saco dos Limões, da PC-3 e da Vila Arvoredo é similar ao perfil médio do morador das áreas de pobreza da cidade, divulgado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis no ano de 2005 e, exposto na seção anterior.

No caso dos serviços públicos, referências analíticas de nosso trabalho, ou seja, os serviços de educação e creche, saúde, coleta de lixo, transporte coletivo e áreas de lazer, podemos perceber que o acesso e a qualidade de grande parte deles foi avaliado pelas lideranças comunitárias entrevistadas, enquanto

variantes classificatórias entre insatisfatório a razoável. Apenas o serviço de educação recebeu avaliação satisfatória pela entrevistada do Alto da Caeira do Saco dos Limões, contudo, consideramos que este fato estabelece maior relação com a articulação e a integração entre o Fórum do Maciço, através de sua Comissão de Educação, e as escolas do entorno do Maciço do Morro do Cruz, do que, propriamente com a qualidade dos serviços, ou a disponibilidade de vagas nestas escolas. E, o serviço público de saúde que recebeu avaliação satisfatória no depoimento da liderança comunitária da Vila Arvoredo. Em relação a este último, acreditamos que a avaliação seja derivada da impossibilidade histórica de os moradores da comunidade receber atendimento regular na unidade de saúde do bairro Ingleses, como já abordamos em outro momento deste capítulo. É importante ressaltar, que não pretendemos com este trabalho desqualificar deliberadamente os serviços públicos ofertados à população pobre em Florianópolis, no entanto, de uma forma geral, compreendemos que estes sejam de baixa qualidade e insuficientes para atender a demanda desta população. De forma muito semelhante foram, também, avaliados pelas lideranças comunitárias os serviços de infra-estrutura urbana, sendo que nem um deles recebeu avaliação satisfatória.

Ao tratarmos sobre o nível de satisfação dos moradores de nossos três casos de estudo, em relação ao entorno de suas comunidades, compreendemos que as avaliações realizadas pelas lideranças comunitárias entrevistadas estabelecem relação direta com a localização das comunidades no espaço urbano de Florianópolis, sendo que, apenas a entrevistada da PC-3 afirmou não estar satisfeita com o entorno da comunidade. Por outro lado, as lideranças do Alto da Caeira do Saco dos Limões e da Vila Arvoredo declararam em seus depoimentos estarem satisfeitas com seu entorno, favorecendo-se da dinâmica destes espaços, visto que, a área central e a região norte, especificamente o bairro Ingleses apresentam melhores condições de infra-estrutura urbana e comércio, por exemplo. Compreendemos, ainda, que esta questão raramente recebe o devido reconhecimento como elemento para análise da pobreza na cidade, enquanto resultado de múltiplas determinações, pois, o espaço atual, visto como materialização das relações sociais capitalistas históricas é agen-

te desigual de apropriação, com prejuízo a população pobre. Também são desiguais os investimentos em urbanização, equipamentos públicos e, o próprio emprego da ciência, conforme observamos anteriormente em outras seções. O espaço aparece deste modo, planejado e construído só para alguns, adquirindo caráter fragmentado, pois, não atende ao interesse de todos os indivíduos que o habitam, deste modo, a utilização de entorno adquire caráter importante na produção e reprodução da vida da população pobre na cidade.

Ao final das entrevistas, questionamos as lideranças comunitárias do Alto da Caeira do Saco dos Limões, da PC-3 e da Vila Arvoredo a respeito da percepção da relação existente entre a história de vida de cada uma delas, com a história de vida dos moradores das áreas de pobreza de Florianópolis, de forma geral e, ainda, a propósito dos desafios futuros de suas comunidades nos próximos anos do século XXI:

[...] aqui a gente conseguiu os terrenos mais baratos, quem vai comprar com o valor de outros locais da cidade é mais difícil, porque o pensamento do pessoal que vem de fora é: tomara que eu consiga morar no morro, hoje está bem mais difícil, proibiram de construir novas casas aqui, e a gente que é pobre está na mesma situação, precisamos nos ajudar para melhorar as coisas [...] Os principais desafios que eu acho para nós é a conclusão das obras do PAC, a regularização dos terrenos e não deixarmos morrer a idéia da construção da creche e do posto de saúde aqui na comunidade [...] **Alto da Caeira do Saco dos Limões**

[...] estamos na mesma situação, o poder público demora demais para resolver a nossa situação, uma lei para nós demora mais que para os ricos, se insistirmos em ficar aqui quanto tempo mais levarão para aprovar a lei e regularizar nossa posse, precisam dar mais atenção para os moradores, cesta básica

não resolve o problema das pessoas, porque se a pessoa tiver moradia digna, condições de trabalho a gente se vira. O Estatuto da Cidade diz que nós somos donos daqui, o usucapião é mais de cinco anos, estamos aqui há mais de 15 anos [...] o principal desafio deste início de século é conseguir a liberação para a construção de nossas casas e a regularização fundiária [...] **PC-3**

[...] identificamos pessoalmente várias histórias parecidas com a nossa, caminho de lutas, a vida não é fácil, todos viemos procurando trabalho, hoje quando ouço a história de um líder comunitário eu me vejo na história dele, um é espelho para os outros, uns tem situação mais fácil do que os outros, já têm os terrenos, já tem o projeto, outros não. Nem tudo precisa começar grande, pode-se indo com o tempo, trabalhando a gente pode melhorar [...] Penso que os principais desafios da nossa comunidade é manter os moradores unidos em torno da definição de um projeto habitacional para removermos todos das dunas [...] **Vila Arvoredo**

Podemos observar que as aplicações dos critérios próprios de avaliação, utilizados pelas lideranças entrevistadas, nos conduzem a um resultado comum entre os depoimentos, seja na relação com a percepção da história de vida da população pobre de Florianópolis, ou, aos desafios que se apresentam às comunidades nos próximos anos do século XXI. Remetendo, desta forma, a discussão a um nível objetivo da relação da pobreza com a insuficiência de mecanismos e legislações urbanísticas referentes ao espaço urbano da cidade. Observa-se também no depoimento a introdução de novas categorias como, por exemplo, ajuda e mesma situação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma sociedade que negligência seus membros, com certeza é uma sociedade doente e necessita com urgência revisar seus conceitos. A contemporaneidade nos mostra que o pensamento capitalista hegemônico central sobre os países periféricos tem trazido sérios problemas para estas populações. A eficiência a todo custo, a concentração da riqueza, o enfraquecimento das políticas públicas sociais têm contribuído para transformar o conceito de nação em um grande mercado global, no qual, as políticas e as ações são decididas pelos países centrais. O aumento no número de áreas de pobreza nas cidades, neste início de século XXI, em países como o Brasil, está diretamente ligado à falta de atenção à população mais pobre. Na seqüência, a dificuldade que essas pessoas acabam tendo ao acessar os serviços urbanos como saúde, segurança, educação e até ao emprego só contribuem para aprofundar os problemas da cidade, como é o caso, também, de Florianópolis. A ação dos administradores públicos tem agravado o problema. Atitudes como subjugar a migração e negar serviços urbanos aos mais pobres geram prejuízos sociais, financeiros e ambientais, fenômeno sentido principalmente nas cidades mais pobres.

O campo marxista encontra sua base explicativa, na direção de elementos que avaliam a pobreza, enquanto um fenômeno resultado direto do processo pelo qual acontece a acumulação de capital, através da exploração do trabalho excedente do trabalhador, da produção da mais-valia e, da manutenção de um exército de trabalhadores reserva. Neste sentido, a sociedade capitalista através da contradição entre produção social e apropriação privada dos produtos do trabalho, ou seja, do processo de exploração do capital sobre o trabalho, constitui as relações capitalistas, que além de provocar desigualdades, deixam à margem do processo produtivo uma parcela considerável da população, que é acionada ou não pelo capital, conforme suas demandas. Desta maneira, a produção e a contígua reprodução da vida de todo aquele indivíduo destituído dos meios pelos quais se realiza o trabalho encontrasse vinculada as determinações do capital. E, por este motivo, é que a pobreza e suas conseqüências têm sido as principais fontes de inspiração da luta histórica

dos trabalhadores por direitos sociais, que se façam necessários ao atendimento das necessidades sociais, pela ampliação da democracia e pela superação do próprio sistema capitalista. (SILVA, 2004)

Por outro lado, a vertente neoliberal vai estabelecer o dimensionamento diferenciado das causas da pobreza e argumentos contrários à intervenção estatal sob a temática. Esse posicionamento se reflete na justificativa de que a ação do Estado se faria contrária às liberdades individuais de cada pessoa suprir suas necessidades através do mercado, e que ela desestimularia o trabalho como forma de integração social. Existem correntes variadas e de posicionamento diferenciado dentro dessa corrente maior, variando desde a mais ortodoxa, que entende o pobre como um indivíduo que não tem condições de produzir, conforme as regras da economia de mercado. A abordagem menos radical aceita uma intervenção pontual do Estado, somente em dadas circunstâncias, de forma preventiva ou redistributiva para corrigir certos efeitos do mercado, admitindo a possibilidade de um contrato social e da necessidade de adotar políticas, embora como um mal necessário. (SALAMA, 1996).

Por meio da apreensão de autores como Milton Santos e Amartya Sen, para além dos conceitos e dos métodos de aferição da pobreza, nossa pesquisa foi direcionada à compreensão, de que, a manifestação das condições de pobreza se dá em lugares e tempos específicos, e com pessoas concretas. Interessou-nos perceber como ela se materializa na condição de vida das pessoas, vista de uma perspectiva a partir do espaço urbano, apontando para uma leitura diferenciada da realidade e da dinâmica e das condições de pobreza dos moradores das áreas casos de estudo em Florianópolis. Desta forma, trazendo à tona elementos relativos à apropriação do acesso a moradia, dos serviços de infra-estrutura urbana e, educação, saúde, transporte coletivo, creche e áreas de lazer, pois, entendemos que nenhuma política de assistência pode ser eficaz se não conjugadas todos estes critérios e, neste sentido, a eliminação da pobreza trás consigo a eliminação de outras mazelas sociais.

Através dos depoimentos das lideranças comunitárias entrevistadas foi possível elevar a compreensão em relação ao cotidiano dos moradores das áreas de pobreza caso de estudo. A pesquisa realizada no Alto da Caeira do Saco dos Limões, PC-3 e Vila Arvoredo confirmam as afirmações, de que, esse fenômeno ratifica o profundo agravamento das condições de acesso a moradia para a população pobre e desempenha papel na reprodução da pobreza e da informalidade na cidade de Florianópolis. As questões que suscitam dos depoimentos são decorrentes de fatores históricos da pobreza, em que a soma das várias evidências mostra os diversos desafios presente no cotidiano das famílias pobres em Florianópolis, a depender de sua localização espacial na cidade. Compreendemos que para a população pobre morar no Alto da Caeira do Saco dos Limões e na Vila Arvoredo aumenta a sua possibilidade de poder desfrutar de benefícios urbanos do entorno e, esta perspectiva atuou decisivamente na procura de moradia nestas áreas. Neste sentido, observamos que a falta de áreas acessíveis vem desempenhando no aumento e na densificação destas comunidades.

Compreendemos ainda, que os processos descritos sobre a formação e a consolidação das áreas de pobreza casos de estudo certamente refletem o que, de forma geral, se deu no conjunto das áreas de pobreza da cidade. Principalmente relacionados ao empobrecimento da população local e aos processos migratórios, decorrentes do aumento de investimentos no setor imobiliário, aquecendo o ramo da construção civil e de serviços, ampliando a demanda de mão de obra na cidade. Observamos no decorrer da pesquisa, que no século XX a expansão espacial da pobreza em Florianópolis se processou na direção centro continente e centro norte da ilha. Já neste início de século XXI consideramos que o norte da ilha aparece como a área de mais expansão da pobreza em Florianópolis e, acreditamos que esta tendência permanecerá por pelo menos mais uma década.

Desta forma, para reverter o quadro atual de pobreza da cidade visualizamos a necessidade, de que, sejam pensadas políticas públicas a partir do espaço, exigindo um exercício de revisita à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive nesse espaço, se o considerarmos para além do espaço



físico, isto é, como toda gama de relações estabelecidas entre seus moradores, que de fato o constroem e o reconstróem. Compreendemos que partir do local não significa uma negação das questões universais ou de uma perspectiva mais totalizante sobre a realidade. Esse voltar-se para a cultura local não significa a crença de que somente a solidariedade comunitária seria potencialmente capaz no enfrentamento das situações de pobreza vivenciadas pelos seus moradores, mas significa justamente o reconhecimento por parte do Estado das particularidades enraizadas na própria sociedade, que precisam ser consideradas neste processo (KOGA, 2003).

Neste universo de precariedade apresentado, o direito se transforma em mérito e exceção. Ainda hoje se observa este traço cultural no campo das próprias práticas de assistência social, sejam elas realizadas pelas instituições privadas ou governamentais, cujos serviços prestados aparentam justamente o favor e não o direito de que deles são usuários. E não somente no campo da assistência social, mas poderia se tomar como base diferentes serviços prestados nos campos de outras políticas sociais, como da saúde e da educação, ser atendido seja para uma vaga na escola ou em uma fila de pronto socorro passa a ser um privilégio em meio a tantos que não conseguem obter o atendimento (KOGA, 2003).

No entanto, a ruptura com o assistencialismo, não pode se dar pela via da negação da assistência social como direito cidadão, como se tem visto em muitos discursos. A assistência social como política pública não contributiva, direito universal, tal como está definida na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social, destinada às populações excluídas dos mais elementares direitos humanos, é política de combate à pobreza e à desigualdade social, porque transfere renda e serviços aos segmentos populacionais mais pobres e vulneráveis da população. Sempre que for praticada na perspectiva de direito de seguridade social, será constituinte da cidadania. Mas deixou de atingir algo tão importante quanto, que é a elevação da população pobre, faminta, excluída, à condição de sujeitos de seus próprios destinos, sujeitos de direitos, livres, politicamente capa-

zes e autônomos, numa palavra, à condição de cidadania (NUNES, 2004).

Diante disso, devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria inerte que seja trabalhado pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado. (Santos, 1982:27). E, não podemos deixar de considerar, sob pena de importante desvio substancial alteração das bases do modelo de desenvolvimento econômico e social, e do superlativo grau de nossa desigualdade de riqueza e renda. Sem o que não estaremos senão reproduzindo a mesma pobreza estrutural, inercial.

As dificuldades aqui levantadas não são exclusivas do município de Florianópolis, mas possivelmente identificadas também nos mais de cinco mil municípios brasileiros. Entretanto, a pesquisa nos permitiu identificar algumas particularidades em Florianópolis e no interior das três comunidades casos de estudo. Em Florianópolis acontece um fenômeno aproximado de uma idéia, de que, o poder público municipal permanecesse 'enxugando gelo', ou seja, orientado pela lógica neoliberal as ações desenvolvidas tem funcionado mais como mecanismos de controle social dos pobres e de manutenção da pobreza em determinado patamar, permitindo apenas a sobrevivência das famílias atendidas. No bojo deste contexto, compreendemos que a menos que as pessoas pobres possam influenciar ações políticas, tanto a nível local como nacional, é provável que não obtenham o acesso equitativo ao espaço urbano, ao emprego, infra-estrutura, escola, saúde e outros serviços básicos. Como questionamento final, deixamos à reflexão dos leitores: o indivíduo pobre do século XXI precisa estar alerta para o que?

# POBREZA URBANA EM FLORIANÓPOLIS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI:

reflexões a partir do estudo de três casos

Responsável Técnica:

Fabiani Witt - PPG-Geo / UFSC

## Roteiro de Entrevista 01 – *Lideranças Comunitárias*

Comunidade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

/ \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Tempo de residência em Florianópolis:  
residência na Comunidade:

Tempo de

- 1) Como se formou a comunidade: As primeiras casas, quem eram e de onde vieram os primeiros moradores:
- 2) Por que se formou nesse lugar (localização geográfica):
- 3) Há quanto tempo exerce o papel de líder comunitário, e qual a principal motivação inicial:
- 4) Como considera que deve ser o papel de um líder comunitário:

- 5) Quais as reivindicações dos moradores da Comunidade quando se tornou líder comunitário:
- 6) Como evolui a problemática: de que forma as reivindicações foram ampliadas: quais eram no decorrer:
- 7) Quais são as reivindicações atuais dos moradores da Comunidade:  
Continuam as mesmas:
- 8) Quais os principais avanços, em relação às reivindicações dos moradores, você consegue observar na Comunidade:
- 9) Quais os principais retrocessos, relação às reivindicações dos moradores, você consegue observar na Comunidade:
- 10) Quais as principais dificuldades cotidianas que os moradores enfrentam, dentro dos limites da Comunidade:
- 11) Quais as principais dificuldades que os moradores enfrentam por localizarem-se espacialmente neste ponto da Cidade, e em especial em relação à área central de Florianópolis:
- 12) Quais os principais benefícios que os moradores encontram por localizarem-se espacialmente neste ponto da Cidade:
- 13) Como você analisa a qualidade dos serviços públicos que estão à disposição da Comunidade (posto de saúde, escola, creche, transporte público, lazer, praças): PERGUNTAR UM A UM

- 14) Quais os programas ou projetos públicos que atendem os moradores da Comunidade:
- 15) Historicamente como se processa a relação da Comunidade com a Prefeitura de Florianópolis, e como tem se processado atualmente, e na participação do PDP:
- 16) De que forma analisa o mercado de trabalho em Florianópolis em relação às possibilidades empregatícias para os moradores da Comunidade:
- 17) Como se dá a integração entre os moradores da Comunidade:
- 18) Como você relaciona sua história de vida, com a história dos demais moradores da Comunidade, e de moradores de outros locais de concentração de pobreza em Florianópolis:
- 19) Em que você acha que os primeiros anos do século XXI modificaram a vida dos moradores da Comunidade (avanços, retrocessos, amenização de situações, complexidade de situações, novos conflitos, soluções, etc.):

## REFERÊNCIAS

- AUED, Idaeto M. Notas de Aula. Espaço e Transição do Capitalismo ao Socialismo no Século XX. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSC. 2008.1.
- \_\_\_\_\_. Notas de Aula. Economia Política. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSC. 2007.2.
- \_\_\_\_\_. Marxismo e Geografia. In: ALBA, R. S. et alii. O ensino da Geografia no novo milênio. Chapecó: Argos, 2002. pg. 13-58.
- ANCAPITAL. Caderno Especial Jornal Á Notícia. Impresso: 01 de junho de 2000.
- ANCAPITAL. Caderno Especial Jornal Á Notícia. Impresso: 19 de outubro de 2007.
- ANCAPITAL. Caderno Especial Jornal Á Notícia. Impresso: 06 de dezembro de 2006.
- ANCAPITAL. Caderno Especial Jornal Á Notícia. Impresso: 19 de janeiro de 2008.
- ANCAPITAL. Caderno Especial Jornal Á Notícia. Impresso: 07 de novembro de 2005.
- ALVES, Glória da Anunciação. Cidade, Cotidiano e TV. In: CARLOS, A. F.(org.) A geografia na sala de aula. In: DUARTE, M. de B. (et all) Reflexões sobre o espaço geográfico a partir da fenomenologia. Revista eletrônica: Caminhos de Geografia 17 (16) 190-196. UFU, 2005.
- ARAÚJO, Camilo Buss . Igreja Católica e movimentos sociais no Mont Serrat. In: O Maciço Central do Morro da Cruz e a UFSC, Florianópolis, 2002.
- ALVES, Andréa Moraes e BARROS, Myriam Moraes Lins. Quando o pobre é o outro. ARTIGO DECORRENTE DO RECEBIMENTO DO PRÊMIO ABA/FORD PROJETOS INOVADORES NO ENSINO DA ANTROPOLOGIA EDIÇÃO II 2007.
- BASTOS, J. M. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. In:LINS, H.; MESSIAS, J.; CHEREM, R.; SANTOS, M. (Orgs). Ensaio sobre a Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- BANCO MUNDIAL. O Estado em um mundo de transformação. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Washington, D. C.:

Banco Mundial, 1997. Disponível em: [www.bancomundial.org.br](http://www.bancomundial.org.br). Acessado em Agosto de 2008.

BARBOSA, Tereza Cristina Pereira. EcoLagoa: um breve documento sobre a ecologia da bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição. Florianópolis: Agnus, 2003.

BOPPRÉ, Afrânio Tadeu. Expansão Urbana em Florianópolis – conflito entre a cidade real e a cidade legal. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei Federal nº 10.257. Julho de 2001.

BRASIL. Lei complementar nº 207, Florianópolis, 2005.

BRASIL. Fundação IBGE Censo Demográfico de Santa Catarina, 1991. Anuário Estatístico de Santa Catarina, 1995. Fundação IBGE Censo Demográfico, 2000. Contagem da população IBGE, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. LOAS (1993). Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista – A degradação do trabalho no século XX - os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BUARQUE, Critovam. A segunda abolição: um manifesto proposta para a erradicação da pobreza no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CABRAL, O. R. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: UFSC, 1979.

CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CATARINA, Maria Aparecida Napoleão. Projeto Bom Abrigo – Morro do Mocotó. PMF, 2003.

- CASCAES, Franklin. O fantástico na Ilha de Santa Catarina. 1º Volume. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
- CASCAES, Franklin. O fantástico na Ilha de Santa Catarina. 2º Volume. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- CODES, Ana Luiza Machado. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. IPEA, 2008.
- DAMALDI, Rosana. Acesso à Moradia. In: Acesso à terra urbanizada – implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.
- ENGELS, Friedrich. A questão da Habitação. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. SILVA, Marcos Aurélio. Formação Sócio-Espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização. (Notas). Experimental, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 61-68, 1997.
- FERREIRA, Sérgio Luiz. Santo Antônio de Lisboa: 310 anos de história, sua gente, sua Igreja e sua Festa do Divino. Blumenau: Nova Letra, 2008.
- FÓRUM DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS. Relatório Final Seminários Regionais. NESSOP: 2002.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas da pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.
- GRADE, Marlene. Fórum do Maciço do Morro da Cruz e Agreco como espaço transitório: germinando a espacialização das relações solidárias em Santa Catarina. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.
- HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Edições Loyola, 2002.
- IAMAMOTO, Marilda. Vilella. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 4 ed., 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 8 de abril de 2008.
- KOGA, Dirce. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.



- LAGO, Mara Coelho de Souza. Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.
- LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henry. A Revolução Urbana. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- LONARDONI, Fernanda Maria. Aluguel, informalidade e pobreza: acesso a moradia em Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- MARTINS, Valter. O processo de implementação e gestão do Programa Bolsa Família em Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- MACHADO, Simone e ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ALTO DA CAEIRA. Perfil dos Moradores dos moradores do Alto da Caeira. Florianópolis: 2003. Mimeo.
- MACHADO, Simone. Perfil dos Moradores da comunidade PC-3. Florianópolis: NESSOP, 2004.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº64. São Paulo: Cortez, 2000
- MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Ed. Paulus, 2003. 2ª edição.
- MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.
- MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MARX, K. Miséria da Filosofia São Paulo: Martin Claret, 2007. .
- \_\_\_\_\_. Manifesto Comunista. Disponível em: [www.marxists.org/portugues](http://www.marxists.org/portugues). Acessado em Março de 2008.
- MARX, Karl. O capital. L.1, v. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1998.
- MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. IN: MOTA, Ana Elizabeth (org.). O mito da Assistência Social; ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.
- MESTRINER, M. L. O Estado entre a filantropia e a assistência social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MACHADO, Cláudia Xavier. Aspectos sócio-ambientais na comunidade do Morro da Mariquinha em Florianópolis. R. RA'E GA, Curitiba, n. 8, p. 123-134. Editora UFPR, 2004.

MENESES, Avelino de Freitas. Os Açores nas encruzilhadas de setecentos I – Poderes e Instituições. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993.

NUNES, Cristina. Relatório das atividades da Associação de Moradores da Vila Arvoredo. Florianópolis: 2008. Mimeo.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – NOB; SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS. Resolução nº 130, de julho de 2005. Brasília: MDS-CNAS, 2005.

NUNES, Dideanne Cynara Alves. A questão habitacional na comunidade do Alto da Caeira do Saco dos Limões. Monografia de Conclusão de Curso. Centro Sócio-Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Economia da Dependência perfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão Dualista: O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. In: Revista Espaço e Debate nº 06. São Paulo: Cortez, 1982.

OLIVEIRA, Maurício. Ponte Hercílio Luz: tragédia anunciada. Florianópolis: Insular, 1997.

OURIQUES, Helton Ricardo. Turismo em Florianópolis: uma crítica a indústria pós-moderna. Florianópolis: UFSC, 1998.

PERES, Lino Fernando Bragança. Espaços de pobreza e mercado imobiliário informal na área conurbada de Florianópolis. Relatório Final Evento Floripa Real, 2007.

PEREIRA, Nereu do Vale. Ribeirão da Ilha – Vida e Retratos: um distrito em destaque. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. Estudos de geografia urbana de Santa Catarina. Florianópolis, Editora da UFSC, 1991.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche., e PIMENTA, Luiz. Habitação e qualidade de vida urbana no Maciço Central de Florianópolis-SC. In: PIMENTA, M. de C. A. (org) Florianópolis do outro lado do espelho. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche e PIMENTA, Luiz. Exclusão política e segregação sócio-espacial: o caso do Maciço Central de Florianópolis. In: Seminário Nacional de impactos sócio-ambientais urbanos. Curitiba: Anais, 1999.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis como espaço público. In: Florianópolis do outro lado do espelho. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche e PIMENTA, Luiz. Habitação e qualidade de vida no Maciço Central de Florianópolis – SC. In: Florianópolis do outro lado do espelho. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

PAUGAM, Serge. A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza. Coleção Educação e Trabalho social 6. Porto: Porto Editora, 2003.

PAIVA, Beatriz e MATTEI, Lauro. Notas sobre políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. Textos & Contextos, Vol. 8, Nº 2, 2009.

PERREIRA, Mirlei Fachini, A pobreza urbana no Brasil: considerações a partir das análises geográficas. Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

PIMENTA, Margareth (et. al.). Processo de ocupação e serviços urbanos no Maciço central de Florianópolis: Serrinha e Alto da Caeira do Saco dos Limões. Revista Eletrônica de Extensão, 2006.

PNDU. Atlas do Desenvolvimento Urbano no Brasil. 2000.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. Diagnóstico das áreas de interesse social. Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano (IPUF), 1987.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. Diagnóstico das áreas de interesse social. Florianópolis: Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, 2006.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. Perfil dos Moradores da comunidade Vila Arvoredo. Florianópolis: Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, 2005.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. Diagnóstico das áreas de interesse social no Maciço do Morro da Cruz. Florianópolis: Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, 2009.

MACHADO, Ana Flávia; Ribas Rafael Perez. Mudanças no mercado de trabalho retiram famílias da pobreza? Determinantes domiciliares e agregados para a saída da pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil. Texto para Discussão n. 1336. Brasília: IPEIA, 2008.

RAMPINELLI, Waldir José (org). História e Poder: a reprodução das elites em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2003.

SANTOS, Milton. Pobreza Urbana. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_, Milton. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. In: Moreira, Ruy (org) Geografia, teoria e crítica. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_, Milton. Pensando o Espaço do Homem. São Paulo: Hucitec, 2003.

\_\_\_\_\_, Milton. Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, André Luiz. Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SANTORO, Paula e CYMBALISTA, Renato. Gestão Social e valorização da terra. In: Aceso à terra urbanizada – implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais. Florianópolis: Diálogo, 1999.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Maria Helena Vargas. As Filhas das Lavadeiras. Porto Alegre: Grupo Cultural Rainha Ginga, 2002.

SOARES, A. Relatório Final do Evento Floripa Real. Florianópolis: Julho de 2007.

SITCOVSKY, Marcelo. As particularidades da Expansão da Assistência Social no Brasil. IN: MOTA, Ana Elizabeth (org.). O

mito da Assistência Social; ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza, exclusão social e modernidade: Uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo: Augurium, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da Pobreza. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jaques. Medidas de pobreza e empobrecimento. Ensaios FEE. Porto Alegre: FEE, v.17, n.1, 1996, p.74-102.

SABIOA, João Luiz e Rocha, Sonia. Linhas Gerais de Uma Metodologia de Avaliação a Partir do Estudo do Distrito Federal, in Lobato, A. L., org., Garantia de Renda Mínima – Ensaios e Propostas, IPEA: Brasília, 1998.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Renda de Cidadania – a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, Fundação Perseu Abramo, 2002.

SUGAI, Maria Inês. Segregação Silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis (Tese de Doutorado). São Paulo, USP, 2002.

SIMIONATO, Ivete e NOGUEIRA, Vera. Pobreza e Participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. Universidade e Sociedade: Brasília: 2001.

SPOSATI, Aldaíza. (Coord). A Assistência Social no Brasil 1983-1990. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. A menina Loas: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. et al. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

WITT, Fabiani E. A pesquisa do perfil das entidades comunitárias filiadas à UFECO: uma contribuição da prática de estágio curricular em Serviço Social da UFSC. Monografia de Conclusão

de Curso. Centro Sócio-Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

WITT, Fabiani E. Retratos da pobreza em Florianópolis. in: Anais do Evento VII Encontro nacional da Anpege – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2007.

WITT, Fabiani E. A espacialização da pobreza urbana em Florianópolis: reflexões a partir de estudos de três casos. In: Anais do Evento XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008.

YAZBEC, Maria Carmelita. Classes Subalternas e Assistência Social. São Paulo: Cortez, 1993.

YASBEK, Carmelita. As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS . Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

Páginas eletrônicas consultadas:

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.onu-brasil.org.br](http://www.onu-brasil.org.br)

[www.acate.com.br](http://www.acate.com.br)

[www.ufsc.br/~esilva/](http://www.ufsc.br/~esilva/)

[www.costao.com.br](http://www.costao.com.br)

[www.sapienspark.com.br](http://www.sapienspark.com.br)

[www.guiafloripa.com.br](http://www.guiafloripa.com.br)

[www.googleearth.com.br](http://www.googleearth.com.br)